

Jacques Heers

O trabalho na Idade média



45696

coleção
SABER

EDICIONES EUROPA-AMÉRICA

Na mesma colecção e sobre temas afins do tratado no presente volume:

N.º 5 – *As Origens da Burguesia* – Regine Pernoud

Livro que, estudando o fenómeno da burguesia, na sua origem e evolução histórica, oferece um quadro de fundamental importância para compreender a evolução histórica da Europa.

N.º 51 – *As Cidades da Idade Média* – Henri Pirenne

O livro onde se assiste ao viver quotidiano dos homens medievais, na sua projecção sobre o evoluir da sociedade europeia.

N.º 76 – *Que É o Feudalismo?* – F.-L. Ganshof

Um estudo praticamente exaustivo das instituições feudo-vassálicas, indispensável para quem deseje colocar na perspectiva do seu enquadramento histórico a evolução da sociedade europeia.

N.º 99 – *A Revolução Industrial da Idade Média* – Jean Gimpel

Um livro de extraordinário interesse e profunda erudição, onde se demonstra ser na Idade Média que deve situar-se, em rigor, a primeira revolução industrial.

N.º 125 – *O Mito da Idade Média* – Regine Pernoud

A ideia segundo a qual a Idade Média teria sido a época de trevas, injusta e bárbara, é desmistificada nesta obra, assinada por um grande especialista, numa linguagem séria e desenvolvida onde a ironia vai de par com a erudição.

JACQUES HEERS

Professor na Universidade de Paris – Sorbona



O TRABALHO NA IDADE MÉDIA

colecção
SABER

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

Título original: Le travail au Moyen Age (3.ª edição, publicada por Presses Universitaires de France, col. «Que sais-jé?»)

Tradução de Cascais Franco

Capa: estúdios P. E. A.

© 1965, Presses Universitaires de France

*Direitos reservados por
Publicações Europa-América, Lda.*

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma ou por qualquer processo, electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia e escrita do editor. Exceptua-se naturalmente a transcrição de pequenos textos ou passagens para apresentação ou crítica do livro. Esta excepção não deve de modo nenhum ser interpretada como sendo extensiva à transcrição de textos em recolhas antológicas ou similares donde resulte prejuízo para o interesse pela obra. Os transgressores são passíveis de procedimento judicial

Editor: Francisco Lyon de Castro

Edição n.º 1145/2746

*Execução técnica:
Gráfica Europam, Lda.,
Mira-Sintra - Mem Martins*

ÍNDICE

	Pág.
<i>Introdução</i>	13
CAPÍTULO I - A terra	16
I - Os marginais: lenhadores e pastores	18
II - Os camponeses sedentários	26
III - Hierarquias das condições e das fortunas	42
CAPÍTULO II - O artesanato e a indústria	57
I - Os artífices no mundo rural	57
II - Artífices e companheiros nas cidades	78
III - Condição dos obreiros	92
IV - A cidade e as indústrias rurais	100
CAPÍTULO III - Os quadros sociais: Comunidades. Confrarias. Mesteres	108
I - As comunidades aldeãs	109
II - As confrarias. Vida religiosa. Cerimónias e jogos	115
III - As associações de mesteres	121
IV - Conclusões: O trabalho e os meios sociais no Ocidente medieval	127
CAPÍTULO IV - O trabalho fora da Europa ocidental	130
I - No mundo bizantino	130
II - Nos países muçulmanos	135
Bibliografia sumária	143

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, os historiadores das economias e das sociedades atribuíram uma importância considerável ao estudo das técnicas: utensílios ou meios de transporte, por exemplo. Nesta óptica, nascida de uma concepção bastante racionalista da história, todo o progresso humano estava necessariamente ligado ao aperfeiçoamento de algumas técnicas fundamentais.

Os nossos manuais mostravam-nos os diversos aca-
sos e fortunas desta conquista do progresso material. A história da Idade Média, período obscuro em que o homem, sem dúvida por preguiça intelectual, cansaço ou obstinação, nada encontrara de essencial, rematava com um empolado capítulo em glória das «grandes invenções» que teriam finalmente permitido ao Ocidente sair do ramerrão. Assim, estas invenções técnicas anunciavam muito naturalmente o fim da Idade Média e uma nova era. Para certos autores, o mínimo melhoramento dos utensílios afigura-se prenhe de consequências. Algumas inovações a que se não prestava atenção teriam revolucionado a vida quotidiana, a economia, a condição dos trabalhadores e toda a estrutura social de uma época. Lefebvre des Noëttes, no seu famoso tratado sobre o modo de atrelagem dos cavalos, publicado em 1931,

afirmava que a invenção da coleira de atrelagem, no século XIII, permitiu desde logo aumentar o rendimento dos animais de tiro, transportar facilmente produtos mais pesados, tornar menos necessário o trabalho dos homens, sendo assim uma das razões — se não a razão determinante — da supressão da escravatura, chaga social do mundo antigo. Explicação lógica, modelo de construção histórica, que depressa se tornou célebre e suscitou mais de uma vocação. Os historiadores encontraram então uma ou várias invenções na origem de cada revolução social ou económica, de cada acontecimento notável. Recorreram ao leme de cadaste, à bússola (inovações que remontam de facto aos anos 1200) e à caravela (que esteve longe de ser geralmente adoptada) para explicar as grandes viagens e as descobertas marítimas dos Portugueses e Espanhóis. Certos autores tentaram mesmo definir uma civilização a partir do emprego deste ou daquele utensílio. Por exemplo, no caso do amanho dos campos: civilização mediterrânica do arado, civilização nórdica da charrua — distinções que sabemos agora serem absolutamente inexactas. Daí, sempre nesta óptica, a tónica posta no estudo das técnicas, não só para as descrever e precisar, mas também para nelas encontrar explicações dos modos de vida ou até das estruturas sociais. Daí, ainda mais pueris, os esforços para determinar exactamente as datas das «invenções» e, sobretudo, os países que podem reivindicar a respectiva paternidade.

Por sorte, esta concepção um pouco simplista da história económica e social tem sido cada vez mais abandonada, ou pelo menos fortemente matizada. A tese de Lefebvre des Noëttes, tão célebre no seu tempo, já só é citada para lembrança. Sabemos igualmente que importa

situar algo muito diferente da caravela e da vela latina na origem das grandes descobertas marítimas.

O utensílio nem sempre é determinado pela procura de um aperfeiçoamento contínuo; pesa sobre ele um conjunto de hábitos, de tradições, de interditos. Por outro lado, se o utensílio impõe ao homem os seus gestos quotidianos e, em certa medida, o seu género de vida, a condição do trabalhador, essa, é inseparável de todo o contexto económico e social da época, o qual não poderia ser transformado ou comprometido por um simples aperfeiçoamento material.

Logo, é mais em função das estruturas sociais, das relações de homem a homem, da organização das economias e das empresas que convém perspectivar uma história do trabalho no Ocidente medieval. Mas não é inútil recordar em seguida, muito rapidamente, as características das civilizações, próximas do nosso mundo ocidental, nos países bizantinos e muçulmanos. Este exame, forçosamente limitado a alguns aspectos essenciais, permite contudo sublinhar certas concordâncias ou cambiantes; como, por exemplo, no que respeita aos problemas da coesão das comunidades aldeãs ou, sobretudo nas cidades, do papel das associações de mesteres. Permite também, por vezes, definir algumas heranças longínquas e ver em que medida as civilizações antigas, em particular a de Roma, marcaram as «medievais» do Oriente e do Ocidente.

CAPÍTULO I

A TERRA

Falar de «sociedade feudal» para todo o Ocidente cristão afigura-se, do ponto de vista económico e social, um artifício cómodo, uma generalização abusiva. É uma afirmação de todo em todo gratuita, que corresponde sem dúvida a um esquema ideológico, datando de há mais de cem anos!, a uma espécie de *credo*, mas que todos os estudos sérios desmentem formalmente. Os direitos dos senhores sobre o vilão não se exerciam em toda a parte com o mesmo rigor. Eram muito numerosos os homens que possuíam bens próprios pelos quais não pagavam foro nem corveia. No Sul da Europa, e em muitas outras regiões, o alódio livre formava a maioria das terras. Por outro lado, diante da influência dos senhores, exercia-se amiúde, menos bem conhecida, a das comunidades camponesas, que impunham igualmente os seus constrangimentos e as suas servidões; nalgumas regiões, estas comunidades nunca tinham reconhecido a um senhor o direito de possuir e de governar as terras; noutras, haviam-se libertado relativamente cedo das servidões mais pesadas e mais aviltantes.

Este mundo dos campos parece, na verdade, muito diverso. A abundância dos documentos jurídicos relati-

vos aos laços senhores-camponeses, a dificuldade, ao invés, de apreender, por falta de textos, a vida dos camponeses livres e das comunidades aldeãs, finalmente o relevo dado inicialmente pelos historiadores aos países do Norte conduziram a exagerar a importância, a extensão e o rigor da senhoria fundiária no mundo cristão do Ocidente.

A feudalidade, de resto um fenómeno político assaz complexo e muito variável segundo as regiões, não correspondia necessariamente, do ponto de vista económico, à senhoria fundiária. Esta não representava o quadro obrigatório de todo o trabalho agrário; ela não impunha a sua lei em toda a parte.

Além disso, a própria ocupação do solo pelos camponeses sedentários, agricultores, parece, ao longo de toda a Idade Média, muito imperfeita e bastante desigual. Por volta do ano 800, a conquista camponesa das terras do Ocidente dá a impressão de estar longe de concluída. Os terrenos agrícolas, submetidos a uma exploração permanente e ao ritmo regular das sementeiras, reduziam-se a alguns «oásis de cultura» perdidos nos imensos «desertos» das florestas, dos pântanos e das pastagens alpinas, onde o cultivador se aventurava pouco. Mesmo muito mais tarde, após o extraordinário êxito dos grandes arroteamentos que fizeram recuar por toda a parte as charnecas e os baldios, a ocupação sedentária permanecia ainda muito limitada. Às áreas bem cultivadas continuavam a opor-se regiões inteiras, mal encetadas pelos trabalhos dos homens, unicamente animadas pela apanha dos frutos naturais, pelas buscas mais ou menos aventureiras dos caçadores, pela passagem dos rebanhos. Assim, à margem dos quadros sociais tradicionais e sedentários, senhorias ou comunida-

des aldeãs, viviam frequentemente, numa vizinhança chegada, populações mal estabelecidas, seminômadas, por vezes hostis.

I — Os marginais: lenhadores e pastores

1. A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS. — Reserva de madeira destinada à construção das casas, dos edifícios públicos ou dos navios, das obras de arte de todos os géneros, aos utensílios, vasilhame, recipientes e instrumentos de cozinha, às sebes, paliçadas e barreiras em torno dos pomares, das tapadas e das hortas, aos esteios das vinhas, às escoras das minas, assim como às rodas dos carros, a floresta era objecto de atentos cuidados, de uma exploração não já aleatória mas racional. Com muita frequência, as vendas de madeira representavam uma parte essencial, ou até primordial, dos rendimentos senhoriais, os dos príncipes, dos grandes senhores, dos burgueses recém-adquiridores, das comunidades urbanas. Os cortes, espaçados em intervalos regulares mas variáveis consoante as árvores, arrendados por empreiteiros especializados, levados a cabo por equipas de lenhadores instaladas em acampamentos provisórios, reservavam passagens estritamente limitadas para os carros e, acima de tudo, eram logo a seguir replantados de árvores novas, protegidos, interditos a qualquer trânsito dos vizinhos e dos animais. Este corte das madeiras foi realmente uma das grandes preocupações, uma das mais fortes actividades do mundo campesino.

Por seu turno, os camponeses dos arredores, principalmente os pobres, aventuravam-se nos bosques abertos, nas matas de corte, por vezes até, em certas estações

do ano, nas florestas de árvores de grande porte à procura de lenha seca ou de madeira nova caída para fabricarem os seus utensílios e para se aquecerem; a imagem do pobre homem, da mulher idosa, arrastando atrás de si um pesado molho de lenha é um dos temas mais conhecidos do folclore rural francês.

Em 1303, os estatutos da *colonge* (comunidade aldeã) de Sundhofen, na Alsácia, precisavam que:

«Os *colongers* têm o direito de ir um dia antes do Natal à floresta que depende da *mairie*, com a mesma atrelagem que conduziram à lavoura, e de aí apanhar madeira seca ou cortada; se a não encontrarem, têm o direito de subir às árvores e de cortar tantos ramos quantos os que puderem carregar ... O que carregar o seu carro de tal modo que este necessite de um empurrão para arrancar pagará tantas vezes trinta xelins quantos os empurrões que der.»

Os homens das aldeias apanhavam também folhagem para os animais, casca dos carvalhos para curtir as peles, argila para a sua louça de cozinha. Além disso, colhiam os frutos silvestres, tão variados e tão apreciados na época — as bagas de aïrela, os mirtilos, as pequenas maçãs silvestres e as peras —, os favos de mel ou os enxames.

Acima de tudo, a floresta era uma reserva inesgotável de caça e, pelo menos nos primeiros tempos, supria em larga medida as insuficiências da criação de gado e da alimentação cárnea. A caça ocupava um lugar primordial na vida quotidiana e nas actividades de cada um. Antes de mais desporto, treino para os rudes exercícios da guerra, perseguição arriscada da caça grossa, do javali, de venábulo na mão, a caçada senhorial afirmava-se assim ao mesmo tempo como símbolo de potência, de virilidade, e como um privilégio social. Posterior-

mente, torna-se uma arte difícil, uma ocasião de encontros e de festejos, sobretudo uma ostentação, como testemunham os numerosos tratados especializados de que é exemplo o célebre *Livre de la chasse* oferecido a Gaston Phoebus, conde de Foix. Este manual, ornado de ricas miniaturas, descrevia com uma extraordinária profusão de pormenores todas as noções e todos os artifícios da caça aos animais nobres, sem esquecer a maneira de camuflar os criados sob coberturas de ramagens; igualmente todas as convenções.

Para a gente pobre dos campos a caça constituía sempre uma parca indústria de todos os dias, busca de um pouco de carne fresca, de couro ou de peles; mas o vilão só podia armar os seus laços e as suas redes à caça miúda.

Outros mundos difíceis, à margem dos terrenos agrícolas conquistados, os *pântanos* conservavam as suas próprias actividades e os seus estilos de vida originais. Também neste caso economia de recollecção.

Terras hostis sem dúvida, os pântanos ofereciam contudo aos aldeões, estabelecidos sobre os outeiros ameaçados pelas águas, apreciáveis recursos. Havia a apanha da turfa, indústria bastante activa nos *Fens* ingleses, onde cada família camponesa colhia a sua parte, cuidadosamente fixada de antemão. Esta turfa era objecto de um bom comércio, avaliado à *beschiée*, quantidade arrancada com uma só pazada. Havia também a apanha dos juncos e das canas: ainda em Inglaterra, certas aldeias inteiras do Cambridgeshire viviam destes juncos revendidos para fora. Depois a árdua caça aos animais selvagens na altura das grandes passagens de Outono. Sobretudo a pesca às enguias e aos peixes de água doce. No Levante inglês, as comunidades religio-

sas, senhoras dos pântanos, recebiam todos os anos foros camponeses avaliados em centenas ou em milhares de enguias; sobressaía neste aspecto a catedral de Ely, tão poderosa sobre os *Fens*, cujo nome seria derivado de *eel* (= enguias). Alguns *colégios* de pescadores de enguias controlavam esta pesca na costa italiana do Adriático; eram bastante influentes em Ravena. No interior das terras, as abadias conservavam cuidadosamente os seus lagos nos recôncavos dos vales; nas terras pantanosas de Bresse ou de Sologne, os senhores arranjavam numerosas lagoas para a criação do peixe destinado às suas mesas ou ao mercado. Noutros sítios, era a apanha do sal: nos pântanos litorais da baía de Bourgneuf ou nas lagoas marinhas do Baixo Ródano; em Inglaterra, na costa oriental, os homens dos *salt boilers villages* faziam aquecer e evaporar a água do mar sobre fogueiras de turfa.

2. A CRIAÇÃO SELVAGEM: A GUARDA SOLTA DOS ANIMAIS. — A floresta, as charnecas, os baldios e os pântanos ofereciam, ao longo de toda a Idade Média, terrenos de pastio, muitas vezes disputados, submetidos sem dúvida a regras restritas, mas sempre preciosos para a arraia-miúda, que para lá podia enviar algumas cabeças de gado.

Os bois, os carneiros e os cavalos alimentavam-se da vegetação rasteira das clareiras das matas. Os camponeses levavam as suas varas de porcos, animais semi-selvagens, por vezes perigosos, a comer os frutos, nomeadamente os da faia-do-norte, e as bolotas. Certas comunidades camponesas, instaladas na orla dos bosques ou nas vastas clareiras ainda mal arroteadas, viviam assim apenas da caça, da colheita dos frutos e, antes de tudo,

da apanha da bolota. As inquirições estabelecidas, em 1084-1086, em Inglaterra por Guilherme-o-Conquistador — as do célebre *Domesday Book* — indicam o número exacto de porcos que cada floresta pode nutrir. Na Alemanha do Norte, na região de Osnabrück, os camponeses não se interessavam nem pelo corte das árvores nem pelo arroteamento das clareiras, mas velavam cuidadosamente pela regulamentação da apanha da bolota e pela protecção dos carvalhos novos contra a passagem dos rebanhos. Aqui, os foros senhoriais, já nos anos 1200, são todos pagos em porcos; as tenências (*tenures*) camponesas consistiam unicamente num certo direito de uso na floresta, para um número de porcos previamente fixado. Tipo perfeito de uma sociedade de guardadores de gado silvícolas.

Tal como a floresta, o pântano torna-se sobretudo um terreno de pastio, a partir do momento em que os camponeses empreenderam a sua conquista. Todos os contratos de estabelecimento de cidades novas, sobre as terras bonificadas, mostram os homens explorando durante muito tempo redis, depois vacarias, muito antes de semearem cereais arriscados nestas terras difíceis. Imensos rebanhos percorriam assim as terras semi-inundadas. Esta gente dos pauis agrupava-se em fortes comunidades de pastores; submetidas a leis severas — a *lex et consuetudo maris* do Levante inglês —, podiam mesmo alugar vastas pastagens aos aldeões afastados. Fonte de grandes ganhos, a criação selvagem impôs os seus costumes, os seus ritmos regulados pelas estações e as suas estruturas sociais particulares. Nos *Fens* ingleses, os habitantes formavam «círculos» — *sokes* — que reuniam vários burgos rurais para a exploração de todo um pântano; os seus beaguins e os seus tribunais

reinavam sobre o *fen* e dirigiam os grandes ajuntamentos anuais para a ferra do gado; então, durante três dias e três noites, uma vintena de homens montados em cavalos, outros circulando em barcas ligeiras, todos conduzidos por um *bailio*, vigiavam, fiscalizavam e contavam os rebanhos. Outro exemplo de uma economia muito especializada, de uma civilização nascida da criação extensiva de gado sobre as terras marginais, de que certos países do Ocidente conservaram durante muito tempo a marca.

Todavia, quer se tratasse de florestas ou de pântanos, o senhor, proprietário de grandes solares vizinhos, sobretudo o príncipe, detentor do poder político, tentava preservar o respectivo uso para proteger os seus bosques, as suas coutadas, os seus próprios rebanhos. Os reis da Inglaterra tinham estabelecido, na orla dos seus grandes bosques ou nas clareiras, vastas herdades de criação de gado, *vacchariae*, de várias centenas de reses, confiadas a intendentess especializados ajudados por numerosos beaguins ou criados. O mesmo acontecia com todos os grandes senhores do Ocidente: o conde de Hainaut, por exemplo, ou os senhores da Bretanha, que mantinham coudelarias e criavam manadas de cavalos selvagens em plena floresta e nas charnecas.

Estas pretensões senhoriais afirmavam-se pela proibição da entrada de gados e do corte de árvores nos bosques, pela reserva de tapadas de coelhos bravos (*garennes*), de parques (*parks*), de moitas que serviam de refúgio à caça (*breuils*), onde os vilãos não podiam entrar, a não ser, por vezes, em raras ocasiões, rigorosamente vigiados, acompanhados por servidores do dono da floresta (citemos o momento da apanha da bolota — *gländée* — para os porcos, cena bem conhecida graças

a alguns documentos iconográficos, miniaturas, frescos e esculturas dos labores dos meses nos pórticos das igrejas). A vigilância dos bosques implica uma polícia particular, a dos guardas-florestais (*forestiers*) ou dos vedores das matas (*verdiere*), assim como a dos guardas de colmeias (*bigres*) na Normandia, para velar pelos enxames de abelhas. Reuniam-se todos os anos, na corte senhorial, neste ou naquele importante burgo ou no claustro de uma abadia vizinha, assembleias em que se julgavam os processos relativos a cada zona florestal a cargo de um vedor (*plaid de verderie*) e que tomavam conhecimento de todos os delitos, infligiam multas ou penas corporais, em nome de uma jurisdição muito particular, complexa e muitas vezes bastante difícil de definir. Se os reis de Inglaterra puderam, a partir de Henrique II Plantageneta, impor um severo *Estatuto da floresta*, noutros pontos, sobretudo na França do Norte, o costume só se fixa muito lentamente e reflecte conflitos intermináveis. A elaboração do *Costumeiro das florestas da Normandia*, compilado por Heitor de Chartres, legista ao serviço do rei na Picardia e na Normandia, exigiu um inquérito levado a cabo durante cerca de vinte anos (de 1388 a 1405), o qual recolheu mais de mil depoimentos de camponeses pertencentes a trezentas e cinquenta paróquias dos arredores.

De qualquer modo, este direito ou estes costumes provocam contestações sem fim e assinalam o talvez mais pesado e mais detestado de todos os constrangimentos senhoriais.

3. OS PASTORES TRANSUMANTES. — As deslocações de grandes rebanhos em longos percursos eram pouco frequentes no início da Idade Média. Porém, desde os

anos 1200, os textos permitem também apreender melhor estas migrações humanas em busca de pastagens sazonais. Elas afirmam-se em seguida, organizam-se em vastas empresas, impõem as suas leis e as suas devastações aos agricultores, o seu ritmo às diversas actividades da região. O exemplo mais espectacular é, decerto, o dos grandes rebanhos da *Mesta* de Espanha, associação toda-poderosa dos proprietários de carneiros. Três mil criadores e cerca de três milhões de animais! À cabeça, os senhores ricos, duques ou abades, têm trinta ou quarenta mil carneiros. Exércitos de pastores conduziam-nos todos os anos das pastagens de Verão do Norte para as do Sul — os *extremos* —, através de toda a Península, por três ou quatro caminhos claramente traçados, imutáveis — as *cañadas* —, cujos cruzamentos se animavam na altura das feiras da *Mesta*. Toda a vida mercantil dos planaltos de Castela seguia este lento andamento dos pastores nómadas.

Verifica-se idêntica actividade dos pegureiros transumantes, nos Alpes do Sul, entre as pastagens da alta montanha, as feiras ao pé dos colos e as aldeias da Provença, para onde os animais voltavam no Inverno. Na região de Pisa, as grandes deslocações periódicas ligavam todos os anos a planície litoral ou as terras baixas de Grosseto e os altos vales do Apenino: Garfagnana, Val di Serchio, Valdarno; guiam-se rebanhos de mil a dois mil animais através das veredas das montanhas. Os pastores do vale de Ossau conduziavam os seus carneiros no território de Pau, danificavam as colheitas, invadiam as charnecas e as colinas, destruíam as sebes ao redor dos campos; violentos conflitos opunham todos os anos os guardadores de gado montanheses seminómadas aos agricultores sedentários da planície. Exemplo do choque

manifesto entre duas economias, a dos nómadas e a dos sedentários, dois tipos de vida rural, de que sofriam então, no Ocidente, todos os países do Piemonte.

II — Os camponeses sedentários

1. A ECONOMIA CEREALÍFERA; OS UTENSÍLIOS DO CULTIVADOR. — Os tratados de agricultura susceptíveis de dar uma imagem fiel e completa da vida dos camponeses, sedentários e agricultores, dos seus utensílios e dos seus labores, são demasiado raros. O historiador reporta-se de boa vontade aos manuais ingleses dos anos 1200: a *Fleta*, a *Husbandry*, a *Seneschaucie*, ou ainda os de Walter de Henley e de Robert Grosseteste, redigidos em intenção dos donos dos grandes solares; mas trata-se apenas de livros particulares, que interessavam somente a explorações modelares, de tipo especulativo, sobre solos muito cuidados.

Encontramos mais diversidade e vida nos calendários, esculpidos nos pórticos românicos ou góticos, pintados sobre as paredes das igrejas ou, mais tarde, nos livros de horas dos senhores e dos burgueses. Infelizmente, estes desenhos, amiúde ingénuos, revelam-se imperfeitos; às vezes eram obra de cidadãos, pouco preocupados em traduzir o pormenor preciso e contentando-se em reproduzir antigos modelos. É por estas razões que a história das técnicas rurais referente a esta época deve antes de mais recorrer a testemunhos indirectos e confrontar constantemente as suas fontes. Donde o interesse dos inventários e, em primeiro lugar, dos ricos polípticos no momento em que Carlos Magno e os abades dos grandes mosteiros diligenciavam por ser «agri-

cultores exemplares». Estas pesquisas progrediram nos últimos tempos com êxito suficiente para que seja possível traçar um quadro razoavelmente preciso da vida dos campos no Ocidente medieval cristão.

Os utensílios do camponês parecem ainda rudimentares e as suas práticas evidentemente primitivas.

A civilização medieval, neste aspecto, permanecia uma civilização da madeira e o utensílio de ferro não passava de um luxo, fora de alcance para a maioria dos vilãos. Em muitos utensílios, o ferro só era empregue para as partes cortantes: extremidade da relha da charua, fio da enxada (por volta de 1200 ainda havia enxadas inteiramente em madeira); para esmagar os torrões de terra, o camponês munia-se sempre de grandes maços de madeira manejados com grande ímpeto.

As foices, muito caras, com as suas compridas lâminas de ferro, apenas serviam para os prados do senhor, que não hesitava em gastar na alimentação da sua cavalaria. A ceifa, trabalho campesino, fazia-se sempre com uma foice de curta lâmina dentada (donde a expressão então usual de «serrar os cereais»). Escultores e iluministas mostram-nos o homem de pé, cortando muito alto um punhado de caules. Prática que atesta ao mesmo tempo o elevado preço das lâminas de ferro e o vigor dos constrangimentos sociais: de facto, o campo ceifado era em seguida entregue aos pobres da aldeia, que ali vinham buscar a palha destinada à cobertura das casas e às camas para o gado; motivo pelo qual o costume proibia que se cortasse o restolho rente ao solo.

A única forma cultural «mecânica» era a lavra. A tradição rural e o vocabulário do momento acentuam bem a dignidade social inerente ao «lavrador», ao homem capaz de manter charrua e animais de tracção. Os

outros vilões eram pobres que apenas podiam trabalhar com as suas mãos: «jornaleiros», «braçais». É que a lavra custava muito caro e açambarcava todos os recursos da exploração; muitas vezes a fortuna dos grandes domínios era avaliada em alfaia de lavra e as suas contas indicam que esta operação exigia, por si só, mais dinheiro que todos os outros trabalhos anuais juntos.

Os lavradores utilizavam então quer a charrua quer o arado. Estes dois instrumentos foram durante muito tempo mal conhecidos pelos historiadores das técnicas e da economia rural. Vários autores, largamente seguidos, já que o esquema por eles proposto, aliás sedutor, tinha o mérito de uma grande simplicidade, pensaram que estes dois instrumentos haviam determinado todas as actividades do homem — tipos de arroteamento, formas culturais — e introduzido uma oposição fundamental entre certas paisagens agrárias ou mesmo certas estruturas aldeãs. Tais teorias excessivas apoiavam-se num estudo imperfeito dos utensílios, o qual afirmava, por exemplo, que o arado era forçosamente um instrumento sem rodas e sem carreta dianteira. Com efeito, se a charrua era frequentemente mais complexa e comportava, além da relha, o temão e as rabiças, uma sega posta à frente da relha e por vezes uma aiveca, se ela era quase sempre montada sobre rodas e, a partir dos anos 1100, em certos países, munida de uma carreta dianteira, nem por isso se pode dizer que sejam estes os seus elementos verdadeiramente característicos. A única diferença essencial é que ela se apresenta, relativamente ao arado, como um instrumento dissimétrico. O arado traça o sulco sem remover a terra; a charrua atira-a para o lado, o que permite arejar melhor o solo e enterrar as ervas. Para tal, basta que a relha seja forjada de uma

forma particular, dissimétrica; na previsão deste trabalho, a própria charrua não é exactamente equilibrada em torno do seu eixo. Quanto à «orelha» ou à aiveca, peças anexas, ajudam apenas a arremessar a terra de uma forma regular.

A repartição geográfica dos dois instrumentos, nesta época, é ainda praticamente impossível de precisar; o vocabulário é demasiado incerto, demasiado fiel a antigas tradições. Em todo o caso, podemos, com toda a segurança, negar a ideia de uma civilização agrária do Norte marcada pelo uso da charrua, oposta a uma civilização do Sul, marcada pelo arado. Este último encontra-se, não só nas regiões mediterrânicas e nos países de montanha, mas também nos campos da Escandinávia e até da Inglaterra. Trabalhos recentes de historiadores da Europa central insistem no facto de que a charrua, já utilizada desde há bastante tempo pelos povos eslavos, teria, a partir daí, atingido a Europa ocidental. Talvez não seja inexacto; mas o essencial é assinalar bem que estas novas práticas só se impuseram pouco a pouco; antes de mais, parece, nos terrenos ricos, cultivados desde há mais tempo, onde os proprietários procuravam obter melhores rendimentos.

Outros historiadores exageraram certamente muito a importância de algumas inovações, como o jugo frontal para os bois e a coleira de atrelagem para os cavalos. A bem dizer, o único «progresso», porquanto não era possível multiplicar o número de animais atrelados às charruas, foi a substituição progressiva do boi pelo cavalo, por volta de 1250; estas transformações afectaram somente certas regiões privilegiadas: as planícies da bacia parisiense, da França do Leste e da Alemanha. Os tratados de agronomia ingleses, se bem que destinados a

domínios ricos, desaconselham formalmente, durante muito tempo, o emprego do cavalo: é demasiado oneroso e deve ser constantemente ferrado. Além disso, é menos poderoso e não convém ao arroteamento dos solos, ainda mal conquistados, ou aos territórios de relevo difícil.

A vantagem do cavalo é sobretudo a de trabalhar mais depressa e, logo, de multiplicar as lavras no mesmo campo, a fim de se obterem melhores colheitas. O cultivador já efectuava quase sempre três lavras, com intervalos irregulares: para enterrar o resto dos restolhos, depois as ervas que não tardavam a brotar, finalmente para tornar o solo adequado às sementeiras. Então, graças ao cavalo, pôde fazer até seis ou sete lavras nos melhores campos, a fim de despedaçar e arejar de modo mais eficaz a terra.

Assim, o uso da charrua e o do cavalo assinalam uma espécie de último aperfeiçoamento na história das práticas agrárias do Ocidente medieval. Eles só se impuseram nos terrenos muito ricos — nos quais, por outro lado, fora introduzido o afolhamento trienal —, onde o homem já não procurava somente arrotear novos solos, mas aumentar os seus rendimentos sobre uma terra desde há muito conquistada.

No conjunto, os rendimentos desta época parecem ainda fracos. Para os cereais, eles não ultrapassam sete a oito grãos por um semeado, nas boas terras e nos anos clementes.

A esta mediocridade vem juntar-se a dramática irregularidade das colheitas comprometidas ou arruinadas pelas geadas ou pelas chuvas prolongadas. Esta situação precária explica-se pela insuficiência dos processos agrários, dos adubos e estrumes, pela fragilidade das plantas

cultivadas, ainda muito vulneráveis nos nossos climas. Porém, entre regiões vizinhas, pode mesmo dizer-se entre civilizações agrárias, as diferenças são grandes. O rendimento sobre os solos leves e pobres, por exemplo nos países mediterrânicos, não ultrapassa três ou quatro por um nos anos mais favoráveis. Todavia, é bem certo que um estudo geográfico dos rendimentos de então se remete, no estado actual dos conhecimentos, para o domínio da utopia, de tal modo é grande a variedade dos terrenos agrícolas nesta época.

Por outro lado, deveríamos preservar-nos de uma imagem excessivamente sombria. A economia «medieval» não é forçosamente uma economia de penúria ou de miséria; o homem de então não é o homem das cavernas. Vários autores pensam que a estimativa dos rendimentos assenta sobre cálculos incertos e peca por demasiado pessimista. Seja como for, estes rendimentos, inclusive em França, evoluíram sem dúvida pouco até cerca dos anos 1840. Comparados com os da época actual eles rivalizam facilmente com os das regiões de fraco nível técnico e, perante os dos países mais evoluídos, não parecem verdadeiramente catastróficos (vinte por um nos melhores casos, no Ocidente, hoje em dia). Enfim e sobretudo, a insegurança alimentar, a fome, não cessaram com o fim da Idade Média; estes flagelos, tão frequentes, por vezes tão duros nos anos 1800, atormentam ainda nos nossos dias numerosos países, primitivos ou não, alguns até bastante industrializados.

Vemos assim que a ideia de estruturas sociais ou de níveis alimentares ligados a um certo grau de aperfeiçoamento das técnicas não passa afinal de uma tese sem bases reais.

2. OS REBANHOS E O PASTOR SEDENTÁRIO. — Mais interessante parece ser a oposição entre diferentes formas de vida rural. Todos os países do Ocidente estão longe de conhecer, mesmo no fim da Idade Média, uma autêntica economia agrária, solidamente fixada, permanentemente senhora do solo. Decerto que conhecemos os resultados espectaculares dos grandes arroteamentos que, sobretudo entre os anos 950 e 1250, revolucionaram profundamente o aspecto dos nossos campos. Mas as terras conquistadas estavam frequentemente ameaçadas pelo retorno dos baldios ou dos bosques. O lavrador trazia um pequeno machado que lhe servia para reparar as rabiças do utensílio, mas também para cortar raízes e ramos ainda enterrados no solo. O camponês, a fim de evitar o esgotamento das terras, devia aceitar este retorno dos baldios e deixar os seus campos repousar algum tempo entre as sementeiras. Por vezes eram apenas poucos de um ano em cada dois (rotação bienal) ou mesmo em cada três (rotação trienal). Noutros lugares, ao invés, o homem contentava-se com apressadas searas sobre as queimadas arrancadas durante um curto período à floresta; no ano seguinte, levava para outro lado o seu campo e as suas sementeiras. Destas culturas temporárias, itinerantes, que lembram as práticas dos montanheses da Ásia oriental, encontraríamos no nosso Ocidente medieval numerosos exemplos. É o caso, sobretudo, das montanhas antigas: Ardenas, Maciço Central, Escócia, onde estas *terras frias*, que apenas tinham campos temporários de acaso no meio dos baldios, se opunham aos campos permanentes dos vales e das planícies, às *terras quentes*, as únicas onde o homem reinava como senhor.

Assim, quase sempre, até em zonas de estabeleci-

mentos sedentários, vizinhavam, por vezes na mesma aldeia, os baldios e os bosques, terras de percurso para os animais, e os campos conquistados e defendidos pelos agricultores. No Oeste da França, nas regiões do Sul, as terras semeadas (o *ager*) eram nitidamente separadas das deixadas incultas (o *saltus*), florestas degradadas, charnecas, silvados e bosques ralos destinados à passagem dos homens e dos rebanhos; era, por vezes, a terra *gaste* ou *waste*, sobretudo nas regiões de montanha.

Havia mesmo certos países onde a fronteira se afirmava nitidamente, se inscrevia na paisagem, através de uma barreira ou de um muro de pedra; dois mundos diferentes, hostis, defrontavam-se então. Assim, era muito frequente na Alemanha a divisão entre *Feldwirtschaft* e *Einwirtschaft*, tal como na Escócia entre *in-field* e *out-field*. Nas aldeias da Sardenha, as terras regularmente semeadas formavam a *vidazzone* (terras da *habitatione*), separadas por um muro fortificado furado por portas guardadas, para a passagem dos rebanhos. Cada camponês devia jurar defender os campos contra o gado indomado, semi-selvagem (*rude*), confiado aos pastores.

Contudo, esta separação entre os dois mundos, entre a criação de animais e a agricultura, nem sempre era tão nítida. Muito pelo contrário. A economia rural do Ocidente assentava com muita frequência numa associação gado-cereais; os mesmos solos agrícolas, os mesmos campos, acolhiam alternadamente as sementeiras e as pastagens. Neste caso, a vida dos rebanhos impunha forçosamente severos constrangimentos às comunidades aldeãs; ela ditava a sua lei. Exigindo antes de mais, para o rebanho comunal, o direito de pasto livre (*vaine pâture*), que entregava ao gado os restolhos e as ervas dos

campos recentemente ceifados ou os terrenos incultos dos pousios, os quais não eram semeados durante um ano inteiro, ou até mais. Este direito absoluto implicava a proibição de cercar — o *banon* na Normandia — com tudo o que não fossem barreiras leves rapidamente retiradas logo após a recolha dos produtos agrícolas. Este direito impunha também uma paisagem agrária particular: era preciso, a fim de evitar a vagabundagem dos animais sobre os campos semeados, juntar em blocos compactos as terras deixadas em pousio no mesmo ano; donde esses quartos (*quartiers*), essas folhas (*soles*) que dividiam regularmente o terreno agrícola aldeão. Era igualmente necessário respeitar um severo calendário de todos os trabalhos agrários sob a direcção dos chefes de aldeias. O que leva certos historiadores a sustentar que os rebanhos e os pastores seriam responsáveis pelas paisagens de *open-field*, pelos afolhamentos regulares e pelas práticas colectivas, ou mesmo comunitárias em certos casos. Não temos dúvida de que a explicação é exagerada: as disciplinas colectivas também se impunham então, por vezes com força, em regiões de campos cercados. Mas é verdade que esta associação gado-cereais, uma das mais salientes originalidades das zonas rurais do Ocidente medievo, marcou profundamente os trabalhos e os dias das nossas comunidades aldeãs.

Por outro lado, a história das nossas comunidades rústicas foi constantemente abalada por estes conflitos entre os pastores e os camponeses irritados com os prejuízos causados pelas passagens demasiado frequentes dos animais.

Tais conflitos reflectiam também ásperas rivalidades sociais; aqui, os lavradores da aldeia queriam manter as suas terras fora da passagem de um rebanho comunal

que reunia os animais dos pobres; mais adiante, ao invés, os ricos camponeses ou o lorde do *solar* em Inglaterra possuíam numerosos carneiros e reservavam-lhes grandes prados cercados, *parques* umbrosos plantados de árvores. Assim, pouco a pouco, por volta do fim da Idade Média, antigas regiões abertas viram erguer-se barreiras permanentes que separavam os campos cultivados dos solos destinados ao percurso dos animais. Os movimentos das *enclosures*, anunciado em Inglaterra a partir dos anos 1300, prosseguiu durante muito tempo e haveria de marcar toda a vida do país.

*

Sedentário ou nómada, pegureiro das florestas, dos pântanos ou das longínquas montanhas, o pastor, mantido pelo grande senhor ou pela comunidade aldeã, é, em todo o Ocidente, um dos grandes personagens das lendas e do folclore da época. Muito antes do tempo das pastorelas, distingue-se nitidamente dos outros trabalhadores dos campos. Os textos jurídicos, em particular as audiências dos processos e um grande número de cartas de remissão, as contas senhoriais, os manuais de agricultura, as narrativas populares ou as farsas burlescas, assim como toda a espécie de documentos iconográficos, mostram-no muito amiúde.

Em 1379, João de Brie dedicava a Carlos V um tratado intitulado *Le bon berger* (*O Bom Pastor*), onde ensinava a maneira de conduzir os rebanhos e descrevia longamente o vestuário, os utensílios e os atributos do pegureiro. O pastor apresenta-se, antes de mais, armado de um longo bordão encurvado, por vezes munido de pontas de ferro, ou, em certas regiões, de um cajado («o

pastor está tão nobremente ataviado com o seu cajado, segundo o seu estado de pastorícia, como o estaria um bispo ou um abade com o seu báculo ou como um bom homem de armas está bem ataviado e seguro quando tem um bom gládio para a guerra»). Traz sempre túnica, manto ou capa de pano grosso por vezes forrado («no Inverno os pastores estão vestidos de fato de lã bem espessa de tecido felpudo tosquiado alto, forrado de raposa, pois é o forro mais quente de todos»). À sua cintura estão atados o seu surrão («para pôr o pão para ele e para o seu cão»), uma faca de talhar e sobretudo uma caixa de unguentos para tratar os animais doentes («o bom pastor deve andar tão pouco sem a sua caixa de unguento como o notário deve estar sem a escrivaninha, pois é o mais notável e necessário dos seus instrumentos e utensílios»). Vive numa cabana que construiu sozinho na cerca, por vezes montada sobre rodas e «levada atrás dos animais».

3. HORTELÃOS E VINHATEIROS. — A horticultura não é, mesmo no Ocidente, um simples complemento aos trabalhos dos campos, mas antes um labor essencial que ocupa um lugar assaz importante na nossa civilização medieval. A herança seminômada das apressadas sementeiras sobre queimadas ou dos campos de cereais entregues muitas vezes ao pastoreio livre, opunham-se as sólidas e antigas tradições dos hortelãos sedentários.

Esta arte das hortas, difícil, inspirada por uma verdadeira ciência ancestral, requeria um perfeito desembaraço no domínio das técnicas, doutas para a época, da preparação dos solos e dos adubos, da escolha dos terrenos e das exposições, da luta nesses tempos tão árdua contra a bicharia, da selecção das plantas e, sobre-

tudo, da enxertia, prática bastante complexa e subtil. Acerca de tudo isto dissertavam longamente várias obras repetidas vezes transcritas.

Os manuais de agricultura árabes ou hispano-árabes, então muito numerosos, falam, quase sempre, das diversas formas de tratar as árvores de fruto, as oliveiras, as vinhas, os pequenos campos de linho, de algodão ou de granza; as *Geopónicas*, compilações de conselhos aos camponeses gregos reunidos por ordem de Constantino Porfirogeneta, referem-se antes de mais às vinhas e às oliveiras, à enxertia das árvores, à criação de abelhas. Estes livros eram bem conhecidos e largamente difundidos no Ocidente. Alguns autores imitaram-nos em vários pontos. A preocupação com as árvores merece mesmo lugar principal no *Liber ruralium commodorum*, do italiano Pedro de Crescens, que Carlos V mandou traduzir (*Livre des Prouffiz Champêtres*); as miniaturas que ilustram o magnífico exemplar da Biblioteca do Arsenal mostram amiúde os ciprestes dos jardins persas. Sobre os frescos das igrejas ou os livros de horas dos príncipes, os calendários dos meses concediam tanta importância ao tamanho das videiras e das árvores, às vindimas e aos lagares, como aos labores da ceifa ou às vigílias do pastor.

Hortas irrigadas. — Se os Muçulmanos foram os primeiros a retomar à sua conta os trabalhos de irrigação dos Persas ou dos Romanos, também é verdade que estas mesmas técnicas subtis se reencontram nos países cristãos da Europa meridional. É o caso das planícies e vales do Rossilhão, onde o tribunal dos prebostes das hortas (os *sobreposats de la horta*) regulamentava minuciosamente a repartição da água. É também o das pequenas *huertas* das planícies litorais da Ligúria, na de-

sembocadura das torrentes da montanha, drenadas e saneadas nos anos 1200-1250: a de Albenga é famosa pelas suas «ervas» e os seus campos de linho, erguendo-se aí Villanova, um grande burgo muito recente (fundado em 1288), de severas muralhas de tijolos vermelhos, nascido da citada obra de beneficiação. Mais activa ainda, a *huerta* de Génova, construída de fio a pavio sobre os lodos do rio Bisagno, colonizada pelos conventos da cidade e seus meeiros (*métayers*), vindos dos lugarejos da montanha: minúsculos quadrados de terras, separados por estreitos aterros, cuidadosamente dispostos sobre as encostas, e, por toda a parte, grandes poços com picota. Todos os pleitos, ou quase, que perturbavam a paz deste povolêu necessitado de hortelãos decidiam, também aqui, conflitos de água. Aos mercados de hortaliças da cidade, a gente da *huerta* vizinha levava os seus frutos, os seus fenos acabados de cortar fosse qual fosse a época do ano, e sobretudo melancias e abóboras de qualidade admirável e desconcertante.

A vinha. — O trabalho da vinha deveu-se, muito pelo contrário, à iniciativa e à direcção dos ricos. Tornou-se um lugar-comum acentuar a dispersão dos vinhedos na Idade Média através de toda a Europa ocidental e apontar cerrados aventureiros mesmo na Inglaterra, nas planícies da Alemanha e na Escandinávia. Os grandes vinhedos especializados que se afirmaram ocupavam muitas vezes terras pouco favoráveis, sob climas difíceis. Alguns invocam, para explicar a necessidade de produzir por toda a parte, no próprio lugar, as dificuldades de transportar vinhos que se conservavam mal em tóneis sujeitos a desconjuntar-se ao longo das estradas mal reparadas; acentuam também, e decerto exageram, as necessidades das comunidades religiosas, para a cele-

bração dos ofícios. Os trabalhos de R. Dion apresentam argumentos mais sólidos: até cerca de 1250, a gente do Ocidente, inclusive nas cidades, preferiu os vinhos claros e ligeiramente ácidos — como é o caso dos de Paris, célebres entre todos — aos vinhos do Oriente e do Sul, que achava demasiado espessos e licorosos. Mais tarde o gosto mudou; mas esta «ofensiva dos vinhos fortes», que provocou um belo incremento dos vinhedos mediterrânicos no Ocidente, atraiu também a atenção dos mercados urbanos para os da Borgonha ou do vale do Loire.

Seja como for, a cultura da vinha apenas se desenvolveu em função dos mercados próximos (cidade, corte episcopal ou principesca) e dos rios, vias de comunicação fáceis. É assim que se explica o êxito bem conhecido dos vinhedos de Bordéus («para que o vinho seja bom, é preciso que a vinha veja o mar», dizia-se na zona do Médoc) e da região de Auxerre, onde, segundo conta Fra Salimbene, religioso franciscano italiano de passagem por estas terras no tempo de Luís IX:

«As pessoas não semeiam, não ceifam, não amontoam nos celeiros. Basta-lhes enviar os seus vinhos para Paris pelo rio que passa perto e desce para lá. A venda do vinho nesta cidade proporciona-lhes bons ganhos, que lhes pagam inteiramente a comida e o vestuário.»

Digamos também que a vinha, planta mediterrânica arriscada nestas regiões do Norte, requer, para produzir vinhos apreciados e vendidos fora do domínio, cuidados fiéis e constantes, que só uma vigilância senhorial — principesca ou monástica — podia exigir. Trabalho de camponês sem dúvida, mas sempre controlado pelos senhores ou, indirectamente, pelos mercadores, seus clientes. Em 1338, os almotacés de Metz já ordenavam a

arrancadura dos pés de *gamay*, bacelos novos que apenas dão um vinho mau «de servidor». Meio século mais tarde, Filipe-o-Audaz censurava duramente os seus súbditos «ávidos de possuírem uma grande quantidade de vinhos», à custa da qualidade; proibia formalmente que se espalhassem adubos nas cercas de vinha e que se plantassem na Borgonha os *gamays* demasiado comuns, cujo vinhô, «cheio de um enorme e horrível amargor, se torna de todo em todo fétido».

Não havia manual de agricultura italiano ou espanhol que não dissertasse longamente sobre os cuidados a dar à vinha. Estudavam em primeiro lugar os bacelos, bastante numerosos, as qualidades apropriadas do solo e mais ainda as diferentes exposições. Depois vinha a maneira de escolher e plantar os sarmentos e sobretudo o enxerto, operação delicada mas essencial, que se fazia então, consoante os casos, de quatro ou de cinco maneiras diferentes, e exigia infinitas precauções.

«Para não fender o tronco», diz um autor espanhol, «atai-o fortemente em baixo, próximo da incisão ...; efectuai a enxertia debaixo de terra, no sítio onde a vinha é mais tenra e onde ela pegar melhor. Utilizai uma lâmina fina para alisar a incisão, uma faca para fender o tronco, uma cunha da grossura do polegar. A incisão deve ser direita. Convém que os sarmentos sejam escolhidos na melhor parte da cepa, que sejam produtivos, lisos, sãos, com grandes botões ... Incisai com três ou quatro dedos de profundidade, a seguir, de baixo para cima, alisai a incisão e praticai-a suficientemente alto para que a água escorra sobre os enxertos e os ajude a tomar sabor, se a vinha for demasiadamente caprichosa.»

O decote, com o auxílio de uma pequena podadeira, efectuava-se em Fevereiro-Março nas terras frias, «para não deixar gelar as incisões»; porém, nas terras quentes, sobretudo as vinhas velhas, enfezadas, eram decotadas antes do Inverno, «para não chorarem nem se empobre-

cerem através das incisões». O dono mandava também preparar estrume e depois devia vigiar os amanhos, várias vezes por ano, para «calçar» e «descalçar» os pés; viam-se então os operários de enxada em punho. Em seguida vinham, antes das vindimas, a desparra e a ablação dos pâmpanos.

A vinha introduzia então, no mundo rural do Ocidente, paisagens particulares e até estruturas sociais originais. Podemos, decerto, menosprezar a produção das altas latadas que trepavam pelas paredes dos solares senhoriais ou sombreavam os pátios das moradas burguesas no centro da cidade. Os melhores vinhos de Paris procediam, segundo se julga, da própria casa do senhor, e o primeiro cuidado de um Martin de La Planche, individualidade parisiense, enriquecido pelo exercício dos cargos municipais e pela mercancia, foi comprar por volta de 1465, perto da Porta de Saint-Martin, o *Hôtel du Pressoir* (edifício público do lagar) «cujos locais têm duas prensas com todas as dornas e utensílios pertencentes às ditas prensas» (P. Thibault). Na Lombardia, os longos pâmpanos das vinhas enrolavam-se nas árvores de fruto, como se fossem lianas. Mas, a maioria das vezes, os pés de vinha estendiam-se sobre as terras quentes e pedregosas dos outeiros, ao rés da terra; nos solos médios das planícies cresciam como pequenos arbustos cuidadosamente alinhados. Todos os anos, em Novembro, o vinhateiro mudava as émpas arrançadas na floresta ou nas matas vizinhas e atava os ramos da vinha com hastes de vime. Estes campos de vinha, notas de verdura clara e de alacridade no meio das terras de cereais ceifadas, eram sempre rigorosamente cercados, asperamente protegidos contra as depredações dos rebanhos. Mais do que qualquer outra cultura, a vinha provocava ou favorecia o individualismo camponês. Muitas vezes o dono concedia aos homens encarregados de desenvolver o vinhedo condições económicas e jurídicas mais vantajosas que aos outros (contratos de *rabassa morta* na Catalunha, de *complant* — bacelada — em França). «A vocação vinícola revestiu um carácter demográfico que a distinguiu da lavragem» (G. Duby). Mais tarde, sobretudo nos anos 1400, a extensão dos vinhedos próximo das cidades exigiu uma numerosa mão-de-obra assalariada, de imigração recente, ainda mal fixada: proletariado muito particular, meio rural, meio urbano, que interveio amiúde por ocasião dos tumultos populares.

III — Hierarquias das condições e das fortunas

A ideia de uma igualdade das condições humanas no interior do mundo campesino, da existência de uma «massa» ou de uma «classe» camponesas é outra tese sem fundamento, perfeitamente abstracta e gratuita. Nada é mais inexacto, mais contrário à realidade.

O senhor do domínio rural não reinava sobre uma multidão anónima de vilãos, todos eles reduzidos ao mesmo estado jurídico ou económico; por vezes não demorou a surgir uma nítida hierarquia, que marcou toda a vida dos campos e as relações sociais no interior das comunidades aldeãs. Ela opunha os homens livres aos servos, os lavradores aos pobres jornaleiros. Esta diversidade das fortunas, jurídica ou económica, já flagrante, agravou-se ao longo dos séculos. No fim da Idade Média, o mundo campesino parece tão complexo e tão hierarquizado como o das cidades. Esta diversidade deve-se tanto às condições jurídicas como aos níveis das fortunas.

1. SERVIDÕES E LIBERDADES PESSOAIS. — A escravatura, à maneira antiga, só desempenhou um papel importante nos países do Ocidente nos séculos que abriram a Idade Média. Mesmo então, haviam já ficado para trás os tempos em que o proprietário da *villa* podia mandar cultivar imensos domínios por legiões de escravos sob a autoridade discricionária dos seus intendentos. Mas ele conservava, alojados nos casebres perto da habitação senhorial ou instalados em mansos¹ (*manses*),

¹ Ao manso (*mansus*), resultante da desintegração da *villa* romana e designando a quantidade de terra necessária e suficiente para prover às necessidades de uma família camponesa, correspondia em Portugal o «casal». (N. do T.)

alguns servos submetidos a todas as espécies de obrigações. Mais tarde, afirmava-se uma outra forma de sujeição: o homem era submetido a uma ou várias taxas consideradas infamantes, em particular a *mainmorte* (direito sobre a herança), o *formariage* (taxa por ocasião de um casamento com uma mulher estranha ao domínio) e o *chevage*² (capitação). Algumas vezes até a sua liberdade era mais limitada; «Que os homens da Terra de São Pedro não escolham mulheres de fora, a partir do momento em que seja possível encontrar no interior do próprio domínio mulheres a quem eles se possam unir», precisavam os costumes de Beaulieu, no Limosino, nos anos 1100. Estes constrangimentos, humilhantes, degradantes, permaneciam ligados quer ao homem quer mesmo a certas tenências (*tenures*) ou terras ditas «servis».

Longas negociações, regateios ou compras de liberdade, processos de todos os géneros, a outorga de privilégios aos *hóspedes* das cidades-novas e uma certa contaminação nas terras vizinhas provocaram a extinção da servidão ou pelo menos o desaparecimento das principais marcas de sujeição. Esta alforria, individual ou colectiva, foi no entanto muito gradual e muito desigual, consoante as regiões. Ao passo que os vilãos da Normandia e das planícies da bacia parisiense obtiveram amiúde bastante cedo as suas liberdades, por vezes mesmo a partir dos anos 1100, os *homens de corpo* permaneciam numerosos três séculos mais tarde nas regiões de montanha, em particular no Sul: Itália do Centro ou do

² *Mainmorte*: a princípio estado dos servos privados da faculdade de testar quando não tinham filhos, sendo o senhor o herdeiro, tornou-se mais tarde um direito recebido pelo senhor sobre a sucessão do servo; *formariage*: semelhante às «gaioas» em Portugal; *chevage*: na Península Ibérica, os indivíduos sujeitos a esta capitação eram os «juniores de capita». (N. do T.)

Sul, Alpes do Delfinado ou da Provença. Mesmo em certas zonas de boas terras, podemos observar, já muito tarde, uma sólida manutenção da servidão, ou quiçá, como aventaram vários autores, um reforço desta servidão, novas dependências e constrangimentos, um agravamento da condição pessoal dos camponeses; é o que se passa, por exemplo, na Champanha, no Nivernês, no Franco Condado e em algumas regiões da Borgonha.

Em 1337, numa carta dirigida ao seu bailio de Vermandois, Filipe VI retirava a sua salvaguarda concedida até então a mais de quatro mil pessoas, servos do capítulo de Notre-Dame de Laon; de facto, um recenseamento estabelecido com base em procurações assinadas no ano de 1339 permite identificar três mil e setecentos homens, mulheres e crianças de condição servil, nas terras da citada senhoria. Nesta época, todas as aldeias da região, submetidas ao capítulo, ao bispo ou aos senhores laicos; eram, na quase totalidade, povoadas por homens de corpo; nesta ou naquela aldeia mais de trezentas pessoas ou por vezes mesmo quatrocentas reconhecem-se servas ou homens de corpo do capítulo (M. Cousin).

Isto sublinha bem a extrema diversidade das condições humanas nos nossos campos do Ocidente.

2. A ARISTOCRACIA CAMPONESA: FORTUNAS E PODERES. — Os textos ocidentais só mostram claramente os vilãos instalados numa tenência (*tenure*), num manso (*manse*). Na origem da senhoria fundiária, e por vezes ainda nos tempos carolíngios, o manso era explorado por uma só família camponesa — *terra unius familiae* — e um par de bois atrelados ao arado ou à charrua. A sua superfície não variava muito de uma para outra região: aproximadamente uma dezena de hectares, segundo pa-

rece. Mas, mais ou menos cedo, conforme as zonas, o manso fica fragmentado, dividido entre filhos e descendentes. Deixa de ser uma unidade de exploração para se tornar apenas uma unidade fiscal. Cada vez mais, a sequência das heranças, das vendas, das alienações, dos arrendamentos-vendas e das dívidas, depois a introdução progressiva da moeda e da ideia de lucro, provocam necessariamente uma nítida hierarquia das fortunas. Impõem-se então os homens que reuniram pacientemente várias tenências e igualmente aqueles que detinham poderes de chefia concedidos pelo senhor ou pela comunidade aldeã. É o caso dos antigos servidores, os *ministeriales*: os *intendentes*, *sergentes*, *bailios*, ou antes, *reeves* em Inglaterra; estes últimos eram muitas vezes de origem servil. Chefes das comunidades camponesas, juntam aos produtos das suas terras os rendimentos de alguns direitos de baixa justiça. Todos administravam os seus bens com rigor. Os Arquivos Nacionais de Paris conservam uma bela colecção de chancelas de que se serviam, desde os anos 1200, os ricos camponeses da Normandia ou da Ilha de França.

Todos os historiadores da economia rural inglesa mostraram de forma clara a poderosa originalidade e o vigor desta aristocracia camponesa. Prova-o antes de mais um intenso mercado das terras e dos direitos que conduziu inexoravelmente a uma nítida renovação social e, sobretudo, à concentração das fortunas e dos poderes em algumas mãos. Em certa aldeia do Kent (em Gillingham), os funcionários do arcebispo de Canterbury recenseavam trezentos tenentes em 1285 e apenas cento e dez em 1447. Nesta mesma data, a repartição das terras faz, entretanto, sobressair assaz nitidamente uma forte hierarquia das fortunas e o êxito de certas fa-

mílias: vinte e cinco tenentes possuíam menos de 2 a de bens, quarenta e um possuíam de 2 a a 10 a, dezanove de 10 a a 50 a, nove de 50 a a 100 a, e enfim, seis famílias estavam à cabeça de mais de 100 a (1 a vale cerca de 0,4 ha). Manifesta-se assim, em toda a Inglaterra das ricas zonas agrárias, a ascensão de camponeses livres, os *yeomen* (no Kent) ou os *husbandmen* (no Sussex), que asseguraram muitas vezes os seus lucros arrendando um solar ou uma parte de solar. O estudo dos bens arrendados pelo arcebispo de Canterbury permite definir este tipo social do rendeiro rico e põe bem em realce a diversidade das origens sociais. Os Tarring, enriquecidos pouco a pouco pela agricultura tradicional, pela venda dos excedentes de trigo e de cevada, têm alugados 120 ha de boas terras do solar de Worthing, no Sussex; possuem uma casa de senhor (um *hall*), *cottages*, numerosos móveis e dinheiro à vista; têm também campos dispersos por várias aldeias vizinhas. Os Knatchbull, instalados desde há muito no Romney Marsh, devem a sua fortuna à beneficiação do pântano, empreendida em parte a seu cargo, sob o incentivo do arcebispo; exploram mais de 800 ha de terras recentemente escoadas, ganhas ao antigo pântano de Aldington. No Hertfordshire, o êxito social dos Blackedes afirmou-se muito mais lentamente através da criação de carneiros e da exploração de um moinho de cereais. Os Amadas, rendeiros de um solar em Lambeth, não longe do Tamisa, eram filhos de um ferreiro de Londres; proprietários de casas na capital, alugaram grandes extensões de prados ao arcebispo e ao duque de Norfolk, explorados de um modo bastante racional, divididos regularmente por diques e caminhos.

Estas pessoas eram, naturalmente, muito abastadas. Um sermão do célebre teólogo Hugh Latimer descreve

os bens e a vida de seu pai, nos anos 1480-1500. Este homem dirigia uma herdade, a mesma durante toda a sua vida; lavrava terras suficientes para ocupar regularmente e pagar doze homens ao longo de todo o ano; possuía pastangens que chegavam para cem carneiros e trinta vacas leiteiras; enviou o jovem Hugh à escola, casou uma das suas filhas com um dote de cinco libras; era generoso na esmola e oferecia hospitalidade aos pobres das redondezas.

3. OS JORNALEIROS; O PROLETARIADO RURAL. — As cartas ou censuais, como é óbvio, falam apenas dos camponeses providos de tenências para semear. Eles fazem-nos esquecer demasiado facilmente os pobres da aldeia, aqueles que vimos ocupados a cultivar, com enxada e pá, a sua estreita horta cercada. Eram no entanto, com toda a certeza, muito numerosos. É para assegurar, em parte, a sua alimentação que subsistem durante muito tempo algumas coacções colectivas e direito de usos particulares: o rebanho comunal e o pasto livre nos terrenos onde não há sementes nem frutos, direito de respigar os cereais, de apanhar os restolhos, de cortar a lenha seca das florestas. Também neste caso os inventários ou os registos de contabilidade ingleses, muito exactos, indicam o número de tais pobres, dos habitantes dos pequenos *cottages*, com frequência ainda «servos», que formavam por vezes mais de metade da população da aldeia. Observou-se mesmo que em certas paróquias do Warwickshire, em 1279, o terreno agrícola aldeão quase não comportava mais que o solar senhorial e as hortas dos pobres; apenas se encontrava aí um número muito restrito de tenentes (*freeholders*) instalados em tenências semeadas. No Hainaut, o estudo das fi-

cercada, por vezes um aprisco mesmo ao lado. Mas como precisar e matizar mais? Este casebre dos livros pintados com iluminuras convém mais a uma cena estilizada, tratada muitas vezes sem convicção e sem grande preocupação de verdade.

Os estudos sérios sobre a casa rural ao longo de toda a Idade Média estiveram gravemente ausentes durante demasiado tempo. Deste ponto de vista, a arqueologia medieval sofria de um indubitável atraso no Ocidente. Só os trabalhos de escolas inglesas podiam trazer resultados comparáveis aos que proporcionavam, havia já muito tempo, as escavações empreendidas nos sítios das civilizações antigas.

Tivemos porém a sorte de assistir nos últimos dez anos, em todos os países, à multiplicação de investigações e buscas sobre o *habitat* rural medieval, em particular nos sítios das aldeias abandonadas. As descobertas e as primeiras conclusões dos arqueólogos alemães e franceses vêm assim juntar-se às dos pesquisadores ingleses e permitem, no total, fazer uma ideia mais precisa da casa camponesa e das diferentes condições de vida. Tais descobertas, de facto, põem sobretudo em evidência a grande diversidade das técnicas, dos materiais, das concepções e das dimensões.

A própria casa de madeira, tão espalhada na Idade Média através de todo o Noroeste e Oeste europeu, apresentava-se certamente sob aspectos muito variáveis. A sua ossatura podia ser de fortes vigas profundamente enterradas no solo e regularmente espaçadas, sustentando as peças de armação do telhado ou, noutros lugares, de grandes segmentos de madeira curvos, os *crucks*, que se uniam na cumeeira, samblados à maneira de uma nave, e sustentavam directamente a cobertura de colmo ou de placas de relvado. Esta técnica dos *crucks* manteve-se até bastante tarde em Inglaterra, sobretudo nos Midlands, para os modestos *cottages* pouco elevados, depressa construídos e depressa

abatidos em caso de perigo de incêndio. Vigas ou *crucks* seguravam as paredes exteriores feitas quer de tábuas quer de estacaria envolvida em palha, em barro amassado com palha ou em adobe; estas paredes atingiam espessuras de 15 cm a 30 cm. Certas casas de madeira construídas com vigas, embora de dimensões muito variáveis, apenas tinham uma única nave, sendo por vezes as paredes exteriores consolidadas por meio de arcobotantes em obliqua; outras casas, sustidas por uma ou duas filas interiores de vigas, eram então divididas em duas ou três naves. A casa de madeira traduzia também, por outro lado, as actividades e a qualidade social dos homens: pequenas casas rectangulares ou quadradas (5 m por 4 m, aproximadamente) para os *cottagers* ou *bordiers* sem terra; grandes casas alongadas (4 m a 6,5 m por 10 m a 23 m numa aldeia inglesa, 5 m a 7 m por 30 m como é o caso na Baixa Saxónia) do tipo *long-house* de dois ou três compartimentos sob um único telhado, para os tenentes lavradores proprietários de gado; enfim, a herdade-pátio de criação com dois edifícios principais (habitação e estábulo) e várias dependências ordenadas em torno de um pátio muitas vezes lajeado, para os ricos rendeiros.

Todavia, mesmo em Inglaterra, estas casas de madeira cederam muitas vezes o lugar, nos anos 1200, na altura em que se afirmava mais a protecção das florestas, a construções de tipo idêntico mas feitas de pedras aparelhadas. São estas que predominam posteriormente, embora apresentando numerosas variedades regionais; citemos, por exemplo, a *platform-house* da Cornualha ou do Devon, espécie de casa comprida com duas entradas construída sobre uma plataforma oblonga disposta sobre o flanco da colina, abrigada do vento e da chuva, rodeada por um muro de pedras soltas e incluindo também uma pequena granja.

Em França, as duas técnicas, madeira e pedra, ou se sucedem no tempo ou são vizinhas numa única região no mesmo momento. É o caso, por exemplo, da Borgonha, onde a construção de madeira parece manter-se durante muito tempo e onde as escavações de Dracy permitem descrever exactamente várias casas de pedra. Estas moradas de dimensões variáveis (uma de 7 m por 9 m, a outra de 4 m por 7 m), comportando por vezes um andar e dois ou três compartimentos separados por tabi-

ques, cobertas de pesadas lousas de pedra, apoiadas à penedia ou mais solidamente assentes no solo, eram feitas, de uma forma assaz grosseira, de pedras soltas seguras por uma liga de greda amarela; os chãos eram de terra batida ou de argila; aquecidas graças a lareiras abertas ou por meio de chaminés de pedra ou de madeira, estas casas davam acesso a uma soleira de dois ou três degraus de pedra através de uma alta porta; a existência de janelas não é certa. Tais casas, que datam dos anos 1400, encontram-se igualmente, na mesma época, em vários outros locais (Rougiers na Provença, Condorcet nas Baronias, Saint-Jean-le-Froid no planalto do Lévezou nas Causses). Correspondem certamente a uma prática bastante antiga, que remonta muitas vezes aos primeiros tempos da era medieval e prosseguiu assim no decurso de longos séculos.

A alimentação. — Continuamos também mal informados acerca do vestuário dos trabalhadores rurais, obrigados como estamos a limitar-nos a algumas considerações gerais e a uma imagem excessivamente uniforme: uma simples blusa, de tecido no Verão, de couro durante a invernia, apertada à cintura; por vezes, um manto com capuz. Também neste capítulo carecemos de estudos rigorosos sobre o conjunto dos costumes camponeses do Ocidente medieval, estudos que deveriam ser levados a cabo, não já como uma procura do anedótico ou do pitoresco para satisfazer um gosto fácil pelo folclore, mas à maneira de inquéritos sociológicos e históricos.

A história da alimentação está muito melhor elaborada, embora, verdade seja dita, desde há pouco tempo. Os historiadores das sociedades medievais puseram decididamente de lado as estranhas ordenações das emen-

tas senhoriais ou principescas, com todos os seus serviços e os seus pratos, as suas espantosas invenções, ou ainda as receitas de cozinha para uso dos grandes burgueses dos centros mercantis, ávidos de curiosidades exóticas, para se interessarem de preferência pela realidade quotidiana, mais baça e mais difícil de apreender. Graças ao estudo da produção rural, dos foros senhoriais, sobretudo das contas das comunidades monásticas e das rações de comida distribuídas aos operários agrícolas e aos artífices, parece possível definir de uma forma um pouco mais precisa os hábitos alimentares do mundo campesino de então e, até, determinar a respectiva evolução.

A alimentação, ao longo de toda a Idade Média, baseia-se essencialmente, por um lado, na colheita dos «frutos» selvagens, por outro, nos «pães»; esta palavra designava cereais de natureza e de qualidade muito variáveis. Numa primeira fase — pelo menos até aos anos 800, segundo se crê — predominava a cultura dos cereais inferiores, das leguminosas, de plantas não panificáveis, que apenas podiam dar papas de farinha de má qualidade; era o caso do cardo-corredor, da espelta e do sorgo. No tempo de Teodorico, apesar de a Itália não ter ainda conhecido os desastres das intervenções armadas bizantinas e lombardas, estas más farinhas eram as mais comuns: Cassiodoro dava ordem para se distribuir às pessoas esfomeadas o cardo-corredor guardado de reserva nos celeiros públicos de Pavia e de Tortona.

O progresso das lavras e o arroteamento das melhores terras permitiram estender a cultura do frumento; os moinhos de água, já citados em pequeno número pelo político da abadia de Saint-Germain-des-Prés nos anos 800, deram mais facilmente farinhas panificáveis. As-

sim, pouco a pouco, propagou-se, mas de uma forma bastante desigual consoante as regiões e os meios, o uso do pão, que foi durante muito tempo, nos campos da Inglaterra e da França, a nutrição fundamental dos camponeses. Os homens só lhe acrescentavam os produtos da recollecção, da caça e da pesca; mais o vinho, cujo consumo parece muito generalizado entre os camponeses nesta época, pelo menos em França. O vinho não era aqui uma bebida de luxo e, no que se refere ao povo, o seu uso era com certeza mais corrente nas aldeias do que nas cidades.

Mais tarde, sem dúvida nos anos 1300, verifica-se uma outra modificação que marca em numerosos países do Ocidente a procura de uma alimentação ao mesmo tempo mais rica, mais fina, e acima de tudo mais variada. O pão de frumento impõe-se, muitas vezes de um modo decisivo, nas cidades e, também, nos campos.

Assim o testemunham os regulamentos municipais, os estatutos dos mestres, as tarifas de alfândegas ou de impostos de terradigo, as contas das comunidades religiosas, das confrarias, das instituições de caridade, os inventários após óbito, que dão uma razoável ideia dos utensílios de cozinha e das reservas alimentares. Os grãos encontrados em Dracy, pequena aldeia da Borgonha, habitada sobretudo por vinhateiros, mostram que o consumo de frumento, logo de pão branco, era aí tão importante como o dos outros cereais. A imagem do camponês alimentado apenas por ruim pão, negro e duro, cozido unicamente algumas vezes por ano, deve ser excluída do nosso repertório, pelo menos no que concerne aos anos 1300 e 1400.

Ao mesmo tempo desenvolviam-se as culturas complementares, principalmente as leguminosas, as favas e

as ervilhas; a sopa de ervilhas estava então muito divulgada nas zonas rurais do Ocidente. O consumo de carne, por fim, afigura-se simultaneamente muito mais geral e muito mais importante do que o diziam os nossos manuais, sempre afeiçoados à imagem de uma Idade Média sombria, de barbárie e de miséria. Os pregões (*bans*) municipais e os registos das gabelas apenas informam, mesmo assim de uma maneira imperfeita, sobre as práticas urbanas. Contudo, parece que nos campos a comida comum, a dos senhores, dos lavradores e até dos criados, comportava sempre porções apreciáveis de carne de matança, em especial o carneiro. Conhecemos bem este facto graças aos regulamentos dos príncipes, que fixam, de uma forma bastante precisa, em particular nos territórios alemães, as rações quotidianas dos criados de quinta. Um regulamento saxónio de 1482 define assim a composição das duas refeições que os senhores e os cavaleiros têm de servir aos homens que eles empregam como obreiros e criados; cada refeição deve incluir quatro pratos: nos dias de carne, uma sopa, duas carnes e uma sobremesa; nos dias de jejum, uma sopa, um peixe fresco ou seco, duas sobremesas, ou ainda cinco pratos, entre os quais dois peixes; estes homens terão, de manhã e à noite, pão e cerveja clara. Tais disposições nada tinham de desabitual; regulamentos deste género e do mesmo teor encontram-se em todas as regiões da Alemanha.

Esta alimentação mais variada dá assim testemunho de um género de vida já mais evoluído e, no conjunto, de um certo desafio económico. É claro que não pretendemos esconder as sombras do quadro, nem calar os danos dos maus períodos. Nos anos 1315-1320, a situação foi tão difícil que estes danos tomam repetidas vezes

o aspecto de catástrofes: os espaços rurais são então cenário de terríveis fomes, e os camponeses, enfraquecidos pelas privações, parecem mais vulneráveis às epidemias. No entanto, estas fomes e a miséria fisiológica não se manifestam de uma forma crónica ao longo de toda a Idade Média. Os campos medievais do Ocidente nutrem melhor os seus homens do que o fizeram ou fazem ainda tantos outros países onde a fome é um mal que não poupa ano algum. O que conduz assim a acentuar os aspectos positivos desta civilização agrária, que dispunha de escassos meios técnicos para vencer solos e climas por vezes difíceis.

Por outro lado, parece certo que esta evolução das condições de vida e a melhoria da alimentação se não inscrevem de modo algum num processo de avanço contínuo. A situação alimentar era bem melhor para os camponeses no tempo de Carlos VII e de Luís XI do que dois séculos mais tarde.

CAPÍTULO II

O ARTESANATO E A INDÚSTRIA

I — Os artífices no mundo rural

*A ideia de uma actividade artesanal exclusivamente concentrada nos grandes burgos mercantis deve ser abandonada. No início do nosso período, este trabalho era, muito pelo contrário, frequentemente levado a cabo nos campos; ele integrava-se perfeitamente no âmbito da senhoria fundiária. A passagem desta actividade essencialmente rural, marcada pelos costumes e pelos constrangimentos do mundo camponês, a uma indústria propriamente urbana dominada por chefes de empresa «capitalistas», dedicada à exportação para países longínquos por conta de grandes mercadores, situa-se, segundo as regiões, em períodos muito variáveis; na maioria dos casos, só no decurso dos anos 1200. Certos países, mais afastados dos itinerários do comércio internacional, não a conheceram. Seja como for, nas próprias províncias onde se desenvolvera uma indústria urbana próspera, de luxo, o trabalho camponês de produtos mais grosseiros continuava a conservar os seus di-

reitos e proporcionava um acréscimo de rendimentos bastante apreciável.

* 1. A SENHORIA RURAL E A INDÚSTRIA DOMÉSTICA. — Numerosos autores chamaram a atenção para a mediocridade das trocas e da vida urbana no Ocidente bárbaro e franco. Decerto que importa matizar um pouco. É no entanto verdade que a uma antiga economia monetária sucedeu uma economia de subsistência em que a terra, sobretudo, fornecia riqueza e poderio.

A *villa* franca era uma verdadeira célula económica que devia prover às necessidades do senhor e da comunidade rural. Apenas eram comprados no exterior alguns raros produtos preciosos, de origem longínqua, sempre trazidos com grande despesa: diferentes tipos de relicários (arcas, caixas ...), cálices, vestes sacerdotais para os bispos, por vezes as armas dos senhores.

O grande domínio produzia não só os víveres dos homens e dos animais, os instrumentos dos camponeses e hortelãos, as armadilhas e redes para os caçadores e guardas-florestais, os tonéis para meter vinhos e géneros salgados, mas também as roupas de couro, as peças de sarja e as telas de linho.

Os tenentes trabalhavam a pedra, construíam as casas, telheiros e lagares; asseguravam os transportes essenciais.

* Para a conservação das casas do senhor, para reparar o palheiro, a granja, o estábulo, cada um deles tomará a sua vez, ou, se for preciso, deitarão mãos à obra em conjunto. Cinquenta homens estão encarregados da pedra, da lenha para o forno da cal, se este estiver perto; se estiver longe, cem homens deverão fazer tal trabalho; e a cal será levada à cidade ou ao domínio, onde houver necessidade dela (extraído da Lei dos Bávaros; antes de 750).

Por seu lado, as mulheres tosquiavam os carneiros, preparavam a lã, «espadelavam» o linho, fiavam, teciam as telas e os panos, cosiam as roupas. Dos escravos instalados nas terras e até dos homens livres, o senhor exigia, além das medidas de trigo e das aves de capoeira, alguns produtos do seu trabalho de Inverno: tochas de cera, aduelas e aros para as vasilhas, traves, ripas e tábuas de madeira. As mulheres escravas «fazem a sarja com a lã do senhor e engordam a criação». Na Frísia, a peça de pano de um comprimento bem determinado — a *wede* — fez assim as vezes de moeda; e nos países eslavos, as de linho substituíam também as moedas metálicas. Fornadas demasiado raras; hábitos nascidos sem dúvida dos costumes ancestrais da economia dominial, a qual permaneceu à margem das trocas e da circulação monetária.

*

* Acima de tudo, o senhor ou o seu intendente obrigavam os servos da *familia* a trabalhar nas oficinas próximas da casa de habitação: «Que cada intendente, precisa o capitular *de Villis et Curtis*, tenha bons obreiros, a saber: obreiros para o ferro, para o ouro e para a prata; sapateiros, torneiros, carpinteiros, fabricantes de escudos, pescadores, passarinhos; fabricantes de sabão, homens que saibam fabricar cerveja, sidra, perada e todas as espécies de bebidas; padeiros que façam pastéis para a nossa mesa; obreiros que saibam confeccionar bem as redes tanto para a caça como para a pesca e para apanhar as aves, e outros obreiros que seria demasiado demorado enumerar.» As mesmas instruções, sempre escrupulosas, mas igualmente desordenadas, ci-

tavam noutros lugares os fabricantes de fatos de couro e de calçado, de uchas e de arcas, os seleiros, os que trabalham nas forjas, nas minas de ferro ou de chumbo.

* Esta organização dominial da economia agrícola e artesanal reencontra-se muito mais tarde, e em maior escala, nos reinos da Europa central e dos países eslavos. Nos anos 1100 e 1200, o duque da Polónia havia instalado, nas herdades hereditárias, milhares de camponeses-servos, os quais partilhavam o seu tempo entre a cultura das terras e actividades artesanais bem precisas. Estes *ministeriales*, obrigados ao fornecimento do vestuário, armas e instrumentos de trabalho, estavam repartidos por aldeias estritamente especializadas, às quais era dado o nome da profissão exercida pelos camponeses: tanoeiros, construtores de barcos, de trenós, segeiros e torneiros; fabricantes de peneiras, de pontas para as flechas; sapateiros, peliteiros e correeiros; fabricantes de farinha ou de mel; caçadores e pescadores. Os textos da época citam mais de quatrocentas destas aldeias de artífices do Estado, repartidas pelo conjunto do ducado.

* 2. AS INDÚSTRIAS DIVERSIFICADAS NOS CAMPOS. — No Ocidente, mesmo fora do âmbito da *villa*, a indústria permaneceu durante muito tempo exclusivamente ou sobretudo rural. Isto deve-se antes de mais à ausência do grande comércio e, portanto, à necessidade de produzir no próprio lugar, mas também à dispersão das forjas e da força motriz: madeira e carvão vegetal das florestas, rodízio dos moinhos movidos pelos cursos de água.

* A indústria do ferro oferece um exemplo perfeito desta dispersão do trabalho, ligada:

- *À fraca produção das minas.* Foram muito raras, e isto até cerca dos anos 1450, as regiões verdadeiramente especializadas, capazes de exportar minérios para longe. Os mineiros exploravam principalmente uma grande quantidade de poços nas montanhas, de uma forma bastante rudimentar. Um só homem escavava o poço, apenas ajudado pelos familiares; dispunha somente de um leve sarilho para trazer a terra à superfície e depois o minério. O poço não era consolidado por uma entevação, nem enxuto por bombas; assim, era inevitável abandoná-lo logo que as águas de infiltração o inundavam e renunciar a procurar filões ricos em profundidade. Os processos químicos de extracção do metal continuavam ainda assaz imperfeitos: as escórias, por volta de 1150-1200, continham cerca de 50% de ferro. Donde resultavam rendimentos fracos, uma exploração limitada a jazigos minúsculos, ao rés do solo, de teor insuficiente. Multiplicavam-se assim os pontos de extracção;

- *À fraca produção das forjas.* O único combustível era, juntamente com a madeira, o carvão vegetal fabricado nos fornos ou «fossas carvoeiras». Mas a madeira esgotava-se depressa e, tal como os mineiros, os carvoeiros e ferreiros levavam uma vida seminómada, sempre em busca de novos cortes.

A forja, ou o forninho, era, por outro lado, uma construção muito primitiva, erguida de afogadilho (aproximadamente 1 m de altura por 1,5 m de lado), em paredes de pedras refractárias revestidas de terra. Colocava-se aí o minério lavado, mais ou menos esmagado e misturado com pedras calcárias ou margas, que facilitavam a fusão e davam um metal menos fosforescente. A matéria fundida (não mais de cerca de 15 kg de cada vez), repartida em três ou quatro lingotes, era de novo levada ao rubro num outro forno. O dono das forjas entregava o ferro, afinado e batido a seguir sobre uma bigorna, em «chapas». Os foles para activar o fogo e os martelos para bater o ferro eram todos movidos à mão. Estas forjas, muitas vezes chamadas *forjas catalãs*, produziam pouco, exigiam muita mão-de-obra. Assim se explicam os preços bastante elevados de todos os objectos de ferro nesta época: armas, utensílios, pregos.

A floresta, único reservatório importante de combustível, não abrigava apenas os operários do ferro. Viviam igualmente nos bosques os companheiros, traba-

lhadores do vidro e, sobretudo, os da madeira. Já em 1413, Carlos VI notificava os seus oficiais da Normandia para que «impedissem os segeiros, ucheiros, tanoeiros, fabricantes de medidas de madeira, caixeiros e obreiros de barris, arcos dos arreios dos cavalos, pás, escudelas, selas, tabuleiros e outras obras de madeira, residentes na orla das florestas de Conches, de Breteuil e de Beaumont-le-Rogier, de fazer os trabalhos dos respectivos mestres em suas casas ... e que os obrigassem a ir labutar nas citadas florestas». Assim, a floresta permanecia realmente, ao longo de toda a Idade Média, esse mundo estranho, muitas vezes hostil, onde erravam os pastores e as suas varas de porcos, os obreiros da madeira e do ferro, alheios às comunidades aldeãs ou urbanas, à margem dos grupos sociais estáveis, das leis e dos costumes estabelecidos; onde iam à aventura os pobres em busca de algum ganho ou furto, os foradalei que engrossavam os bandos de salteadores. Mundo hostil, sempre assustador. Da beira dos vastos bosques, no Maine, hão-de partir em 1789 os grandes medos que sacudiram tão violentamente os campos vizinhos.

*Já tarde, nas próprias cidades onde a produção foi bastante mais importante, o trabalho do ferro e da madeira mantinha ainda este carácter artesanal e até seminómada. Em 1228, estes mesmos companheiros formavam o mester mais numeroso em Pisa e uma das primeiras associações profissionais da cidade; isto derivava sem dúvida da proximidade das minas da Maremma Toscana ou da ilha de Elba e das construções navais, muito activas. Mas tal trabalho não era verdadeiramente especializado e torna-se curioso verificar que, na cidade como outrora na floresta, estes dois ofícios esta-

vam estreitamente ligados. Os *fabri*, ao mesmo tempo carpinteiros e ferreiros, levavam ainda uma vida itinerante; trabalhavam durante o Inverno na ilha de Elba, na ilha del Giglio, nos montes da Toscana ou até na Córsega para cortar as árvores, fazer carvão, extrair o ferro; no Verão vinham instalar-se. alguns meses em Pisa, trazendo a sua madeira de construção, carvão e minério: precisamente no momento em que os burgueses deixavam a sua cidade, com receio do calor, das fortes febres da malária e desta gente tão turbulenta.

*

Enquanto a *villa* tinha, desde há muito, cessado de confiar o trabalho da lã ou do linho às mulheres do gineceu, este mantinha-se com grande frequência nos campos. Por volta de 1200, e ainda mais tarde, certas regiões da Europa central ou da Alemanha continuavam a tecer «pano camponês» para os aldeões (ao passo que os burgueses das cidades compravam tecidos da Flandres). Na Solonha, nesta mesma época, a lã dos carneiros, de qualidade medíocre, era apenas trabalhada por camponeses, pisoadada por numerosos moinhos fortificados, instalados sobre os mínimos cursos de água. Nos arredores de Pisa, que era no entanto um grande centro mercantil, este trabalho da lã desenvolveu-se até cerca de 1220, fora das tradições da cidade, da fiscalização dos seus homens de negócios; aqui, os moinhos de apisoamento animavam o Val di Serchio, o Valdarno, sobretudo a zona chamada do Piemonte. Os mercadores vendiam inclusivamente aí

corantes e alúmen. Os pequenos negociantes dos burgos rurais (os *merciadrii*, os nossos *retroeiros*) começaram por levar para o mercado da cidade os melhores panos da sua região; só mais tarde os obreiros-camponeses vieram trabalhar na cidade, ou melhor, nos seus arrabaldes. Em Pisa, a indústria dos campos precedeu pelo menos dois séculos a da cidade.

3. OS ARTÍFICES E OS SENHORES. — Os poderes do senhor pesavam gravemente sobre todas estas indústrias rurais, porquanto ele detinha a posse de florestas, minas e cursos de água. Na floresta, regulamentava severamente os direitos de uso, proibia que se apanhasse madeira e se fizesse carvão. As minas, regularmente arrendadas em troca de um direito anual, e as forjas integravam-se quase sempre na exploração «dominial». Quando se propagou, mais tarde, o uso de algumas máquinas movidas pelo rodizio dos moinhos, para triturar o minério ou pisoar a lã e os panos, o senhor foi o primeiro a beneficiar, visto que só ele dispunha da força dos cursos de água. Sabe-se todo o proveito que certas comunidades religiosas retiravam das quedas de água e das máquinas movimentadas pelos rodízios dos moinhos. Os cônegos da catedral do Mans já possuíam em 1085 um «moinho de triturar o ferro»; e, nos Alpes, em particular na região de Allevard, os Cartuxos foram donos de forjas bastante activos.

As oficinas das abadias cistercienses, estabelecidas quase sempre no fundo dos vales, próximo de um ribeiro que os monges sabem represar e domar, oferecem os mais belos exemplos desta conquista da força motriz da água.

*«O rio nada recusa do que se lhe pede. Ele eleva ou abaixa alternadamente estes pesados pilões, estes maços se assim preferis; ele poupa aos pisociros uma grande fadiga... quantos cavalos se não esgotariam, quantos homens não fatigariam os braços nos trabalhos feitos para nós, sem qualquer esforço da nossa parte, por este rio tão gracioso ao qual devemos quer o nosso vestuário quer a nossa comida!... Ao sair dali, ele entra na tanaria, onde, para preparar as matérias necessárias ao calçado dos irmãos, mostra tanta actividade como cuidados; depois divide-se numa multidão de pequenos braços...; procurando diligentemente por toda a parte aqueles que têm necessidade do seu ministério... quer se trate de cozer, peneirar, tornear, esmagar, regar, lavar ou moer.»

*Todos os moinhos permaneceram durante muito tempo senhoriais (ou *banais*); as vendas e cessões de feudos citavam escrupulosamente, entre os direitos do senhor: «as fábricas, montes, planícies, florestas, bosques, moinhos, feudos de moinhos, rios, quedas de água, aquedutos e canais...». Deste modo, o uso das máquinas contribuiu para aumentar o império dos amos (príncipes, senhores laicos, comunidades religiosas, burgueses adquiridores de solares) sobre o artesanato dos campos, já que eles possuíam o essencial do poder económico, a força motriz dos cursos de água, a madeira e o carvão.

*

Por outro lado, estes proprietários mantiveram durante muito tempo inúmeros artífices sob a sua dependência jurídica ou económica. Aos servos domésticos que deixavam a *villa* mas continuavam a servi-los efectuando trabalhos muito precisos, eles confiavam terras ou rendimentos: feudos de artífices, ou feudos de mes-

teres, bastante numerosos, que sublinhavam bem a permanência do quadro senhorial. Concedidos antes de mais a *ministeriales* providos de cargos administrativos — o juiz, o colector dos foros —, estes benefícios ou feudos foram pouco a pouco atribuídos a simples obreiros. Os costumes da abadia de Beaulieu, no Limosino, citam assim, para os anos 1100, os feudos do celeiro, do cozinheiro, do guarda-florestal e do pescador. Um pintor, igualmente hábil na arte de fazer vitrais, comprometia-se a trabalhar durante toda a sua vida para os monges de Saint-Aubin d'Angers, que lhe davam como feudo um arpen de vinha e uma casa; feudo que poderá transmitir a seu filho se este também souber ornamentar o convento com frescos e vidraças pintadas.

Mesmo instalado na cidade, perto do conde, do bispo ou do abade, o artífice recebia muitas vezes um feudo que o ligava estreitamente ao amo. Foi o que se passou com esse Léon, carpinteiro, a quem o bispo de Chartres concedeu, por volta de 1250, um feudo-renda de cinquenta soldos por ano e direitos de justiça sobre os outros carpinteiros da cidade; a carta indica todas as suas obrigações, pesadas sobretudo no tempo das vindimas, quando ele devia «servir a adega de dia e noite»; ela diz também que este Léon recebia comida e bebida em cada dia de trabalho (consoante os casos: michas, pães brancos, vinho de freira, uma galinha, carne salgada), mais o direito de almoçar na corte e à mesa do bispo. Este homem pertencia ainda sem dúvida à *família* do amo.

Por volta de 1130, a primeira compilação de direito costumeiro municipal de Estrasburgo precisava muito exactamente todos os ser-

viços e fornecimentos devidos ao bispo pelos mestres da cidade; os ferreiros deviam ferrar os cavalos quando ele era chamado à cavalcada imperial, e dar trezentas flechas se o castelo episcopal fosse cercado; fabricavam também gratuitamente as fechaduras e correntes das portas da cidade. Os pescadores deviam pescar para o bispo durante três dias e três noites na altura da Santa Maria e do S. Miguel. Os sequeiros davam duas selas de carga por ano, quatro se o imperador havia convocado a hoste do bispo; os sapateiros, as couraças, capacetes e aljavas de couro negro para o exército episcopal. Os carpinteiros apresentavam-se todas as segundas-feiras à porta do castelo e esperavam ordens; quando tocavam os sinos da primeira missa, podiam regressar às suas oficinas se não tivessem recebido qualquer encomenda. Todos os artífices da cidade estavam assim empenhados, de uma ou de outra maneira, no serviço do bispo.

Os próprios mercados, pelo menos durante os primeiros tempos, não escapavam ao controlo dos senhores munidos de grandes domínios rurais. Em Itália, no tempo dos reis carolíngios, a maior parte das *villae* da planície lombarda possuíam uma frota de barcas e haviam construído portos e entrepostos no Pó ou nos seus afluentes. O convento de Leno (Brescia) mantinha um porto no lago de Iseo e, no rio, instalações mercantes para descarregar e guardar os víveres em Nova, Brescia e Macreta. O mosteiro de Bobbio, embora isolado nas montanhas do Apenino, lançava também, nesta época, os seus próprios navios através dos rios da planície. As comunidades monásticas arranjavam mercados *intercurtensi*, onde trocavam os produtos dos seus diferentes domínios. A fundação, em 908, da abadia de Fontaneto de Agogna, próximo de Novara, provocou desde logo a instituição de um mercado rural mensal.

Mesmo nos países do Norte da Europa, os mercadores não eram todos uns pés-descalços, errantes ao longo das estradas, servos escapados do domínio senhorial ou

camponeses expulsos das suas terras pelas guerras e as invasões. Muitos deles, nas cidades, pertenciam, originariamente, à *família* do bispo. Em Liège, os servidores dos cônegos de Saint-Lambert entregavam-se a toda a espécie de tráficos e adquiriram casas «próprias para todos os usos comerciais» ao redor da praça do mercado. Os «mercadores de abadias», assim como os «mercadores de palácios» ligados à *família* dos senhores muito poderosos ou dos príncipes, desempenharam um papel de primeiríssimo plano no desenvolvimento económico das cidades.

II — Artífices e companheiros nas cidades

O incremento urbano e industrial foi, consoante as regiões, muito desigual e de natureza assaz diversa. Donde o fracasso das teses demasiado sistemáticas, demasiado gerais, como a de W. Sombart, que insistia no carácter arcaico, artesanal, não capitalista, de toda a economia medieval, inclusive nas cidades e até no fim da Idade Média. Estas teses, responsáveis por diversas interpretações erróneas, influenciaram durante demasiado tempo os trabalhos dos historiadores; devem ser completamente abandonadas, o que já se vai verificando agora.

Importa olhar para este mundo dos homens de negócios italianos, ou ingleses com uma óptica muito diferente, e admitir que o grau de evolução — por vezes de perfeição — das técnicas mercantis, financeiras ou bancárias, o seu largo emprego em todas as classes da sociedade, o uso geral do crédito de negócios a uma ta-

xa razoável, uma política sistemática e consciente para diminuir as despesas de transporte e de seguro, enfim a distribuição do trabalho nas indústrias essenciais da lã e da seda, provam amplamente a existência de uma organização económica e de uma mentalidade resolutamente «capitalistas». Decerto que esta afirmação — em algumas cidades nos anos 1400 —, este triunfo do capitalismo mercantil, não é geral. Numerosos países que haviam ficado fora dos grandes circuitos comerciais conservavam estruturas económicas e sociais mais arcaicas. Nunca é demasiado insistir nos contrastes do mundo medieval do Ocidente. Mas nas cidades que dirigem os grandes tráficos do momento, as técnicas e as mentalidades do capitalismo, comercial ou industrial, impõem-se sem violência, dobram toda a economia e a sociedade às suas exigências.

*1. O INCREMENTO DA INDÚSTRIA URBANA. — Numa primeira fase (nos anos 1000, por exemplo), as grandes cidades foram quer portos marítimos activos quer encruzilhadas de estradas, todos eles enriquecidos pelo trânsito de produtos longínquos e preciosos. As primeiras «repúblicas marítimas» da Itália deviam a sua fortuna ao comércio de além-mar: Veneza, Amalfi, depois Pisa e Génova. Para todas estas cidades «viradas para o mar», tão originais, tão diferentes do mundo que as rodeava, a única «indústria» dos homens era o comércio e todas as actividades com ele relacionadas: trabalho das madeiras para os cascos e mastros dos navios, dos panos de velas e cordames, das armas — pois as empresas mercantis de então tomavam o aspecto de expedições armadas, sobretudo contra os piratas sarracenos. Os outros trabalhos apenas ocupavam aqui um lu-

O exemplo de Pisa afigura-se, deste ponto de vista, absolutamente significativo. Numa primeira fase, por volta dos anos 1180, começou por se desenvolver o trabalho dos couros e das peles. Os obreiros do couro eram então, juntamente com os ferreiros (*fabri*), os mais numerosos na cidade, tal como demonstra um registo fiscal de 1228, onde são enumerados:

Notários, homens de lei	147
Mesteres da alimentação	346
Madeiras, ferro, alvenaria	289
Couros, peles, peles tratadas	305
Obreiros do têxtil	101

(Nesta última categoria não são praticamente citados os tecelões, mas costureiros, tintureiros, fabricantes de toalhas.)

Esta indústria do couro, a primeira em Pisa, parece um trabalho bastante tosco. Os peliteiros abandonaram a técnica oriental do curtume com água fria, processo muito lento e dispendioso, que necessitava de banhos de mirto, e utilizaram mordentes muito mais rápidos e mais baratos, que davam couros menos maleáveis. Estes *coriarii aque calde* fabricavam couraças, elmos e, sobretudo, vestuário. Os homens usavam então, conforme a condição social, a túnica (*guarnacca*) ou o manto (*mantello*), ambos de couro curtido, de peles de carneiro ou de peliça. O desenvolvimento das relações comerciais com a África do Norte e a Sardenha, nos anos 1150, e a chegada de importantes carregamentos de peles de coelhos tinham aliás causado uma espécie de democratização do vestuário de peles. Logo, no total, uma indústria bastante grosseira, em série, por assim dizer. Em todas as cidades do Ocidente, na mesma

época, os mestres do couro ocupavam, se não o primeiro, pelo menos um dos primeiros lugares. Os vitrais das catedrais mostravam com mais frequência os sapeiteiros, fabricantes de botas e peliteiros do que os tecelões. Era na verdade uma indústria mais primária que a dos panos, mais próxima do mundo rural e, em suma, dessa economia de recollecção que o caracteriza. Em certas cidades, este domínio da arte do couro manteve-se durante bastante tempo, por vezes até ao fim da Idade Média, quando a urbe não conheceu, verdadeiramente, um incremento industrial assinalável.

Mas em Pisa, e nas grandes cidades, as necessidades e as modas evoluíam. Para as armaduras, passou a utilizar-se mais as placas ou as malhas de ferro. Para o seu vestuário, a pouco e pouco os burgueses procuravam «peles» revestidas de pano; mais tarde, os fatos de couro pareciam um sinal de mau gosto e um tanto ridículos. Pisa pretende então fabricar dentro dos seus próprios muros panos semelhantes aos de Florença, os quais eram já muito apreciados. Isto por volta dos anos 1260. Em 1266 os ricos tecidos de Pisa eram vendidos no Sul da Itália e, dois anos mais tarde, citavam-se pela primeira vez os «cônsules da arte da lã».

Todas as cidades da Toscana conheceram a mesma evolução, à excepção de Florença, onde, como vimos, a indústria da lã se impusera bastante mais cedo. Em Siena, as peles simples ou tratadas, anteriormente muito apreciadas, já não serviam senão para o vestuário dos pobres e dos religiosos; os burgueses exigiam panos de lã ou agasalhos de pele caros. San Gimignano, que começara por se dedicar ao trabalho do couro, acolheu em seguida a indústria da lã. Esta evolução é muito sensível quando analisamos três registos fiscais da

da cidade; também só elas garantiam a qualidade da mercadoria, constantemente vigiada por fiscais rigorosos. Esta organização contrastava fortemente com a da indústria rural primitiva, na qual os camponeses, ocupados a tecer panos grosseiros, trabalhando por sua própria conta, se encarregavam eles mesmos, apenas ajudados pelos seus parentes, de todas as operações.

Na cidade, era antes de mais necessário escolher as boas lãs e rejeitar as fibras de má qualidade; grave questão de que depende em seguida o valor do pano, sobretudo a sua resistência. Para os bons tecidos, apenas se utilizava a lã de toção, ou *lã viva*, tosquiada todos os anos sobre o animal; desprezavam-se então as *lãs mortas*, arrancadas às mãos-cheias sobre a pele dos animais abatidos. Certas mulheres, as *élisseresses*, eram empregues a desenredar e a separar as fibras à mão; cortavam os nós e os desperdícios.

As lãs, divididas a partir daí em vários lotes de diferente qualidade, eram entregues aos batedores, que as estendiam sobre grades de vime ou de pau e lhes assentavam grandes pancadas com varas de madeira ou chibatadas; por baixo das grades caíam as impurezas, pequenas pedras, fibras que haviam ficado enlaçadas. Em seguida, os grandes flocos de lã ainda *velosa* deviam ser penteados ou cardados. A penteadora, sentada, com a roupa protegida por um grande avental de couro, segurava um pente de ferro em cada mão. Os dentes do pente, bem afiados, de vez em quando aquecidos ao rubro, desenredavam e alongavam as fibras dispostas em meadas mais ou menos compridas; a obreira tirava de lá os últimos resíduos: fibras partidas, inutilizáveis, pequenos entrelaçamentos e nós, poeiras coladas, tudo o que formava a *borra*, ou *entremeio*. Era um trabalho

demorado, fastidioso, mas considerado indispensável para os panos superiores e, até, para todos os fios de urdume. Para os fios de trama das fazendas medíocres, esta penteadura foi cada vez mais substituída pela cardadura, operação mecânica e mais rápida, que só aparece bastante tarde — por volta dos anos 1260-1280 — e à qual se liga durante muito tempo um certo descrédito. Até ao fim da Idade Média foi rigorosamente proibido cardar as lãs destinadas aos panos de boa qualidade. As cardadeiras estendiam os flocos de lã sobre uma tábua fixa, montada sobre cavalete ou mantida sobre os seus joelhos, e desenredava-os passando por eles grandes cardas, ou miúdos dentes de ferro, que guarneciam uma tábua superior móvel, manejada à mão. As meadas eram então formadas de fibras mais curtas, pois este trabalho, mais brutal, mais mecânico que o da mão das penteadoras, partia frequentemente os fios.

A estas diversas operações de limpeza a seco acrescentava-se uma outra igualmente delicada e mais complexa: a da lavagem das lãs, quer antes quer depois da penteadura ou cardadura. As lãs em bruto, cheias de suarda animal, eram mergulhadas em vários banhos de água quente e fria.

«Arranjai», diz a *Arte della Lana*, escrita em Florença por volta de 1430, «sessenta libras de lã grosseira e suja, e enchei com ela uma tina. Por outro lado tende uma caldeira onde poreis água de Arno e com uma grande fogueira de ramos e de lenha fazei-a ferver durante uma hora; e vertei esta água fervente sobre a lã, enchendo a tina. A lã comprime-se devido ao peso da água; as sujidades ficam no fundo da tina. Tirai a lã a ferver e levai-a para cima de seixos, a fim de a lavar na água corrente e fria do rio. Em seguida ponde-a a secar à beira do Arno, cobrindo-a de sacos para que ela se não manche.»

Não obstante, estas lãs secas e brancas mas sem maleabilidade ficavam muito difíceis de fiar. Muitas vezes,

os lavadores de lã amaciavam os fios engordurando-os logo depois de lavados: técnica dos *panos untados* superior à dos *panos secos*. Engordurar as lãs requeria produtos de excelente qualidade, sabiamente doseados: manteiga no Norte, azeite no Sul:

«Para cada lote de sete libras de lã atirada ao chão e bem estendida, vertei gota a gota uma jarra de duas onças de água. Depois, da mesma forma, uma bilha ou jarra contendo igualmente duas onças de azeite, e trabalhai-a como se fosse uma amassadura de farinha, duas ou três vezes com as palmas da mão, a fim de que ela se impregne perfeitamente do azeite e da água.»

As fibras de lã, lavadas, penteadas ou cardadas, eram finalmente desembaraçadas de todas as suas impurezas. As fiandeiras apoderavam-se então delas para as converter em longos fios contínuos. Serviam-se de *fusos* de madeira torneada e lavrada, muito curtos, ou de *rocas* de madeira flexível ou de canas lastradas por um pequeno peso de chumbo. Com uma mão, puxavam as fibras e apertavam-nas entre dois dedos; com a outra, trociam-nas e enrolavam o fio assim formado, mais ou menos apertado e liso (*retorcido*) ou frouxo e felpudo (*veloso*) em torno do fuso ou da roca. Outras obreiras (na Flandres, as *wideresses* ou *dévideresses*) desenrolavam em seguida os fios e entregavam-nos em meadas de dimensões e peso bem definidos.

Por volta de 1250-1280, aparece ao mesmo tempo que a tábua de cardar a *roda de fiar*, instrumento mecânico que permitia à fiandeira fazer girar o fuso com a ajuda de um pedal que accionava uma roda e conservar as suas mãos livres para torcer os fios. Mas, tal como a cardadura, a técnica da roda de fiar foi durante muito tempo condenada por todas as espécies de regulamentos municipais, que, nas cidades do Norte sobretudo, a

proibiam formalmente, excepto para os fios de trama, sempre menos cuidados e mais frouxos. A roda de fiar acabou no entanto por se impor, em primeiro lugar em Inglaterra e na Itália.

A tecelagem era de longe a principal operação do trabalho dos panos, confiada quase sempre a homens, obreiros especialistas que beneficiavam de uma certa consideração e fortuna na hierarquia dos companheiros. Era também a mais delicada, aquela de que dependiam a natureza, o aspecto e a solidez da fazenda; um trabalho completo, o único que exigia um conjunto de utensílios aperfeiçoados.

Tecer uma peça de pano consistia antes de mais em preparar um *urdume*, ou seja, um conjunto de fios rigorosamente paralelos, geralmente muito apertados e muito sólidos, do mesmo comprimento que a futura peça de pano. A preparação deste urdume chamava-se *urdidura*; era confiada quer a algum familiar ou aprendiz instalado no fundo da oficina, quer a obreiras especializadas, as *urdideiras*. Uma delas figura num desenho que ilustrava o *Livre de l'art de la draperie* de Ypres; vemo-la de pé, entre duas armações de madeira. Uma sustenta uma tábua onde estão fixas doze bobinas cujos fios passam todos por um anel de metal. A outra é um caixilho vertical munido de cavilhas. A mulher segura numa mão os doze fios de lã, desenrola-os puxando-os para ela, e com a outra mão prende-os nas cavilhas de forma a obter o comprimento desejado, o da peça de pano: 20 m a 30 m a maior parte das vezes. Vários destes longos maços, de doze a vinte fios de lã, são dados ao tecelão, que faz com eles o seu urdume.

O tear — horizontal e não já vertical como outrora — apresentava-se como um cavalete de madei-

ra, mais ou menos largo. Os «panos largos», mais delicados de tecer, eram feitos com as melhores lãs, as mais resistentes; ao passo que os panos estreitos — os *strais* ingleses — se revelavam muitas vezes de qualidade inferior. O obreiro mantinha-se sentado num banco. De frente dele, afastado, o *cilindro grande* ou *árvore de tecer* enrolava os fios de urdume. Tinha diante dele um eixo de madeira horizontal que abrangia toda a largura do tear: o *cilindro pequeno* onde se enrolava a peça, à medida que a tecelagem se efectuava. Os fios, primeiro estendidos entre os dois eixos, cuidadosamente alinhados e muito apertados (com frequência mil fios para a largura da peça — cerca de 2 m), eram passados a azeite, a gordura de arenque, a cola de farinha, a fim de se lhes aumentar a flexibilidade ou a resistência e de evitar repetidas roturas.

O trabalho começava então: o tecelão devia manobrar um pedal que, através de um mecanismo de cordas e roldanas, levantava um *liço*, delgada vareta passada sob os fios pares do urdume; lançava logo a seguir por baixo destes fios a *lançadeira*, pequeno receptáculo de madeira contendo uma bobina carregada com o fio de *trama*.¹ Levantava em seguida o outro *liço*, o dos fios ímpares, e lançava de novo a *lançadeira*. Para os melhores panos, só se intervertiam os *liços* depois de se ter lançado várias *lançadeiras* e, portanto, introduzido de cada vez vários fios de trama. Nos teares mais largos trabalhavam dois obreiros, um para introduzir o fio de trama, o outro para o receber e o estender. Enfim, *pentes*, ou *ros* no Norte, conservavam constante o afastamento dos fios do urdume para melhor se passar a *lançadeira* e apertar cuidadosamente, contra a fazenda já tecida, o fio de trama que acabava de ser colocado. De

vez em quando, o tecelão girava ligeiramente o cilindro pequeno. De cada lado da peça de pano, uma *ourela* tecida de forma mais apertada com fios mais finos exibia fios de cores diferentes, que apareciam nitidamente no pano enrolado e indicavam a qualidade das lãs utilizadas e a natureza da tecelagem: marca de fábrica, zelosamente verificada pelos fiscais, aquando da cerimónia do *esward de la perche*¹, em que a fazenda, estendida entre duas varas de madeira, era longamente examinada à transparência.

! Este pano tecido continuava sujo, sem acabamento. Algumas mulheres, armadas de tesouras para tosquiá (*forces*), começavam por retirar os nós ou as impurezas: fragmentos de madeira ou de canas arrancados aos liços ou aos pentes; tentavam esconder as imperfeições, as zonas mais ralas e as irregularidades. Para lavar uma última vez o pano, recorria-se a diferentes ingredientes, em especial uma espécie de argila gorda, a terra de pisociro, posta numa tina de madeira cheia de água quente onde a peça era calcada com os pés durante longas horas. Estendida entre dois tambores de madeira, era em seguida batida por dois obreiros acabadores (*pareurs*) que lhe assentavam vigorosas pancadas de cardos-penteadores (*forbattage*). Colocada de novo na tina de apisoar, outros obreiros molhavam-na ligeiramente e revestiam-na de manteiga.

A partir dos anos 1220-1250, em todo o Ocidente, o moinho de apisoar, instalado à beira dos cursos de água, accionava martelos de madeira que batiam o pano. Conhecido desde há muito, o uso deste moinho era contrariado, tal como a tábua de cardar e a roda de

¹ Fiscalização sobre a vara. (N. do T.)

fiar, pelos regulamentos de mesteres ou pelos éditos das cidades da Flandres, que exigiam que os panos fossem unicamente trabalhados à mão. Mas acabou no entanto por se impor: nos arredores das cidades fabricantes de panos da Itália, nos vales dos campos ingleses, não obstante afamados pela excelência das suas fazendas, bem como em todos os lugarejos da França que teciam panos campestres mais grosseiros.

! Saídas da tina, secas ao ar livre durante vários dias, fustigadas uma última vez com cardos-penteadores que lhes conferiam um aspecto mais macio, as fazendas assim aprestadas eram vendidas em cru ou entregues ao tintureiro.

*

Esta especialização e esta extrema divisão do trabalho reencontram-se mais tarde nas cidades italianas da seda. É certo que a preparação e a limpeza parecem mais fáceis, em todo o caso mais rápidas e mais mecânicas. Os casulos eram amolecidos em água quente; uma obreira desenredava quatro ou cinco ao mesmo tempo para obter um único fio mais sólido. Este fio era então torcido graças ao *moinho, filatorio, torcitorio*, máquina assaz complexa, movida muitas vezes pela força hidráulica, que já atingia um espantoso grau de aperfeiçoamento e permitia economizar o trabalho de várias centenas de obreiros; a partir dos anos 1300, certas máquinas de fiar a seda, em Luca, depois em Florença, contavam duzentos e quarenta e até quatrocentos e oitenta fusos. A seda era então *cozida*, desembaraçada da sua goma: punham-se as pequenas meadas em tinas de barro, onde permaneciam várias horas a

ferver em água saponácea. Em seguida o moinho de urdir preparava mecanicamente o urdume ou teia.

A tecelagem das peças de seda apresenta-se bastante mais complexa que a das fazendas de lã. Estas últimas ofereciam sem dúvida numerosas variedades: larguras diversas, fios mais ou menos pesados e torcidos, textura mais ou menos apertada. Mas as «armaduras» eram muito simples: os tecelões apertavam mais determinados fios de urdume — o que dava listras ao comprado —, ou multiplicavam durante um certo tempo os fios de trama — o que produzia listras em largura. Os panos de seda apresentavam armaduras mais variadas. Os tecelões italianos esforçaram-se por imitar os sumptuosos artigos de seda orientais: cendal, camalote, dami, baldaquim e brocado, mais pesados e mais difíceis de tecer que as teias simples, género cetim ou tafa-tá. Em Luca, depois em Florença, Génova e Veneza, alguns mestres trabalhavam sobre teares especiais, que custavam bastante caro e cujo segredo se guardava cuidadosamente. Por volta de 1450, os magistrados de Génova reconheciam «que havia na cidade somente duas pessoas capazes de fabricar estas máquinas de uma forma satisfatória». O veludo, esse, exigia dois urdumes ordenados sobre o mesmo tear; o mais comum só tinha três fios de trama: era o *tiercepele* (nome que ainda o designa em Espanha nos nossos dias); mas outros veludos, mais ricos, contavam até seis fios de trama. Mais luxuosos ainda, os tecidos lavrados a fios de ouro e de prata, os damascos e os greciscos, em que as armaduras variadas, os fios mais ou menos brilhantes, faziam surgir admiráveis desenhos, muitas vezes inspirados em motivos muçulmanos ou chineses. Era assim natural que estes tecidos, objectos de grande luxo e obras de ar-

te, fossem de dimensões muito mais reduzidas que os panos de lã: apenas de 2 m a 5 m de comprimento.

*

Os fios de seda eram tingidos antes da tecelagem, ao passo que os mercadores apenas confiavam as suas peças de lã ao tintureiro depois de tecidas e aprestadas. Por vezes, chegavam a exportar panos crus para longe do seu país de origem: Florença distinguiu-se muito cedo na afinagem e na tintura dos tecidos da Flandres; esta indústria do *miglioramento* contribuiu, sobretudo nos anos 1200, para a fama da cidade.

Não se aplicavam os mesmos corantes aos panos de lã e aos fios de seda, mais frágeis. Para as fazendas de lã em vermelho, os tintureiros serviam-se da garança, ou ainda da cochonilha, por vezes chamada «semente de escarlate»; para o azul, que esteve muito na moda mais tarde, cerca de 1350-1400, consoante as regiões, utilizavam o pastel, ou pastel-dos-tintureiros, cultivado primeiro na Picardia e depois, em escala muito vasta, no Lauraguês e no Piemonte, perto de Alexandria e de Voghera. Mas, no que se refere à seda, procuravam quase sempre corantes do Oriente, muito caros: o cremex — qualidade superior de cochonilha apanhada na Anatólia —, o pau-brasil, o índigo, a noz-de-galha. Os cônsules da *Arte della Seta* infligiam multas severas aos contraventores e exigiam que a qualidade da tintura fosse assinalada em cada peça por fios de cores diferentes. Esta qualidade derivava igualmente do mordente, que, misturado no banho, fixava as tinturas: tártaro (depósito formado nas vasilhas de vinho, por vezes chamado «alúmen de vinha»), cal, potassa, cinza, e sobre-

tudo alúmen, um dos produtos essenciais do grande comércio internacional nesta época.

O tintureiro instalava a sua oficina nos rés-do-chão abobadado de uma casa, próximo de um rio (Avinhão, Florença, Veneza) ou perto de um pátio que dispusesse de um poço. Preparava cada banho numa caldeira diferente e mergulhava as meadas de fios ou as peças de fazenda em grandes tinhas de madeira. Para as secar, estendia os grandes panos de lã sobre um cavalete, *lame* ou *lisse* nas cidades da Flandres, *tiratorio* em Itália. Em Siena ainda é possível ver, na Via del Tiratorio, um edifício onde os dois últimos andares, rasgados por largas janelas que facilitavam o arejamento, serviam então de secadouro para as fazendas recentemente tingidas.

3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, ANDAMENTO DAS EMPRESAS. — Esta indústria da lã ou da seda não se apresenta, no sentido corrente da palavra, como uma empresa artesanal. A imagem clássica do obreiro artífice, homem livre das cidades, curvado sobre a sua própria obra, produzindo pouco mas proprietário da sua oficina, dos seus utensílios e dos seus produtos, vendendo directamente os frutos do seu labor aos clientes, não se aplica geralmente aqui. Ela só é válida, nas cidades de então, para certos ofícios muito particulares, frequentemente artes de luxo, que, a bem dizer, apenas ocupavam um lugar limitado na economia das grandes urbes do Ocidente. Era o caso, por exemplo, dos ourives, dos obreiros do vestuário (alfaiates, costureiros, fabricantes de panos de cama, de toalhas e de colchões de penas), onde cada artífice conservava, do ponto de vista económico, uma inteira liberdade, com a condição de respeitar os regulamentos da cidade e do mester.

Este povo de pequenos mestres artífices, que, no entender de muitos autores, foi o próprio símbolo da cidade medieval, era nas urbes mercantis ou industriais, se não pouco numeroso, pelo menos pouco influente. Apagava-se perante autênticos empresários de indústrias, que dominavam, por seu lado, os grandes mestres: lã e seda.

Com efeito, um certo número de burgueses, na sua maior parte mercadores, não demorou a controlar estes trabalhos do têxtil. O advento, a partir dos anos 1200 em algumas cidades da Flandres e da Itália, deste capitalismo comercial e industrial explica-se facilmente pelas seguintes razões:

- *A extrema diversidade das actividades:* cada uma das múltiplas operações descritas mais acima necessitava de um obreiro especializado, reduzido a uma mínima parte do trabalho. Nenhum deles podia assim pretender exercer uma qualquer influência sobre o conjunto das operações. Era preciso, ao invés, um chefe, um «capitão» de indústria para coordenar tudo e conduzir a lã de uma para outra oficina;

- *A necessidade de reunir importantes capitais,* de comprar, por vezes bastante longe, as matérias-primas, de vender os panos nas feiras. A lã, e mais ainda a seda, custavam muito caro. Por este motivo, salvo raras excepções, os fabricantes dos panos e das sedas foram em primeiro lugar mercadores capazes de adquirir as lãs de alta qualidade, indispensáveis à produção de panos em larga escala; isto na Flandres e em Itália. Os corantes permaneciam também artigos de luxo importados quase sempre de além-mar; em Inglaterra, a indústria de panos foi com frequência dominada pelos negociantes do pastel. Em Itália, os mercadores de seda, que

a recebiam crua dos seus corretores instalados no Oriente ou em Espanha, manobravam firmemente todo o trabalho das oficinas de tecelagem, muito embora ele fosse tão complexo. De facto, este capitalismo industrial parece antes de mais mercantil;

- *O papel político dos mercadores na urbe.* As suas associações, *hansas* ou *guildas* das cidades do Norte, *compagnia* dos empresários-armadores da Toscana, monopolizavam as principais magistraturas e podiam impor as suas leis; os regulamentos municipais defendiam rigidamente os seus monopólios.

- *A organização do trabalho,* pelo menos nos grandes centros têxteis, assinala nitidamente este império do mercador de panos ou de sedas sobre o conjunto das operações industriais. Ele comprava as matérias-primas e ficava proprietário delas ao longo e em todos os estádios da fabricação, até ao momento em que o produto tecido, ornado e tingido era finalmente vendido na sua própria loja ou, a seu cargo, nas feiras e nas cidades estrangeiras. Durante todo este tempo, o mercador-fabricante de panos decidia sozinho a marcha do trabalho: confiava a lã às escolhedoras, depois às penteadoras, às fiandeiras... Seleccionava e recrutava a sua própria mão-de-obra para cada trabalho e, concluído este, voltava a apoderar-se da lã, do fio, do urdume ou do tecido, continuando assim senhor da marcha da empresa, do ritmo do trabalho, dos custos e dos homens.

*

Se é relativamente acessível definir a posição social do mercador de panos, estudar as suas actividades e até a estrutura da sua empresa, já é muito mais delicado

precisar o aspecto económico e financeiro, em suma, o rendimento desta indústria têxtil. Os cadernos ou livros de contas são escassos. [Para as cidades da Flandres os elementos de que dispomos continuam a ser demasiado incompletos. Devemos felizmente a F. Mèlis uma minuciosa análise dos registos de contabilidade das *Compagnie di Arte della Lana*, controladas em Prato, perto de Florença, por Francesco di Marco Datini, entre 1383 e 1401. Este homem de negócios, cuja actividade se estendia a várias cidades do Ocidente e cujos principais associados residiam em Pisa, Florença, Barcelona, Génova e Avinhão, aplicava durante este tempo os seus capitais em quatro sociedades da lã, dirigidas por empresários especializados. Datini apenas contribuía com o seu dinheiro e o empreendimento parece assim o tipo por excelência do grande negócio capitalista dominado por um mercador.

Os resultados financeiros afiguram-se bastante medíocres: apenas 5 % a 7 % dos lucros líquidos, ao passo que as suas outras companhias, mercantes, deixavam, na mesma época, um ganho médio de 20 %. Neste caso preciso, a indústria da lã não parece de modo algum um investimento feliz.

A repartição das despesas e dos encargos merece ser acentuada. Para uma das quatro companhias de panos Datini, e para o conjunto das qualidades de lã (inglesa, de Minorca, de Maiorca, do Levante espanhol, Provença, Romanha, África do Norte), estabelece-se assim (em percentagem do preço de custo dos panos):

Preço da lã	37,96
Custo dos trabalhos	56,44
Despesas diversas (escritórios)	5,60

As várias operações representam cada uma (em percentagem):

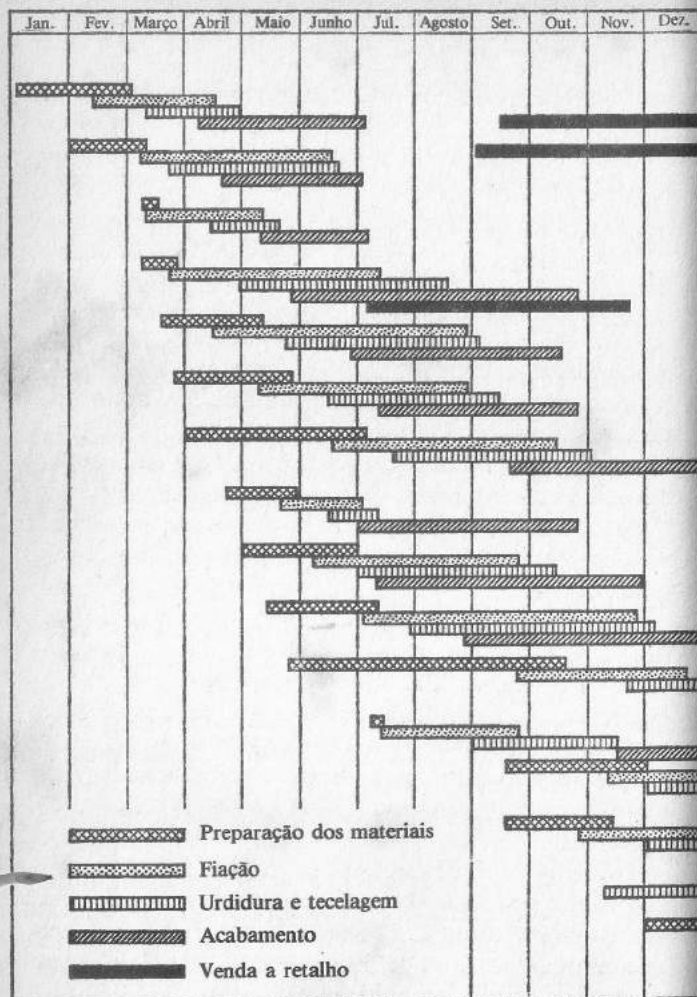
Escolha e limpeza	15,83
Tintura	9,59
Fiação	9,48
Tecelagem	8,03
Ourela	3,69
Pisão, acabamento	9,82

Vemos assim que o preço dos diversos trabalhos era muito mais pesado que o da lã em bruto, matéria-prima que apesar de tudo era ainda bastante cara. As numerosas operações preliminares (escolha e limpeza), confiadas amiúde a mulheres, que apenas exigiam um material reduzido e produtos baratos, oneravam mesmo assim, e fortemente, o orçamento da empresa (15,83 % do preço de custo).

Este fraco rendimento financeiro era ainda agravado, segundo se crê, pela lentidão das diversas operações. Também aqui um quadro estabelecido por F. Mèlis oferece informações decisivas sobre estes problemas tão mal conhecidos do ritmo da produção medieval. O gráfico que apresentamos a seguir reproduz uma parte deste quadro e permite sublinhar as suas conclusões essenciais:

- O mercador de panos só se empenhava na confecção de um pequeno número de peças de tecido de cada vez: aqui de uma a dez peças; a maior parte das vezes apenas duas. Os lotes de lã correspondentes eram assim objecto de uma contabilidade particular.

- Os tempos de espera, no decurso da fabricação, parecem claramente reduzidos ao mínimo; o chefe de empresa encetava com frequência cada operação, para



Os trabalhos de uma empresa de panos da Toscana em 1396.
(Segundo F. MÉLIS: *Aspetti della vita economica medievale*, t. I, Siena, 1962, tav. XCHII)

Legenda: cada conjunto indica a duração das diferentes operações para um lote de lãs.

uma parte da lã ou dos fios, quando a precedente ainda mal estava terminada; assim, podiam ser conduzidos conjuntamente dois trabalhos diferentes, e mesmo três, para um único lote.

• O ritmo da produção parece extremamente variável e não obedecer a qualquer regra geral. Tudo dependia das necessidades do mercado e das disponibilidades da mão-de-obra. Os obreiros da lã, sobretudo os fiandeiros, trabalhavam mais no Inverno, visto estarem ocupados com os campos ou as vinhas no Verão. Donde uma grande instabilidade da mão-de-obra; o que, uma vez mais, mostra até que ponto a economia urbana e a economia rural se encontravam estreitamente ligadas, submetidas quer uma quer outra ao ritmo das estações.

• Enfim, a lentidão e as dificuldades da venda a retalho agravavam ainda mais a mediocridade do rendimento. Geralmente, a venda, peça a peça ou mesmo em pequenos cortes, estendia-se por mais de um ano! O equilíbrio financeiro da empresa via-se assim rigorosamente submetido às flutuações de uma procura que dá a impressão de ser bastante hesitante, bastante incerta. Estas incertezas pesavam por sua vez, gravemente, sobre o emprego e o mercado da mão-de-obra.

Notemos, em último lugar, mediante uma abordagem um pouco precisa destas empresas, que nem todas se situavam no mesmo plano económico e social. A imagem de uma economia e de uma sociedade dominadas exclusivamente pelo «grande capitalismo» deve, também ela, ser remetida para o arsenal das ideias preconcebidas, e perfeitamente inexactas. Os trabalhos de R. de Roover, de A. Saporì, de F. Mélis e de G. A.

Brucker mostram de uma forma decisiva que este trabalho da lã, em Florença e em outras cidades da Toscana, era de facto controlado por um grande número de pequenas sociedades, familiares ou não, de actividades assaz modestas. Em Florença, no ano de 1380, duzentas *botteghe della lana* partilhavam entre si o trabalho dos panos: a sua produção anual variava de três a duzentas e vinte peças de pano! Esta dispersão parece ainda mais acentuada em Génova. Além disso, à volta dos empresários de panos propriamente ditos gravitava toda uma multidão de pequenos patrões, mais ou menos submetidos (*sottoposti*) à *Arte della lana*: tintureiros, cardadores, lavadores e tosquiadores, sobretudo fabricantes de pentes. Estes homens manifestavam uma certa independência económica e ocupavam uma posição muito honrosa na hierarquia das fortunas. Assim, a direcção desta simples indústria da lã assentava numa base social bastante larga e bastante diversificada, de várias centenas de pessoas, quicá vários milhares.

III — Condição dos obreiros

Perante o mercador-fabricante de panos, os obreiros estavam evidentemente desarmados e, fosse qual fosse o ponto de vista, suportavam uma condição assaz precária. Vindos amiúde do campo, na altura da expansão demográfica e do grande desenvolvimento industrial das cidades, parecem ainda mal fixados, por vezes até semierrantes, mais ou menos estranhos na urbe; em todo o caso mal integrados. Esta imigração de homens sozinhos, cortados da sua família ou do seu clã rural, que não podiam contar com o apoio das suas antigas

comunidades, foi um dos dramas da época. Durante mais de uma geração, por vezes ao longo de períodos ainda maiores, estes obreiros do têxtil apenas constituíam uma plebe urbana, cuidadosamente deixada à margem do *povo* da cidade; não possuíam qualquer direito, não faziam parte nem das associações de bairro, nem das milícias armadas ou facções, nem mesmo das confrarias; não participavam nem nas grandes festas colectivas nem nas justas. Já nas imediações de 1400, os nomes de família, nas cidades da Itália, apenas se aplicavam aos mercadores ou aos mestres artífices instalados desde há muito; os companheiros do têxtil, obreiros da seda em Génova, por exemplo, eram designados somente pelo seu nome de baptismo, o de seu pai, e pelo nome da sua aldeia de origem: quase sempre um burgo da montanha di Lèvante.

Contra estes companheiros exercia-se igualmente uma verdadeira segregação social, de todo em todo excepcional, aliás, na cidade medieval. Os grandes burgueses não hesitavam em habitar em pleno bairro dos negócios, em alugar as quitandas de suas casas a pequenos mercadores ou mestres artífices que, nas cidades da Itália, residem na sobreloja. Porém, mantinham os fiandeiros e os tecelões nos subúrbios, para lá do recinto fortificado, sólido baluarte por ocasião das revoltas populares.

É certo que nem todos os obreiros do têxtil pareciam tão desprovidos, e já assinalámos mesmo uma certa hierarquia. As mulheres que escolhiam ou fiavam a lã não possuíam nada de seu; quer trabalhassem em oficinas ou em suas casas, nos casebres dos subúrbios ou do campo, era o mercador de panos que lhes emprestava todos os utensílios, os pentes, tesouras, fusos e

rodas de fiar. A esta mão-de-obra miserável contrapunham-se assim os mestres tecelões proprietários de uma oficina e, pelo menos, de um tear, muitas vezes de dois ou três. Estes empregavam e pagavam então a alguns companheiros; por vezes encarregavam-se pessoalmente de mandar preparar o urdume e lidavam com as urdideiras; chegavam até a mandar limpar, bater e fiar o pano tecido na sua oficina. Afirmavam-se deste modo como autênticos «mestres» artífices. Todavia, dependiam estreitamente do mercador de panos, que lhes fornecia os lotes de fios, os liços e os pentes especiais para esta ou aquela fazenda. Os tecelões não podiam libertar-se deste ascendente económico do homem de negócios. Se bem que formassem por vezes associações de mesteres distintas das dos mercadores de panos, raramente participavam na discussão das questões políticas da cidade, e nunca no comércio dos tecidos. Era-lhes estritamente proibido mandar tingir as suas fazendas e vendê-las; apenas podiam manter um número limitado de teares e de companheiros na sua oficina.

A cidade e as guildas de mercadores de panos controlavam firmemente as condições de vida e os salários de todos os obreiros do têxtil. Mas poder-se-á falar de fábricas, no sentido material da palavra?

É bem certo que Chrétien de Troyes descrevia (...ou imaginava) uma espécie de grande oficina instalada num castelo onde se encontravam «umas trezentas donzelas que faziam diversas obras de ouro e de seda». Na realidade, esta descrição seria mais a de uma grande oficina senhorial, de um gineceu, onde trabalhariam mulheres escravas; quer-nos parecer que o autor exage-

ra muito a sua importância. Nas cidades mercantis francesas, estas fábricas encontravam-se apenas em certas casas religiosas ou hospitalares onde se fiava a seda, e somente a partir dos anos 1460-1480. Estes estabelecimentos, muito raros, parecem praticamente desconhecidos das grandes urbes da lâ, na Flandres e em Itália. Embora, nas cidades produtoras de panos, algumas mulheres que escolhiam ou fiavam as lâs se achassem por vezes reunidas numa oficina do empresário, em geral cada qual trabalhava em sua própria casa. Os tecelões labutavam no rés-do-chão das casas, num compartimento abobadado (o *ouvroir*), aberto para a rua através de um largo vão, a fim de que os transeuntes e os *eswardeurs* (fiscais) pudessem observar constantemente as fraudes e defeitos de confecção.

Os mercadores dos panos e da seda regulamentavam, muito rigidamente, a duração do trabalho, quer pelos próprios estatutos dos mesteres, quer mediante os pregões municipais. Eram então muito numerosos os dias de festa feriados em que as lojas e as quitandas ficavam fechadas. Festas religiosas na sua maioria: as de toda a cristandade, as que estavam ligadas ao culto dos santos locais. Cada mester venerava também solenemente o seu santo padroeiro. Enfim, certas indicações levam a crer que os teares paravam, todas as semanas, por volta do meio-dia de sábado; de tal modo que o número de dias de trabalho, duzentos e cinquenta por ano aproximadamente, era sem dúvida o mesmo que hoje. Mas ele variava muito, conforme as tradições de cada urbe, sobretudo conforme as dificuldades dos tempos. Os magistrados da cidade e os mestres de indústria esforçavam-se, quando os panos se vendiam menos bem, em particular por volta dos anos 1280 na Flan-

dres, por limitar ainda mais o número de horas de trabalho, a fim de evitar a superprodução. A multiplicação dos dias de folga demonstra então uma política consciente, económica e social, das urbes da lâ.

O trabalho nocturno, à luz da vela, era, quer por idênticas razões, quer para evitar os incêndios, rigorosamente proibido. Isto, aliás, em todas as profissões.

Era, por exemplo, o que se passava em Paris com os moços surra-dores (companheiros curtidores):

«Que nenhum moço que ganhe o seu pão no dito ofício faça coisa alguma ao sábado, em honra de Nossa Senhora, depois de ter tocado na Nossa Senhora de Paris a terceira badalada das vésperas.

»Que os ditos moços, em todas as vigílias das outras festas de Nossa Senhora, dos apóstolos, festas anuais e quaisquer outras festas em que o vulgo da cidade folga, possam deixar o seu labor à terceira badalada das vésperas como acaba de ser dito.

»Que eles não partam para o trabalho desde a Páscoa até ao dia de S. Remigio senão ao sol-nascente e regressem ao sol-poente; e do dia de S. Remigio até à Páscoa, a uma tal hora, quer de manhã quer à tarde, que se possa distinguir um tornês de um parisis» (*trata-se de duas moedas que apenas diferiam pelas suas gravuras*).

Para os companheiros da lâ, todas as manhãs, na torre sineira ou nos paços da comuna, um sino — chamado *cloche des telliers* (sino dos espaldadores) — tocava o início do trabalho, depois a interrupção do meio-dia e a reentrada para o labor vespéral. Este sino significava assim o império dos mercadores sobre toda a urbe; ele ritmava a vida de todos os cidadãos; opunha-se ao carrilhão da igreja catedral. Todavia, esclarecem certos textos, à tardinha, ainda durante muito tempo, era o sino de uma igreja que anunciava o fim da actividade, toque de nonas ou de vésperas, que convida os homens «a reservarem a Deus o fim do dia».

É verdade que os dias de trabalho, entre o nascer e o pôr do Sol, nos parecem muito desiguais: cerca de oito das nossas horas no Inverno, dezasseis nos dias mais compridos de Verão. Porém, durante a Quaresma, os obreiros paravam frequentemente ao toque das vésperas, por volta do meio da tarde. Os regulamentos parisienses precisam bem que:

«Os pisoeiros têm o seu vésper, quer dizer que os que são alugados à jorna deixam o seu labor ao primeiro toque de vésperas da Nossa Senhora de Paris nos dias de carne, e na Quaresma ao toque de completas, e ao sábado ao primeiro toque de nonas da Nossa Senhora de Paris, e na noite de Ascensão quando o apregoador anunciar os vinhos ...»

Ora, em linguagem de mesteres, a Quaresma é então muito mais longa que a do calendário litúrgico: ela podia ir até à festa de S. Regímio (1 de Outubro). Assim, em certas cidades, ao longo de todo o Verão, o trabalho cessava bastante antes do pôr do Sol; medida que, por outro lado, permitia igualmente limitar a produção. Mas ela não era aplicada em todos os ofícios.

*

Fosse como fosse, nos diferentes estádios da obra, todos eles, incluindo os tecelões, eram apenas assalariados pagos, não ao dia ou ao mês, mas à tarefa. Os estatutos fixavam minuciosamente a soma devida por cada trabalho, e puniam com pesadas multas os defeitos de fabrico.

É difícil avaliar e apreciar estes salários: seria preciso conhecer exactamente o estado do mercado e o preço dos víveres. No entanto, as jovens fiandeiras de que fa-

lava Chrétien de Troyes já se queixavam amargamente da sua sorte:

«Passamos a vida a trabalhar a seda e nunca nos veremos melhor vestidas, ficaremos sempre pobre e nuas, e teremos sempre fome e sede. Nunca poderemos ganhar o suficiente para melhorar o nosso passado. Entregam-nos o pão com grande parcimónia: pouco de manhã e ainda menos à noite; para viver, cada uma de nós não tira do labor das suas mãos mais de quatro denários por libra (de seda), e isto não basta para a comida e o vestuário, pois quem ganha aqui vinte soldos por semana não se tira de apuros, e sabe que nenhuma de nós ganha vinte soldos ou mais.»

Não há dúvida de que esta é frequentemente a sorte dos obreiros da lã e da seda ao longo de toda a Idade Média; os textos, afinal muito raros, mostram-nos os pobres, muito mal vestidos, de mãos estragadas, e, no caso dos tintureiros, com as unhas sempre vermelhas ou azuis.

Nos anos maus, os mestres da indústria dos panos ou das sedas usavam práticas desonestas para reduzir os salários. Acolhiam as pessoas dos campos, que se contentavam mais facilmente com menores ganhos. Acima de tudo pagavam atrasado, em má moeda desvalorizada, ou então estimavam num preço demasiado alto as prestações em géneros: pão e vinho. Resultavam daí graves discórdias, tumultos ou greves, nas cidades flamengas da lã em particular, nos anos 1280-1310.

Enfim e sobretudo, os companheiros de mestér, esse proletariado obreiro, sofriam de graves desigualdades no mercado da mão-de-obra. As novas estruturas económicas, as variações por vezes caprichosas do mercado exterior e das exportações, a fragilidade das clientelas e a concorrência encarniçada a que se entregavam as cidades dos lanifícios, as alterações amiúde imprevisi-

veis dos circuitos comerciais e as alterações, talvez muito mais inesperadas, da moda, constituíam outros tantos factores incertos que agravavam os riscos de subemprego e por conseguinte de perturbações económicas.

Motivo pelo qual o companheiro pouco qualificado, o simples obreiro, o jornaleiro, era com frequência contratado apenas por um tempo bastante curto: por algumas semanas ou por alguns dias, às vezes mesmo só para uma tarefa bem definida. Onde um mercado permanente do trabalho muito fluido, um «mercado de braços» cheio de incógnitas. Em cada cidade, os obreiros vinham, todas as manhãs, a um determinado local bem preciso, a uma hora fixa, procurar trabalho e esperar os mestres; citemos, em Paris, para os trabalhadores da lã, o cruzamento dos Champs ou o adro da igreja de Saint-Gervais e, para os da construção, a praça de Grève, à beira do Sena; em Chartres, os tecelões esperavam no Grand-Pont e os cardadores na ponte Tailard. Isto permitia às municipalidades ou aos próprios príncipes vigiar melhor as condições de emprego, porquanto os contratos de ajuste deviam ser estabelecidos imediatamente e no local; em 1354, João-o-Bom ordenava aos companheiros da lã, aos curtidores, aos carpinteiros e pedreiros, e a todos aqueles que procuravam trabalho que fossem «antes do nascer do Sol aos lugares habituais do ajuste de obreiros para se ajustarem com os que tiverem tear».

Estas condições de emprego, tão incertas, acarretaram forçosamente uma forte mobilidade dos trabalhadores conduzidos pelo desemprego a buscar ocupação longe de suas casas, inclusive atraídos por ofertas mais vantajosas, por vezes por uma maior segurança, ou até por um género de vida diferente. Estas deslocações to-

mavam amiúde o aspecto de migrações campo-cidade, quer sazonais quer ocasionais e irregulares. As grandes obras de construção urbanas, as das catedrais ou dos palacetes dos príncipes, por exemplo, atraíam à cidade multidões de trabalhadores de origem rural, confiantes num emprego durante alguns meses. De modo inverso, a mão-de-obra, sazonal mas numerosa, indispensável ao arranjo das cercas de vinha e às vindimas, recrutava-se na cidade. No mesmo local de ajuste da cidade esperavam juntos trabalhadores agrícolas e obreiros da construção; eram muitas vezes ambas as coisas. De facto, este proletariado dos pequenos mesteres, não especializado, era ao mesmo tempo rural e urbano; as deslocamentos dos trabalhadores mantinham relações constantes e íntimos laços humanos entre cidade e campo.

IV — A cidade e as indústrias rurais

Os grandes mercadores de panos e de sedas não impuseram só uma organização «capitalista» à indústria urbana. Estenderam também a sua influência aos campos vizinhos e longínquos, e, pouco a pouco, orientaram ou dominaram as respectivas economias e trabalhos. O progresso das grandes cidades mercantis introduziu no mundo rural outros hábitos e outras mentalidades. É então que alastra a economia de mercado, que se difunde o uso da moeda, que cada burgo importante constrói um mercado central onde os camponeses vêm vender os seus couros, as suas telas ou os seus panos. Os penhoristas, judeus, lombardos, toscanos, acolhem agora uma clientela camponesa numerosa. Em Inglaterra, os mercadores, vindos frequentemente de Londres,

introduzem as práticas da venda a prazo e do crédito no comércio da lã, em todas as aldeias dos Midlands. A busca do lucro marca assim profundamente toda a vida dos campos ocidentais.

1. O TÊXTIL. — Não ignoramos que a indústria rural do têxtil foi sempre bastante activa. Mas este trabalho permaneceu durante muito tempo exclusivamente camponês; só produzia panos grosseiros — o *burel* ou a *branqueta*, por exemplo —, de baixo preço, destinados ao consumo familiar ou local. A grande novidade, a partir dos anos 1300, segundo se julga, foi o desenvolvimento de uma indústria de panos de qualidade, instalada nos campos, mas controlada pelos mercadores das cidades.

Esta transferência parece ligada a diversos factores:

- *A difusão de certas máquinas*, como os moinhos de apisoamento. Os mercadores da região de Bristol mandam apisoar os panos largos nos vales afastados da cidade, onde a água era mais clara e a corrente mais forte, e os panos mais ordinários, segundo a antiga técnica, nas aldeias da planície e na própria urbe;

- *A procura de uma mão-de-obra menos exigente.* Na Flandres, sobretudo, as perturbações sociais incitaram os mercadores de panos a empregar camponeses, pouco habituados aos salários da cidade, dispondo já de outras fontes de rendimento, e divididos, incapazes de se agruparem como o tinham feito os tecelões de Gand ou de Bruges em associações já ameaçadoras;

- *Por fim, uma evolução da moda e das necessidades.* Os homens trocavam de boa vontade as grandes vestes de largas pregas pendentes por fatos apertados ao corpo, ajustados graças aos botões, guarnecidos de

peles, difíceis de cortar nas espessas fazendas da «grande confecção». Donde, mau grado os regulamentos draconianos que tentavam manter as antigas tradições dos panos pesados, a procura acrescida de tecidos mais leves, de «pequena confecção», mais fáceis de tecer. Na mesma época divulgou-se também o uso de roupas interiores, que suscitou uma maior necessidade de telas vulgares de linho ou de cânhamo, e de tecidos mistos como os fustões (lã e algodão). Para qualquer destas fazendas já não era necessária uma mão-de-obra urbana muito qualificada e estreitamente vigiada. Pelo contrário, a tecelagem dos artigos de seda que exigia máquinas dispendiosas e sobretudo obreiros de uma grande habilidade nunca se desenvolveu, então, nos campos.

Por estas diferentes razões, os mercadores de panos das cidades empregaram cada vez mais uma mão-de-obra rural e alargaram assim a sua influência às regiões próximas. A «crise» da indústria flamenga, por volta de 1300, reduz-se antes de mais a um resvalar das actividades da urbe para as aldeias, perto dos ribeiros. (A grande indústria de panos inglesa, na mesma época, foi amiúde rural, instalada nos burgos senhoriais, à beira dos cursos de água. Na região do lago de Constança, a grande companhia mercante de Ravensburgo controlava o trabalho de numerosas aldeias de tecelões e comprava-lhes todas as suas telas; o mesmo faziam os homens de negócios de Milão ou de Génova no que se refere aos fustões da Lombardia.

Também na Toscana o trabalho da lã tendia a tornar-se uma actividade essencialmente rural, dominada, evidentemente, pelos burgueses da urbe. Francesco Datini de Prato empregou, de 1383 a 1401, setecentos e setenta fiandeiros ou fiandeiras de lã, dos quais trezen-

tos e dezassete mesmo em Prato e quatrocentos e cinquenta e três nos vales das cercanias. Os números são ainda mais significativos se considerarmos o peso da lã trabalhada (4674 libras contra 12 231) ou o seu valor (89 florins contra 358). Estes quatrocentos e cinquenta e três obreiros camponeses da lã que labutavam para esta companhia de Prato repartiam-se por noventa e cinco localidades, quase todas nos vales da montanha: Val di Marina, di Bisenzio, d'Agna, di Nievole, desde as torrentes estreitas do Monte Albano até ao longínquo Val Mugello no coração do Apenino, a cerca de 40 km da sede da empresa.

2. AS MINAS E OS METAIS. — Pela mesma época, nos anos 1300 e 1400, os burgueses asseguravam igualmente o seu império sobre os mais importantes jazigos mineiros da Europa ocidental. A exploração das minas e das forjas dominiais, espalhadas pelas florestas, muitas vezes nómadas, não podia bastar às novas necessidades dos mercadores e dos exércitos. Era preciso mais ferro simples ou fundido para as peças dos moinhos e das máquinas, sobretudo para a construção de grandes navios, para as suas correntes e as suas âncoras. Aos progressos da artilharia responderam os do trabalho do bronze e uma forte procura de cobre e de estanho, que ultrapassava de longe a produção tradicional. Sem falar dos enormes sinos, orgulho da catedral e da cidade.

Os homens de negócios controlavam e exploravam as minas de uma forma racional. Isto verificava-se antes de mais em Itália, onde Pisa superintendia as minas de ferro da ilha de Elba, e Siena a de prata de Roccatrada, no Apenino. Massa Maritima oferece então, ainda na Toscana, um perfeito exemplo de uma urbe ex-

clusivamente mineira. O incremento da cidade esteve sempre intimamente ligado à exploração dos jazigos disseminados pelas *colinas metálicas*: ferro, chumbo, cobre e prata, até mesmo enxofre. Quando a jovem comuna, cerca de 1220, acabou por levar a melhor sobre o bispo e os senhores dos arredores e garantiu um direito absoluto sobre as minas, ocorreu uma verdadeira investida de imigrantes de todas as espécies, sobretudo de especialistas alemães em busca de rápidas fortunas. Em menos de um século, mais de mil e duzentas famílias estabeleceram-se em Massa, a qual se embelezou, construiu o Domo e o Baptistério, o Palácio Comunal; nos anos 1320, contava aproximadamente dez mil habitantes; mas sobrevinda a crise com a dominação sienesa e a concorrência dos metais alemães, achou-se reduzida a um pequeno burgo de quatrocentas almas. Aventura brutal de uma cidade nascida de uma febre da prata e do cobre.

Urbe burguesa, Massa Maritima impunha às minas do seu *contado* uma exploração de estrutura nitidamente capitalista. Os estatutos da comuna, que datam dos anos 1250, esclareciam que cada burguês de Massa era livre de cavar um poço onde quer que fosse, sobre toda a extensão do território. Bastava-lhe cravar no chão uma cruz, começar os trabalhos num dos três dias seguintes e não os interromper durante mais de um mês. O proprietário só podia requerer uma indemnização, fixada por um conselho de três mestres da Arte dos Mineiros. Esta legislação — retomada aliás pouco depois por Siena — afirmava claramente, de uma forma arbitrária, os direitos dos capitães de indústria burgueses contra os dos senhores fundiários. Estes burgueses agruparam-se, a fim de explorar cada jazigo, numa *So-*

cietas, ou *Communitas foveae*, cujo capital estava dividido em trinta partes iguais: era já uma espécie de sociedade por acções.

Os trabalhos evidenciavam então uma mestria técnica notável. A sociedade mandou cavar um grande número de poços separados por uma distância de 15 m a 20 m; cada um media cerca de 1 m de diâmetro e frequentemente 100 m de profundidade. Galerias horizontais (de 1,6 m de largura e 1,8 m de altura), traçadas com esquadria, fio-de-prumo e bússola, atingiam os filões. Equipas de operários armados de picaretas e de carregadores ocupavam alternadamente a mina. O minério, triturado mecanicamente e depois lavado, era refinado em diversas *fundições*, entre as quais a de Aialla, pública, próximo da cidade.

Esta rígida organização do trabalho evita qualquer perda de tempo; reencontramo-la, mais tarde, em várias outras regiões. É o caso das minas do Lyonnais e do Beaujolais, cujos regulamentos, bastante minuciosos, determinam, em 1455:

«Que todos os operários de martelo serão obrigados a fazer inteiramente o seu turno todos os dias, tal como ultimamente se acostumaram a fazer. E serão todos reunidos juntos um pouco antes da hora do dito turno diante das entradas das montanhas, onde pegarão nas suas velas, e entrarão de uma só vez por ordem no interior das ditas montanhas. E se houver algum que lá não esteja a essa hora com eles e venha depois, não terá qualquer vela e não entrará na dita montanha no dito dia; perderá assim o seu turno, que lhe será abatido no salário.

»Quando os ditos operários estiverem dentro da dita montanha, terão de esperar o outro turno que deve vir depois deles, e não se mexerão dos seus postos até o outro turno ter vindo e entrado, na dita montanha, sob pena de perderem o dito turno.

»Que cada um dos ditos operários esteja sempre munido para o seu labor de um martelo e de uma dúzia de segures que lhe serão entregues na forja de tal maneira que, por falta dos ditos martelo e segures, não haja motivo para cessar o trabalho nem perder tempo.»

Nesta época de grande expansão da indústria metalúrgica, o trabalho dos metais era sobretudo da alçada das urbes mercantis da Alemanha do Sul, cujos grandes burgueses exploravam as minas de cobre da Boêmia, da Saxônia e da Turíngia (forjas de Mansfelder e de Amstadt), as minas de estanho da região de Amberg, a sudeste de Nuremberga e de Erzgebirge, e as minas de ferro na Estíria e Caríntia. Os mestres alemães concebiam eles próprios novos processos mecânicos ou químicos que revolucionavam a arte das minas e dos metais:

- *Máquinas para escoar os poços.* Primeiro movidas pela força animal, depois pela força hidráulica (uma das mais célebres era a de Schemitz nos Cárpatos), permitiam atingir camadas de minério muito mais profundas que outrora. Eram então as mais poderosas instalações mecânicas do Ocidente;

- *Foles e martelos mecânicos para as forjas.* Os novos foles, aparelhos de dupla acção, usavam chamas mais fortes para trabalhar lingotes de ferro mais volumosos;

- *Fornos originários da Escandinávia.* Estes «Stückofen», construções em tijolos de 2 m a 3 m de altura, tratavam 40 t a 50 t de ferro por ano, cerca do triplo da antiga «forja catalã»;

- Enfim, *novos processos químicos*, em particular o da amálgama com mercúrio para separar a prata do cobre; este método alemão mostrava-se muito mais económico que o da refinação em pequenos fornos, até então tradicional.

No mesmo momento, poderosas sociedades por acções (geralmente cento e vinte e oito partes ou *Küxen*) tomavam as minas a seu cargo e organizavam aí um trabalho racional; pagavam os seus dividendos anuais, quer em lingotes de ferro de comprimento variável, quer em numerário, a associados que já não residiam no local e se limitavam a manter aí os seus agentes. Manifestava-se assim o triunfo das grandes dinastias destas cidades alemãs que «regurgitavam de ouro»,

graças ao trabalho das minas e ao tráfico dos metais. Era o que se passava com os Meuting em Ausburgo, os Fugger em Nuremberga, tipos acabados desses capitães de indústria das cidades burguesas, onde, decididamente, a sociedade e a economia se organizavam segundo as estruturas do «capitalismo» moderno.

CAPÍTULO III

OS QUADROS SOCIAIS:
COMUNIDADES, CONFRARIAS, MESTERES

A onnipotência do grupo afirma-se assim tanto nos campos como nas cidades e marca profundamente as sociedades e as mentalidades. Estes grupos parecem no entanto assaz complexos, de natureza muito diversa, múltiplos. Interpenetram-se amiúde no interior de uma mesma urbe. As suas origens são quase sempre muito mal conhecidas e impossíveis de definir. É por este motivo que o respectivo estudo se afigura delicado; foi durante muito tempo mal conduzido. Dispomos sobretudo de textos, aliás bastante tardios, que apenas põem a tónica sobre as actividades profissionais destas associações. É o que sucede com os inúmeros estatutos dos mesteres e suas sequências intermináveis de regulamentos sobre o modo de exercer cada profissão e de vigiar a qualidade dos produtos.

Os estatutos dos mesteres, estudados, inclusive frequentemente publicados, foram durante muito tempo a fonte essencial de todos os nossos conhecimentos sobre estes grupos sociais da Idade Média. O que engendra forçosamente um erro de óptica. Muitos autores ainda

consideram as associações urbanas somente sob o ângulo estritamente profissional e vêem no cuidado de regulamentar o trabalho dos obreiros a sua única razão de ser. É menosprezar então toda a sua vida religiosa e afectiva, de uma espantosa riqueza; é negligenciar a sua influência decisiva sobre a evolução da expressão literária e artística.

Digamos contudo que os trabalhos mais recentes matizaram e enriqueceram muito a óptica tradicional. Eles permitem afirmar que:

- As preocupações profissionais só raramente estiveram na origem da associação rural ou urbana. Com grande frequência, a confraria religiosa e os laços de vizinhança precediam e anunciavam a corporação de mester;

- Estes grupos de trabalhadores, camponeses ou cidadãos, nem sempre foram o reflexo de lutas sociais no interior da aldeia ou da cidade. É verdade que no campo a comunidade aldeã opunha vigorosamente os seus interesses aos do senhor. Mas na cidade a associação de mesteres, na sua forma acabada, continuava dominada pelos «burgueses» e permitia-lhes reforçar o seu ascendente sobre a economia e a sociedade da sua urbe. Apresentar o *mester* como uma associação de companheiros erguidos contra os mestres de indústria é um anacronismo e um conceito errado.

I — As comunidades aldeãs

Parece que as práticas comunitárias e a coesão dos grupos sociais se afirmaram com mais força nos campos do que nas cidades; isto pode explicar-se pela ex-

ploração comunitária das terras ou dos rebanhos, pelo vigor dos laços de vizinhança e pelo isolamento, por vezes, dos lugarejos ou das aldeias, pela semelhança das actividades e dos géneros de vida, pela relativa simplicidade das administrações. Estes grupos sociais dão no entanto a impressão de ser de origens e de naturezas muito variadas.

1. AS COMUNIDADES FAMILIARES; PROPRIEDADE INDIVIDUAL OU PROPRIEDADE COMUNITÁRIA. — Em numerosas regiões do Ocidente a propriedade camponesa não pertencia a um indivíduo, mas antes a um grupo social mais ou menos numeroso, de natureza familiar, composto pelos herdeiros dos mesmos antepassados, aos quais se juntavam, às vezes, por diferentes formas de adopção, estranhos, indivíduos ou grupos. Estas adopções, chamadas amiúde *affrèment*¹, provocavam imediatamente a comunhão dos bens de duas ou várias pessoas, formas de exploração comunitária, a vida sob o mesmo tecto, no mesmo lar; estes *affrèments* eram indissolúveis e estendidos a todos os tipos de propriedade. Encontramo-los em grande número, sob a forma de contratos em boa e devida forma perante notário, em todos os países do Sul, em Itália, em Espanha, na Provença e no Languedoque, terras de direito escrito. Em todos os outros lugares, tais comunidades, nascidas de uma longa herança de carácter tribal e reforçadas de tempos a tempos por estes contributos artificiais, apenas se apoiavam sobre acordos de carácter tácito, donde o nome, escolhido pelos juristas e historiadores, de

¹ De *affrèrer*: unir como irmãos. (N. do T.)

comunidades *taisibles*¹. Na realidade, os textos da época dizem antes *companhias*, *fraternidades* ou *freres-ches*, *cotteries*, *parsonneries* ou *celles*.

Os parceiros eram, evidentemente, em número muito variado: de quinze a cem indivíduos nas comunidades fortemente estruturadas; uma inquirição fiscal levada a cabo no bailiado de Caen em 1484 dá notícia não de uma exploração rural, mas de uma simples casa instalada num pequeno burgo onde residiam dez casais e setenta almas; o redactor precisava, aliás: «Eles responderam-me que moravam muitas vezes desta maneira porque temiam as *tailles*².» Todos os bens eram estritamente explorados em comum; as filhas só recebiam um dote em dinheiro; os rapazes apenas se podiam casar com o consentimento mútuo e habitavam sempre na sua comunidade. Os parceiros elegiam um chefe, o *patrão*, que, assistido por uma espécie de conselho, governava os homens e os bens, estabelecia o calendário e a repartição dos trabalhos, vigiava a venda das colheitas, representava os seus aquando dos processos, presidia à oração da tarde; uma *patroa*, esposa do senhor ou designada pelo conjunto das mulheres, dirigia tudo o que dizia respeito à casa e ao vestuário: guarda das crianças, fabricação das fazendas de cânhamo de lã e de cânhamo, amanho da horta, criação dos porcos.

O *habitat* revela bem estas práticas comunitárias. A quinta compreendia, antes de mais, uma casa principal de habitação, cujo compartimento mais importan-

¹ De *taire*: calar. (N. do T.)

² *Taille*: imposto pessoal devido ao senhor. (N. do T.)

te, o *chauffoir* (sala de aquecimento), servia de lugar de reunião para as refeições, para o serão, para ajustar os contratos; mesmo ao pé ficavam, de um lado, uma capela, do outro o quarto do senhor; o grande compartimento era aquecido por uma enorme chaminé, mobiliado pela ampla mesa de comunidade com os seus bancos de cada lado, um grande armário para a louça e vários armários onde cada família devia colocar os seus bens pessoais. Estas famílias dos parceiros, vivendo «da mesma panela e ao mesmo lume», alojavam-se em quartos separados, abertos para o exterior através de um grande alpendre ou reunidos em edifício à parte.

Tais comunidades rurais, fortemente constituídas, agrupando um número importante de indivíduos, parece terem sido, sobretudo nos anos 1400, bastante numerosas em França, nas regiões do Centro (Alvêrnia e Bourdonnais) e do Oeste ou Sudoeste (Poitou). Mesmo fora destes grupos sociais tão particulares, a simples divisão dos bens entre irmãos ou primos levava a que as propriedades comunitárias representassem um peso considerável na sociedade e na economia da época; nos anos 1460-1480, por exemplo, certos cadastros da Itália (principalmente no Piemonte ou na Ligúria) dão-nos a conhecer que cerca de 30% de propriedades eram mantidas por pequenas comunidades familiares.

2. AS COMUNIDADES POLÍTICAS E O GOVERNO DAS ALDEIAS. — A tomada de consciência colectiva da comunidade aldeã esteve estreitamente relacionada, em primeiro lugar, com a ideia de salvaguarda e de segurança, logo com a definição de limites materiais; reforçou-se devido à prática comum do culto e das devoções; parece-nos igualmente muitas vezes provocada

pela necessidade de organizar os trabalhos quotidianos, de estabelecer regras e calendários; enfim, pelo desejo de se libertar, sobretudo pelos processos, da tutela senhorial. Mesmo no âmbito da senhoria, as comunidades aldeãs ministravam a sua própria justiça; era o caso das regiões mediterrânicas, onde um tribunal dos *prebostes das hortas* resolvia todos os conflitos relativos ao uso da água; citemos ainda os tribunais das *colonges*, na Alsácia, ou os dos solares ingleses, que cobravam, para a igreja da aldeia, metade das multas e, por outro lado, designavam os guardas das aldeias e exerciam uma espécie de polícia dos bons costumes.

Por outro lado, do ponto de vista económico e social, os historiadores da vida rural sublinharam sem custo os laços estreitos entre comunidade camponesa, constrangimentos colectivos e paisagens de *open-field*. É certo que a prática geral do pasto livre, o rebanho comunal e a rotação regular das culturas impunham uma rigorosa disciplina da economia agrária: interdição de cercar, afolhamento forçado, concentração das mesmas culturas numa mesma *folha* e das casas numa aldeia compacta, sobretudo respeito por um calendário comum para os trabalhos dos campos. As datas das lavras e das cearas, por exemplo, eram determinadas pelas assembleias de aldeia, que proclamavam então o pregão (*ban*) em toda a extensão do território e designavam chefes responsáveis encarregados de aplicar os regulamentos e de cobrar as multas: *reis de aldeia* nas regiões francesas, *Bauerrichter* ou *Schuttermeister* na Alemanha, *Kedde* na Frísia, *Viewers of the Fields* sobretudo em Inglaterra. A disposição das terras em campos alinhados, pelo menos regulares, teria igualmente favorecido uma redistribuição periódica das terras en-

tre os chefes de família da aldeia e seria assim o sinal de um verdadeiro colectivismo agrário.

Todavia, as obrigações colectivas impostas pelas comunidades aldeãs não se aplicavam somente às paisagens abertas. Reencontramo-las, menos severas e sem dúvida diferentes, em todos os países de campos cercados e irregulares. Na Noruega do Sul ou do Oeste, os homens dispersavam-se em herdades isoladas e em pequenas aldeolas, mas as grandes famílias de um vasto terreno agrícola agrupavam-se numa poderosa comunidade de vizinhança (*grannesamlag*) para efectuar os trabalhos em comum, partilhar a erva dos campos pantanosos proporcionalmente ao número de pessoas, organizar as grandes abaladas para as pastagens de Verão e, até, redistribuir periodicamente as terras cultivadas. Na Sardenha, região de terrenos irregulares e cercados, os campos semeados formavam a *terra de corda*, nome que lembra ainda o tempo em que os solos eram medidos, avaliados e distribuídos entre as famílias da aldeia, aproximadamente de dois em dois ou de cinco em cinco anos. Assim, em todos os países, estas associações agrárias, dirigidas pelos mais poderosos da aldeia, comandavam numerosos aspectos da vida rural e desempenhavam um grande papel na vigilância dos trabalhos, na distribuição dos direitos e das tarefas.

De um ponto de vista mais político, os aldeões obtinham, muitas vezes bastante cedo, liberdades e uma certa autonomia administrativa. Eles formavam comunas que tomavam a seu cargo toda a vida aldeã, no que respeitava a todas as suas actividades económicas e sociais. Logo em 1245, quatro aldeias da Thiérache, no Hainaut, obtinham uma *lei de paz* segundo a qual elas designavam, cada uma, sete almotacés e um número

variável de jurados. A comunidade política aldeã organizava-se levando em pouca conta a senhoria; exercia o direito de pregão, muitas vezes independentemente do senhor, outras contra ele, forçando-o a curvar-se; a contabilidade, assaz precisa, dá testemunho de uma gestão muito atenta dos rendimentos e da fazenda pública.

II — As confrarias. Vida religiosa. Cerimónias e jogos

Os homens reuniam-se na igreja da aldeia ou da paróquia urbana, nos claustros dos conventos, nas capelas, no meio dos adros. Assim, o grupo social foi com frequência uma confraria religiosa, consagrada a um santo patrono. Nas cidades afirmavam-se as confrarias da Virgem e, nos campos, as do Espírito Santo, tão numerosas, por exemplo, nas regiões das montanhas: Alpes da Sabóia ou da Provença, Forez e Alvérnia; nos anos 1400 multiplicavam-se em toda a Inglaterra as guildas rurais do *Corpus Christi*: algumas aldeias contavam três ou quatro.

O essencial da vida colectiva dependia, em boa parte, das práticas religiosas: respeito e celebração da festa solene, conservação de um oratório à esquina de uma rua ou na encruzilhada de caminhos campestres, de uma capela na igreja, participação nas cerimónias por altura das grandes festas da Páscoa e do Natal, nas procissões de penitentes pelas ruas da urbe durante os dias da Semana Santa. A importância do culto religioso já se manifestava através do próprio nome da confraria: *candaille*, ou *chandelle* (vela); de facto, o que então mais importava era fornecer grandes brandões de cera

para os altares das capelas. Em Inglaterra, os responsáveis pelas guildas aldeãs eram por vezes chamados *lightmen* e encontramos ainda, em certas igrejas normandas da região de Auge, estas enormes tochas, coloridas, cinzeladas e enfeitadas, oferecidas na Páscoa pelas confrarias.

*

Elas usavam também, de boa vontade, um outro nome, que sublinha bem o seu papel social: *caridades* (*carities* em inglês). Pois o grupo, fortificado por esta comunhão religiosa, tomava verdadeiramente forma de instituição fraternal, de uma associação de socorros mútuos que vinha em auxílio dos membros deserdados. Certas confrarias camponesas propunham-se reconstruir, à custa de todos, as quintas destruídas pelos incêndios e indemnizar os lavradores pelas suas colheitas danificadas. Isto sobretudo nos países do Norte: na Escandinávia — o *brandstup* na Suécia — e em Inglaterra.

Nas cidades, prestavam auxílio aos doentes:

«A todos os que virem estas cartas Henri de Taperel, guarda do prebostado de Paris, saúda. Fazemos saber que, como os obreiros de peles de esquilo residentes em Paris nos suplicaram humildemente que, como no árduo trabalho do seu mester, eles adoecem muitas vezes de maneira grave e prolongada, de tal modo que não podem trabalhar e têm de procurar o seu pão e morrer de miséria, e tendo a maior parte deles uma imensa vontade e boa devoção de acudir aos doentes do seu mester a seu custo, dá-se a saber que aquele que adoecer ou ficar incapaz terá cada semana três soldos parisis para poder viver, e, quando se restabelecer desta doença, terá três soldos para a semana em que se levantar e três outros soldos uma vez para recuperar forças ... Nós, que queremos e desejamos contribuir para o comum proveito e a honra de Deus e da bendita Virgem Maria e do nosso sire, o rei, e, como nos compete, queremos o proveito do povo

comum, outorgamos aos ditos obreiros peliteiros de esquilo, que eles possam fazer as coisas ditas acima com a nossa autoridade, licença e mandado.»

No dia da sua festa, e quase sempre na Ascensão, as caridades distribuíam esmolas pelos pobres e pelos doentes. Ajudavam os seus membros que partiam em peregrinação além-mar, acompanhavam-nos às portas da cidade e acolhiam-nos alegremente aquando do regresso. Algumas delas mantinham a seu custo uma casa aberta a todos os peregrinos estrangeiros; era o caso da guilda de Coventry, que, em 1340, fundou uma hospedaria de treze camas para aí receber os viandantes.

O culto religioso e o dever fraternal conjugavam-se na altura do funeral de um membro defunto, a que todos os outros irmãos deviam assistir. A confraria mandava dizer regularmente missas pelos mortos, muitas vezes pelos frades do convento onde ela havia feito construir e decorar uma capela. Vejamos, por exemplo, o que nos é dito acerca da *caridade* dos barbeiros de Arras, em 1247:

«Que todos saibam que os priores dos irmãos pregadores de Arras, com autorização do mestre da Ordem, outorgaram aos barbeiros de Arras uma caridade que será constituída em honra de Deus e Nossa Senhora e meu senhor S. Domingos. E outorgaram-lhes três missas em cada ano perpetuamente para os confrades e consorores que nela entrarem, que a caridade mantiver, e que morrerão ... E outorgaram-lhe plena companhia e plena participação em todos os benefícios que foram feitos e que serão feitos no seu convento de Arras, e em toda a sua ordem na santa cristandade, para que os homens que forem da caridade sejam mantidos em graça e para que aqueles que morrerem vejam abreviar as suas penas de purgatório e apressar o seu repouso eterno.»

A viúva e os órfãos recebiam anualmente uma certa quantia de dinheiro.

Além disso, a cerimónia do funeral, minuciosamente fixada, por vezes sumptuosa, sempre dramática, terminava com o grande banquete ritual.

O gosto pelas grandes procissões, pelas ostentações bem planeadas, exprimia-se igualmente por ocasião das festas solenes, o que explica facilmente o papel desempenhado por estas confrarias na evolução das artes, da música ou das canções populares.

No campo, elas ornamentavam brilhantemente a igreja e estendiam sobre as lajes de pedra um tapete de erva fresca e de flores. Durante o Pentecostes, as longas procissões do Espírito Santo visitavam todos os oratórios e calvários das redondezas; outras grandes festas camponesas assinalavam igualmente o dia de S. João e sobretudo as rogações: procissões para pedir um tempo clemente na época das searas novas e boas colheitas.

Na urbe, as confrarias organizavam longos desfiles de penitentes em trajes severos e cogulas, carregando à força de braços as pesadas estátuas de madeira policroma, as figuras dos santos e da Virgem, os grupos da Crucificação ou da Paixão, espantosas expressões da arte popular, ainda demasiado mal conhecidas. Conservavam a tradição dos grandes jantares de homens (... e por vezes dos beberetes) nos amplos vestíbulos das casas comuns; em Colmar, por exemplo, nos *poêles* e nos *Zunftstube*. Participavam também em todos os folguedos, nos jogos, nas competições desportivas — corridas de cavalos, tiro ao arco, justas sobre os ribeiros ou os canais —, nas festas e nas mascaradas que assinalavam

os grandes dias da cidade. Acolhiam os príncipes, bispos ou soberanos na altura das entradas solenes na sua urbe.

As confrarias também desempenharam quase sempre um papel primordial no desenvolvimento do teatro popular. Primeiramente representados nas igrejas, sobre um estrado desmontável ou sobre um sepulcro de pedra, os *Mistérios* e *Milagres* foram postos em cena pelas confrarias, que ordenavam a sua sequência, inventavam todos os anos um enredo particular e inseriam nele um ou outro pormenor de actualidade. Nas cidades inglesas, passeavam pelas ruas um tablado de madeira montado sobre rodas, de dois andares; em cada paragem, os penitentes representavam o milagre sobre o palco e por vezes desciam à rua para cantar as suas canções de lamento e dançar. Por ocasião dos grandes festivais, muitas vezes para celebrar a festa do *Corpus Christi*, as sequências de *Milagres*, bastante numerosas (vinte e cinco diferentes em Chester, quarenta e oito em York), eram dispostas de tal modo que cada guilda pudesse ocupar nelas uma posição conveniente. Os papéis, por vezes, eram desempenhados pela gente dos mesteres: carpinteiros construíam a Arca de Noé, marinheiros conduziam-na. O célebre festival de Woodkirk, a princípio instituído pelos cônegos agostinianos, foi em seguida completamente dirigido pelos artífices da vizinha cidade de Wakefield.

Os diálogos do teatro medieval inglês traduziam as preocupações populares da época. José, porta-voz dos pequenos artífices, não conseguiu tornar-se rico durante toda a sua longa vida de labor e apenas ganhou o seu pão quotidiano. Em Woodkirk, no *Auto do Pastor*, ele denuncia as desgraças do tempo.

Em França, os *Mistérios e Autos*, cantados pelas ruas, misturavam também, de uma forma curiosa, os temas religiosos e profanos, as recordações dos romances populares e das antigas lendas, tal como nos mostra esta admirável descrição de uma grande festa pública, mascarada e pantomima, que, no ano 1313, animou durante três dias de Junho as ruas de Paris, e onde «todos os mestres engalanados» representavam os principais papéis:

*Nostre Seigneur au jugement
I fu, et le suscitement.
La fu le tornai des enfanz,
Dont chacun n'ot plus de diz ans;
La vit-on Dieu et ses apostres
Qui disoient leurs patenostres;
Et la les Innocens occirre;
Et Saint Jehan metre a martire,
Veoir put-on, et decoler;
Feu, or, argent aussi voler;
Herode et Cayphas en mitre;
Et Renart chanter uma espitre
La fut véu et evangile;
Crois et folz, et Hersent qui file;
Et d'autre part Adam et Eve;
Et Pilate, qui ses mains lave;
Rois a feve, et homes sauvages
Qui menoient granz rigolages;
Entre joennes, viex et ferranz,
Tout ce firent les tisseranz.
Corroier aussi contrefirent,
Qui leur entente en ce bien mirent,
La vie de Renart sans faille,*

*Qui menjoit et poucins et paille;
.....
Le grant luminaire de cire
Onques au Royaume n'en Empire
N'avoit été regardé graindre;
Et par tout Paris sanz estaindre
Trois nuitz dura toutes entières.*

(Crónica rimada de Geoffroi de Paris.)

Acrescentemos que a confraria rural não limitava as suas actividades ao exercício dos deveres fraternais e à organização das procissões. As do Espírito Santo possuíam terras e animais, vinhas, um celeiro onde armazenavam algumas colheitas, e até uma «Casa do Espírito Santo». Uma ou outra alugava bois aos camponeses. Na Normandia, sólidas associações de lavoura tinham em comum animais e charruas. As sociedades de criadores de gado do Jura, as *fruitières*, afirmavam-se desde os anos 1400. Nas regiões onde os camponeses possuíam numerosos alódios, agrupavam-se em autênticas ligas agrárias; por exemplo na Alemanha (os *Gauerben*), no Delfinado, no Bordelês e na maior parte dos campos do Sul.

III — As associações de mestres

O nome de *corporação* não é empregue na Idade Média. Os homens e os textos diziam *mestres* ou *guildes* em França e na Flandres, *ghilds* ou *mysteries* em In-

glatterra, *Innungen*, *Gilden*, *Aemter* ou *Gewerke* na Alemanha, *arti* em Itália.

Parece confirmado que estas associações profissionais são de facto criações «medievais» e nada devem aos antigos colégios do Baixo Império. É certo que as cidades da Itália bizantina, Ravena, Nápoles, e mesmo algumas cidades da Itália bárbara, Milão ou Pavia por exemplo, conservavam ainda, nos anos 650, grupos profissionais directamente herdados da Roma antiga. Encontramos então um grande número de mesteres organizados em *scuole* pelo príncipe, o exarco ou o conde: hortelãos, sapateiros, barqueiros ..., estreitamente controlados pelo Estado. Porém, com o tempo, estes colégios desapareceram e só muito mais tarde, na altura do renascimento urbano, se afirmaram, sobre bases diferentes, outras associações de ofícios. É de todo em todo significativo notar que Veneza, onde precisamente os artífices nunca desempenharam senão um papel muito apagado e onde as suas associações permaneciam rigidamente sob a vigilância do Estado, tenha mantido, para designar estes grupos profissionais, o antigo nome de *scuole*. Em todos os outros sítios, pelo menos nas grandes cidades mercantis, tais grupos dão provas de uma indubitável originalidade.

A passagem da confraria religiosa à verdadeira associação de mester é bastante difícil de estudar, em virtude de a história do grupo social se apresentar ainda tão complexa. Se bem que encontremos agrupamentos profissionais criados do princípio ao fim, e isto na maioria dos casos, os ofícios *jurados* (ou seja, regidos por estatutos a que todos os membros prestam juramento) eram oriundos de uma confraria, a qual haviam confiscado em seu proveito. A partir de então, as preo-

cupações profissionais levavam a melhor, embora conservando sempre certas formas de vida religiosa colectiva.

No fim da Idade Média, nas cidades do Ocidente, todos os ofícios se organizavam efectivamente em guildas muito sólidas; mas amiúde numa data relativamente tardia: não antes de 1280-1300 no Languedoque, e apenas por volta de 1350 em Nîmes e em Montpellier, onde os mesteres ainda usavam o nome de *caridades* e distribuíam pão aos pobres em certos dias do ano. Seja como for, numerosas confrarias, associações nascidas dos laços de vizinhança, escapavam à influência dos mesteres e conservavam um carácter estritamente religioso. Reuniam então, ao longo de toda a Idade Média, pessoas de condições muito diversas.

*

Estes *mesteres* das cidades medievais do Ocidente induziram frequentemente em erro; certos autores viam neles associações de carácter social formadas por artífices, gente do povo. As palavras «artífice» e «povo» (sobretudo nas cidades da Itália) não devem enganar. Designavam de facto, no interior da urbe, uma certa aristocracia mercantil oposta à nobreza urbana. Esta aristocracia das *artes* e do *povo* era rica e poderosa. Os mesteres permitiam-lhes reforçar:

- *Os seus privilégios políticos e sociais:* O carácter aristocrático das associações de ofícios é indiscutível. Em cada profissão, os companheiros, obreiros, pequenos artífices, permaneciam estreitamente submetidos aos mestres, que dominavam a corporação. Só estes últimos elegiam os *cônsules*, *governadores*, *protectores*,

notários e camareiros, que tomavam as decisões, aplicavam os regulamentos, infligiam penas e multas. Só eles assistiam às assembleias, onde os companheiros não tinham qualquer participação. Os mestres dos ofícios, na maioria das vezes, não pertenciam ao mundo dos artífices; eram grandes mercadores, empresários das lãs ou das sedas, banqueiros, ricos burgueses. Frequentemente, haviam sido os primeiros a tomar a iniciativa de fundar um *mester jurado* para, precisamente, melhor vigiarem os seus obreiros. A maior parte dos estatutos das corporações diziam claramente que estas regras eram impostas «a fim de evitar qualquer conspiração ou tumulto entre os companheiros». Estes viram durante muito tempo ser-lhes recusado o direito de se associarem e de fundarem um mester particular; alguns, por exemplo os tecelões, conseguiram-no, mas muito mais tarde e à custa de mil dificuldades.

Os mestres asseguraram desde muito cedo a fortuna dos seus filhos. Para ter acesso ao mestrado era necessário apresentar uma obra-prima, o que exigia, decerto, uma grande habilidade profissional, mas sobretudo um importante investimento de capital. De qualquer forma, a entrada no mestrado estava submetida ao pagamento de uma taxa frequentemente elevada e à prestação de juramento:

«Ouvida a petição de Henry de Herelle, natural do país da Holanda, e depois de Jehan De Serain, Richard Jumel, Guillaume Marchant e Guillaume Poignant, jurados do mester dos costureiros da cidade de Paris, testemunharem e afirmarem ser o dito Henry homem casado, de vida séria, afamado, e instalado em Paris e ter feito perante eles da maneira acostuada, na presença do procurador do rei, a sua obra-prima, recebemo-lo e recebê-lo-emos mestre e obreiro do dito mester de costura e alfaiataria, para o fazer e desempenhar segundo as ordenanças do dito mester, pagando dez soldos parisis ao

rei e o direito dos ditos jurados, após o que lhe escutámos o juramento habitual e o exortámos a seguir e respeitar as ordenanças do dito mester, de que o mandámos tomar cópia, a fim de que ele não tenha motivo para prevaricar (ano de 1430).»

Os filhos dos mestres eram muitas vezes dispensados da obra-prima:

«O seleiro guarnecedor fará uma obra-prima de uma sela guarnecida de arreios de baixo preço para palafrém ou para hacancia ou de outra maneira, tal como os mestres ordenarem conforme o tempo, e de forma semelhante o fabricante de peças para arreios e obreiro da forja fará a sua obra-prima de um freio cravejado ... a qual obra-prima será vista pelos jurados com os leais vedores do mester ... excepto aqueles que forem filhos de mestres ou que sejam do dito mester e tomem em casamento filhas de mestres desse mester, o qual mester poderão iniciar pagando os direitos sem fazerem a obra-prima nem serem examinados (Paris, ano de 1370).»

Os privilégios pareciam ainda mais nitidamente marcados para os grandes mesteres, como os da lã ou da seda.

Estas associações aristocráticas ocupavam o primeiro lugar no governo da sua cidade. Em Londres, cerca de 1360, oito mesteres governavam a urbe. Em Florença só as artes maiores que formavam o *popolo grasso* elegiam os priores da senhoria; eram os grandes mercadores (*arte di Calimala*), os juizes e os notários, os empresários da lã (*arte della lana*), os da seda (*arte di Por Santa Maria*), os cambistas, os retroseiros, merceeiros e médicos, os peleiros e tratadores de peles. Abaixo, as cinco artes médias e as nove artes menores não tinham praticamente qualquer participação nas responsabilidades políticas e no governo da cidade. Esta rígida hierarquia das artes reencontra-se em toda a Europa ocidental.

• *Os seus monopólios económicos:* Pensou-se durante muito tempo que os minuciosos estatutos dos mestres, a apertada fiscalização da qualidade e dos preços, visavam manter uma certa igualdade das condições entre os mestres artífices. Assim, estes regulamentos teriam sido a expressão de um verdadeiro programa social inspirado pela Igreja, que, outrora, condenava os lucros do grande comércio. Era o que afirmavam os historiadores que se recusavam a admitir o desenvolvimento das práticas e das mentalidades «modernas» ou «capitalistas» num mundo «medieval» que eles julgavam inteiramente submetido a uma ética cristã, aliás mal definida.

Trata-se com toda a certeza de uma ideia errónea. O mercador medieval era, obviamente, guiado pela procura do ganho. Os mestres jurados e os respectivos estatutos permitiam-lhe afirmar os seus monopólios e os seus lucros:

- Mantendo preços de compra vantajosos para as matérias-primas e preços de venda elevados para os produtos acabados. Também aqui toda a concorrência é severamente banida;
- Proibindo o exercício da profissão aos estrangeiros, aos imigrados recentemente instalados na cidade, controlando estreitamente os pontos de venda.

Estes monopólios económicos impõem-se duramente nos momentos difíceis. Em França, na altura da Guerra dos Cem Anos, os mestres de Paris opuseram-se ao rei quando ele autorizou fabricantes de panos expulsos de Rouen pelos Ingleses a estabelecerem-se na capital ou quando quis multiplicar os balcões de açougue

na cidade. Em 1454, os jurados do mester «condenaram Jehan Lhuissier, pisoeiro de panos, a multa porque ele confessou ter dado trabalho a um estrangeiro e pôs de parte os obreiros de Paris, mau grado a ordenança».

Na mesma época, os mercadores de panos lutavam energicamente contra toda a tentativa susceptível de ameaçar o monopólio:

«Regnardon de Clermont na Alvéria mandou trazer para a cidade de Paris três fardos de estamemha a fim de os vender; e por causa de certos mercadores de Paris irem continuamente ou enviarem alguns dos seus corretores à região de Alvéria para comprar as ditas estamenhas e se melindraram por o dito Regnardon ter decidido intrometer-se com a dita mercadoria, eles não lhe deram preço razoável, antes lhe ofereceram grande perda, a fim de que ele nunca mais se aventurasse a mercadejar com a dita mercadoria. O dito Regnardon, a fim de remediar a malícia deles, foi à feira da serração da velha em Compiègne e de lá a Tournay e a Bruges, sítios em todos os quais os mercadores de Paris fizeram saber que vendiam mais barato as ditas estamenhas, a fim de que se não passe por mãos diferentes das suas, causando estorvo ao dito Regnardon (ano de 1380).»

IV — Conclusões: O trabalho e os meios sociais no Ocidente medieval

Durante toda a Idade Média, no mundo cristão do Ocidente, o trabalho dos homens inscrevia-se quer no quadro das senhorias e das comunidades rurais, quer no quadro burguês e capitalista das cidades. Nenhum mester lhe escapava e a ideia de uma profissão «liberal», isenta destas dependências, era completamente estranha na época. Nas sociedades medievais do Ocidente, o homem só trabalhava e vivia em função do grupo, familiar, religioso ou profissional.

Medimos facilmente o peso destas regras sociais se considerarmos, por exemplo, a condição do artista, que não beneficiava de qualquer vantagem especial; ele era antes de mais um «manual», não um pensador, um criador ou um sábio.

O mestre pedreiro, construtor de catedrais, trabalhava quase sempre de uma forma empírica; traçava directamente os seus planos no chão, no momento em que os trabalhos começavam. Os desenhos no papel, executados na «câmara dos traços», não passavam, a maioria das vezes, de perspectivas, de «esquemas» destinados a levarem os responsáveis pela edificação a compreender as intenções do mestre. Villard de Honne-court, a avaliar pelos seus desenhos (entre 1230 e 1250), não parece um sábio nem um geómetra. Interessou-se sobretudo por problemas concretos e técnicas materiais: ensambladuras de vigamentos, aparelhamento de pedras; dava provas, por outro lado, de um grande eclectismo e dedicava-se a todas as tarefas, mesmo as mais desconcertantes ou as mais fúteis (desenhou uma bola de ferro para aquecer as mãos do bispo na igreja durante o Inverno!). Este mestre pedreiro copiava também inúmeras esculturas ou pinturas.

Na mesma época, o pintor era igualmente um trabalhador manual que devia, em primeiro lugar, ganhar destreza de mãos, aprender receitas; preparava ele mesmo os seus indutos e as suas cores de acordo com processos assaz complexos, minuciosamente descritos em douts tratados, autênticos livros de química aplicada.

O artista não só permanecia então um trabalhador manual e não especializado, como ainda devia submeter-se a directivas precisas que deixavam pouco lugar à sua iniciativa. O cliente fornecia ou pagava as

cores, e verificava o emprego que delas era feito. Decidia de antemão a escolha dos temas e redigia muitas vezes um contrato preciso a que o pintor ficava estreitamente obrigado. Estes contratos, muitas vezes chamados de *preços feitos*, continuam a ser uma das nossas principais fontes para o conhecimento da actividade artística de então. Os príncipes procediam do mesmo modo. Em 1356, o duque da Normandia mandava acabar os frescos do castelo e da capela de Vaudreuil: o seu intendente, Girard d'Orléans, ajustava assim um pintor cujo nome era Jehan Coste e, numa longa ordenança, descrevia minuciosamente a forma como devia ser decorada cada uma das salas. O acordo precisa a seguir:

«E todas estas coisas acima ditas serão feitas em finas cores a óleo e os campos em fino ouro e as vestes de Nossa Senhora em fino azul, e bem e lealmente todas estas coisas devem ser inteiramente envernizadas sem defeito algum. E fará o dito Jehan Coste todas as obras acima ditas e encontrará todas as coisas necessárias a isto, excepto lenha para o lume e camas para o alojar a ele e aos seus homens. E para tal fazer deve ter seiscentos carneiros (moedas de ouro), dos quais receberá agora duzentos no fim da Páscoa e duzentos no dia de S. Miguel, e os restantes duzentos no fim da Páscoa seguinte.»

Ao trabalho do artista não se ligava então qualquer prestígio particular: o homem era pago em moedas, por vezes alimentado; o salário cuidadosamente fixado com antecedência só era entregue se a obra fosse aceite, reconhecida conforme à encomenda e de boa qualidade.

Além disso, estes «artistas» deviam quase sempre pertencer a associações de mesteres, bastante comuns: canteiros, por exemplo, no caso dos escultores.

Estas condições de trabalho, para obras tão particulares, sublinham perfeitamente a inserção de todo o artífice num grupo e no seu meio social.

CAPÍTULO IV

O TRABALHO FORA DA EUROPA OCIDENTAL

I — No mundo bizantino

A vida económica e social surge aqui gravemente marcada durante muito tempo pela herança da Roma imperial, dos seus grandes domínios rurais, das suas rígidas associações de ofícios nas cidades. Mas tal herança não se mantém intacta ao longo dos séculos. Bizâncio recebe, após as invasões eslavas, a luta contra o islão e o próprio estabelecimento dos Cruzados, outras influências. Não ignoramos que é difícil dizer se Bizâncio conheceu uma autêntica senhoria, próxima da do Ocidente; mas trata-se de um problema menor e, até, de uma questão mal colocada. A sociedade medieval do Império Grego apresenta uma evidente originalidade.

1. OS CAMPONESES: GRANDES DOMÍNIOS E COMUNIDADES ALDEÃS. — Esta vida rural permanece muito ligada às técnicas antigas do Império Romano. Por um lado, as da irrigação minuciosa graças às ramificações de canais alimentados pelas noras ou pelos poços. Por outro, as cerealíferas tradicionais: lavoura com arado

de madeira, ceifa com foice de lâmina curta, debulha do trigo na eira colectiva da aldeia, onde os bois, os cavalos e os burros puxam por vezes o *tribulum*, zorra de madeira guarnecida de pontas de sílex. O trigo é logo joeirado no próprio local: as mulheres lançam simplesmente os grãos ao ar, carregado dias a fio de poeira dourada.

Cada comunidade aldeã possui óptimas pastagens de Verão na montanha, afastadas do burgo; à noite os animais voltam ao *aprisco*, vasta cerca fechada por muros de pedras soltas ou de ramos espinhosos imbricados. Nas montanhas do Pindo e nas grandes planícies da Macedónia vivem pastores nómadas, populações turbulentas e rudes, Búlgaros, Cumanos, Valáquios. Pistas especiais são reservadas à passagem inexorável dos grandes rebanhos transumantes, que, todos os anos, pagam rendas pelo aluguer das pastagens e apriscos aos agentes do fisco ou aos grandes proprietários.

*

O regime da propriedade e da exploração evolui muito ao longo dos tempos e mostra-se assaz difícil de estudar. É verdade que o Egipto bizantino, sobre o qual nos informam numerosos textos precisos, ainda mantém os grandes domínios do período romano; mas os burgos de camponeses livres também aparecem ali em boa quantidade e activos. Estes grupos aldeões, dirigidos por uma assembleia de notáveis, dão provas de uma sólida coesão. A comunidade aluga as suas pastagens aos pastores, as suas terras e a eira aos camponeses. A estrutura social destes importantes burgos rurais afigura-se, aliás, muito complexa. Encontramos neles

proprietários com as mais variadas fortunas e, por outro lado, artífices a quem eles alugam as quitandas necessárias ao seu ofício. Citemos os oleiros e caldeiros que fabricam os recipientes e os potes, os ferreiros que dão forma às peças de máquinas para irrigar as terras, os moleiros e os padeiros. Os tecelões colhem eles mesmos o linho semeado num terreno pelo qual pagam o aluguer com um ano de avanço, mas recebem do proprietário as sementes e a água. Todos estes artífices e alguns mercadores de produtos alimentares estão agrupados em sólidas corporações de ofícios, dirigidas por chefes influentes; o homem acha-se muitas vezes preso para sempre à sua aldeia e ao seu grupo corporativo.

Mais tarde, a insegurança geral, as perturbações políticas e económicas, os vultosos legados aos mosteiros, aumentaram certamente a importância dos grandes domínios fundiários, em todas as regiões do Império, não obstante a oposição dos imperadores, que, sobretudo no tempo da dinastia macedónica, tentam salvar ou proteger os pequenos proprietários rurais. Estes imensos domínios, divididos em inúmeras tenências confiadas a camponeses de todas as condições: *parecos*, *meeiros*, *rendeiros*, formam por vezes verdadeiros Estados. Alguns têm um exército privado. Todos eles são administrados por um numeroso corpo de procuradores, guarda-livros, tesoureiros e cobradores. No século X, uma rica viúva, Daniélis, a benfeitora do imperador Basílio I, possuía cantões inteiros na região de Patras e rebanhos sem conta. O seu herdeiro — o imperador Leão VI — pôde libertar de uma única vez três mil dos seus escravos. Em 1073, Andronic Doukas recebia o domínio das «raposas» perto de Mileto, na Ásia Menor, cujo inventário preciso diz que ele incluía no total

oito «terras», uma igreja de cúpulas, uma hospedaria e múltiplas construções diversas.

Mas o dono vive geralmente na cidade, por vezes em Constantinopla, perto do imperador, ou no exército, e não num castelo rural. Sejam quais forem o regime e a extensão das propriedades, a pequena exploração prevalece por toda a parte. Por outro lado, os burgos rurais, muito povoados, rodeados de muralhas, por vezes activos mercados, adquirem o aspecto de pequenas cidades. A economia «dominial» parece praticamente desconhecida.

2. ARTÍFICES E CORPORAÇÕES DE OFÍCIOS NAS CIDADES. — Em Constantinopla, os múltiplos regulamentos imperiais encerram a vida económica e o trabalho dos artífices dentro de regras apertadas. O imperador controlava completamente alguns ofícios, ligados na sua maior parte à defesa da cidade e ao aprovisionamento das tropas; era o caso dos fabricantes de armas. Os obreiros e mulheres do gineceu imperial teciam os panos de seda e de ouro. É verdade que os outros ofícios são livres; mas eles devem entregar ao imperador, no palácio, um certo número de produtos, todos os anos, a um preço taxado. O prefeito da cidade, ou *eparca*, e os seus funcionários vigiavam estreitamente a qualidade das matérias-primas, os modos de confecção artesanal, os preços e as margens de lucro, o mercado interno e externo. É por esta razão que o *Livro do Prefeito* (século X), o qual contém todos os regulamentos para um número impressionante de ofícios (alimentação, pequenos comerciantes, trabalho do couro, fabricação dos círios, sabões e perfumes, tecelagem dos artigos de seda e das finas telas de linho), continua a ser uma fonte pre-

ciosíssima para o conhecimento das técnicas e das condições económicas do trabalho artesanal na capital bizantina. Mais zelosamente vigiadas do que quaisquer outras, as indústrias de luxo (sedas, fios de ouro, marfins, esmaltes, jóias de ourivesaria) alimentam uma boa parte do comércio de exportação. A arte dos tintureiros atinge então um curioso requinte e o livro não cita menos de quatro tons diferentes de cor-de-rosa e dois de púrpura; fala também do modo de imitar as cores sub-tis e ricas dos frutos do Oriente.

Este estatismo e a fiscalização imperial exercem-se igualmente pelas associações de ofícios, herdadas directamente das do Baixo Império. Com frequência muito especializadas (nada menos de cinco grupos para a fabricação e o comércio dos artigos de seda: mercadores de seda crua, fiandeiros, tecelões e tintureiros, alfaiates e mercadores de roupas de seda, mercadores de sedas sírias), elas exercem um monopólio absoluto sobre a profissão. É bem verdade que vemos, muito cedo, enfraquecerem-se e depois desaparecerem os regulamentos que obrigavam os filhos a exercer o ofício dos pais; mas o direito de entrada permanece sempre bastante limitado, submetido ao pagamento de uma quantia em dinheiro e à autorização do eparca. Este rigoroso controlo do Estado impede, segundo parece, o desenvolvimento de uma burguesia rica e activa.

Por outro lado, embora se encontrem muito frequentemente bairros especializados, dedicados a este ou àquele ofício (os ourives e os tecelões de seda trabalham próximo do Grande Palácio, os fundidores de ouro e prata entre o Fórum de Constantino e a Mesê, os vidreiros perto da Porta da Vidraria que se abre para o Corno de Ouro), muitas profissões estão, ao invés, as-

saz dispersas por toda a cidade. De qualquer modo, estes corpos de ofícios, demasiado rígidos, demasiado apertadamente submetidos aos agentes do imperador, têm apenas uma vida social e afectiva muito reduzida. Os artífices ligam-se com mais gosto a associações de carácter mais popular, mais espontâneo, como as quatro *demas*, as quatro célebres cores ou facções do circo, que organizam as grandes corridas de carros do hipódromo.

II — Nos países muçulmanos

É evidente que a herança de Roma ou de Bizâncio, a dos Persas sassânidas ou as influências vindas da longínqua Ásia se manifestam numa quantidade de aspectos da civilização dos países muçulmanos. As técnicas e as condições de vida dos camponeses e artífices apresentam, por outra via, uma originalidade indesmentível, devida quer aos duros imperativos do clima, quer à organização político-religiosa das grandes urbes do islão medieval.

1. OS CAMPONESES; PROBLEMAS DA IRRIGAÇÃO. — À vida turbulenta dos nómadas, para os quais a criação de gado, juntamente com o tráfico das caravanas e a razia, constitui o único recurso, o mundo muçulmano opõe o labor paciente dos sedentários, nos vales, planícies e oásis. As duas civilizações defrontam-se constantemente, disputam entre si as terras; os homens temem-se ou desprezam-se.

Os sedentários das planícies são hortelãos.

Para todo o mundo muçulmano medieval, as hortas

são lugares de delícias, a própria imagem do paraíso terrestre; o paraíso diz-se *djanna* (= jardim); ele oferece aos beduínos, nómadas dos desertos, os seus frescores perpétuos, os seus frutos saborosos, os seus rios inesgotáveis de leite e de mel. O trabalho dos sedentários, neste vasto mundo, de tradições tão diversas, que vai das margens do Tigre às planícies da Andaluzia, desdobra-se por toda a parte numa preciosa horticultura: palmeirais, pomares de laranjeiras e de limoeiros originários da Índia, legumes e frutos túmidos de água que ocupam um tão grande lugar na alimentação mediterrânica e muçulmana (os melões e as abóboras, por exemplo); além disto, cada vez mais, cultura cuidadosa da cana-do-açúcar no delta do Nilo, do linho nas terras baixas do Faium, do arroz em todo o lado onde a água esteja assegurada: no Iraque (de Mossul ao delta), nas planícies litorais da Palestina, Síria e Cíclia, nos oásis do Baixo e Médio Egipto; enfim, mais tarde, na Sicília e em Espanha.

O pão de arroz, pão dos pobres, menos apreciado que o de frumento, está no entanto bastante difundido em vários países muçulmanos, onde forma a base essencial da nutrição. Noutros pontos, o arroz serve para preparar papas, pratos variados, onde entra amiúde muito peixe, quase sempre de origem persa. Os grãos de arroz, primeiro postos a inchar em água exposta ao sol, eram depois semeados em quadrados de terra estrumada, protegidos por pequenas paredes de terra seca; a transplantação requeria também cuidados atentos e uma mão-de-obra numerosa: os camponeses arrancavam o arroz antes do nascer do Sol e mantinham-no abrigado num cesto até à noite. Cortadas com foicinho, as espigas eram postas a secar dentro de sacos; duas ba-

teduras sucessivas, com pauladas repetidas, separavam e depois descascavam os grãos.

*

Nestes países, a arte da horticultura é antes de mais a de captar a água a fim de a distribuir pelas terras sequiosas. Os Muçulmanos herdaram tradições bastante antigas; eles retomam à sua conta, e muitas vezes estendem ou aperfeiçoam, a rede dos canais de irrigação estabelecida outrora pelos Romanos na Andaluzia, pelos Sassânidas na Pérsia ou na Mesopotâmia. Aprendem igualmente as técnicas ancestrais dos camponeses indianos. As ciências da água, nos países do islão, adaptam-se decerto a circunstâncias físicas diferentes, mas são também indício de níveis técnicos muito diversos. Em determinado lugar, continua-se a seguir os processos assaz primários do poço com sarilho ou picota — os *chadoufs* —, tão característicos das paisagens do Egipto ou mesmo da Mesopotâmia. Mais adiante, bois ou cavalos, de olhos tapados por apertados antolhos, movem as noras de manejo. Na Ásia central, aerodínamos orientados no sentido do vento permitiam também tirar a água dos poços profundos. Mas tratava-se de parques meios, que davam fracos volumes de água, apenas o suficiente para regar algumas terras muito próximas.

Os grandes conjuntos de canais que dispersam até longe a água dos rios ou das toallas subterrâneas foram, pelo contrário, obra colectiva, sabiamente ordenada. Era o caso desses *seguias* ao pé das montanhas do Irão; bem como o dos inúmeros canais, protegidos por delgados açudes de terra e de canas entrançadas, que levam a água do Eufrates, mais elevado, para as

terras vizinhas do Tigre; ou ainda os canais das *huertas* do Levante espanhol, sobretudo nas cercanias de Valência. A água é desviada a montante, por vezes muito longe, graças a frágeis barragens, ou subida do rio (como nos nossos dias, na Síria, do Oronte), por meio de grandes noras verticais e despejada em aquedutos sobreequilibrados.

Em parte alguma os trabalhos de irrigação atingem então a mesma perfeição e a mesma escala que no planalto iraniano. Uma rede já importante de condutas subterrâneas — os *qanats* — fora instalada pelos reis sassânidas; a respectiva tradição remontava sem dúvida aos primeiros sedentários indo-europeus estabelecidos ao sul do Elburz, por volta do final do segundo milénio antes da nossa era. Os artifices persas especializados — os *mojanis* — guardam ciosamente esta longínqua herança e, nos primeiros séculos do islão, transmitem-na pouco a pouco a todo o mundo muçulmano: primeiro o Farz e a seguir todo o sul do planalto, a Palestina e a Síria, a costa meridional da Arábia. Eles escavam na África do Norte, a partir do século X, as *foggaras* ou as *hettaras*, a que se chamava mais para o Sul, os *trabalhos persas*.

Estas galerias dos *mojanis* iranianos conduzem por vezes até 30 km ou 40 km de distância a água das toalhas subterrâneas, penetram a mais de 100 m sob o solo, mas conservam sempre um declive perfeitamente regular (um por mil), apenas o suficiente para o escoamento fácil da água. Cada *qanat* exigia, para evacuar os resíduos, aproximadamente de 10 m em 10 m, um poço vertical, cujas crateras balizam o seu percurso através do deserto. Toda a riqueza do oásis, bem como a das próprias grandes cidades arriscadas em região seca, depende então, e ainda por muitos séculos, desta rede subterrânea.

A irrigação das vastas *huertas*, ou até, à saída de um *qanat* ou de uma *foggara*, a de uma simples aldeia, impõe aos camponeses muçulmanos das planícies da Ásia e do Mediterrâneo rígidas disciplinas colectivas e, bastante cedo, uma organização política particular. Na Pérsia, o chefe da aldeia constrói a sua casa, mais alta que as outras, exactamente à saída da galeria subterrânea, e vigia ciosamente o respectivo caudal. A aldeia é um mundo à parte, isolado e protegido das incursões dos nómadas por sólidos muros de adobe, por vezes reforçados com torres redondas.

Nas grandes *huertas* de Espanha, o uso da água, repartida entre os diversos canais segundo revezamentos fixados por rígidos costumes e cuidadosamente medidos por ampulhetas ou relógios hidráulicos, pauta igualmente toda a vida das aldeias, que conhecem assim não só estas leis severas, mas ainda outras mentalidades, uma ideia precisa do tempo, ignoradas então pelos outros camponeses, fora da zona regada. Tribunais especiais, frequentemente à sexta-feira, julgam todos os conflitos da água e reprimem os abusos; a irrigação transforma assim estas aldeias de *huertas* numa espécie de comunidades livres que se administram a si mesmas.

2. OS ARTÍFICES DAS CIDADES. — A urbe muçulmana, cidade de caravanas e de bazares, oferece aos mercadores os seus artigos de seda e os seus couros de luxo, as suas jóias de ouro e de prata ou os seus marfins, as suas armas preciosas, os seus perfumes e as suas comopotas, vendidas muito longe. A organização do trabalho assenta essencialmente nas associações de ofícios, cuja importância se mostra, no fundo, assaz variável. Os patrões, que raramente empregam mais de uma dezena de pessoas pagas à peça, designam o *amin*, ou chefe do ofício, responsável perante as autoridades da cidade, encarregado de aplicar regulamentos estritos. Mas a sua fortuna económica e social, tal como em Bizâncio, permanece muito limitada; o seu papel político é também praticamente nulo. Na verdade, a economia muçulmana coloca, geralmente, rígidas barreiras entre o trabalho artesanal e o comércio, fonte de grandes lucros. Os senhores da cidade são os grandes mercadores.

Por outro lado, os ofícios estão estreitamente submetidos ao *muhtasib*, funcionário muito importante,

que impõe o respeito pela moral e pela tradição muçulmana, na cidade e no mercado. Espécie de «prefeito dos costumes», fiscaliza a qualidade dos produtos, os pesos e as medidas, os preços; resolve também todos os diferendos entre associações vizinhas, entre patrões e obreiros.

Do mesmo modo que em Bizâncio, este controlo estatal dos ofícios degrada um tanto, no Oriente muçulmano, a vida social do grupo profissional. No Irão ou nas cidades da Mesopotâmia, as massas citadinas voltam-se para associações populares não corporativas: grupos de auxílio mútuo, que organizam festas e divertimentos — os *foutouwwa* — ou, mais vastas, as milícias urbanas — os *ahdâth*.

Porém, na África do Norte, os ofícios dão provas de uma forte coesão social e formam «um grupo muito homogêneo pelo comportamento e pelas reacções psicológicas». O seu recrutamento permanece amiúde de base étnica — gente vinda de certas aldeias do exterior —, ou até familiar — algumas famílias parecem especializadas desde há séculos no mesmo trabalho. A especialização dos bairros afirma-se de uma maneira bastante nítida: por razões de higiene (curtidores, tintureiros) ou de comodidade; ela é aqui, no interior do próprio *souk* ou do *bazar*, muito mais acentuada que nas cidades cristãs do Ocidente ou do Oriente. Acima de tudo, a corporação organiza colectas a favor dos doentes e das viúvas; coloca-se quase sempre sob a protecção de uma personagem sagrada, cuja festa celebra devotamente: sacrifícios, vigílias fúnebres perto do túmulo do santo, banquetes e procissões acompanhados de cânticos e de música, esmolas aos pobres. Neste Ocidente muçulmano, a associação de ofício confunde-se

muitas vezes, à semelhança do mundo cristão, com a confraria religiosa.

3. A ESCRAVATURA. — A tradição muçulmana não reconhece, a princípio, o direito de ligar os camponeses às suas tenências. Contudo, no Egipto e em todo o Oriente mediterrânico, os grandes mercadores enriquecidos pelo comércio longínquo das caravanas investem as suas recentes fortunas comprando terras. Esta concentração da propriedade fundiária submete mais e empobrece os camponeses, que se endividam e têm de trabalhar na mesma herdade durante toda a sua vida. Os devedores em fuga são perseguidos. Esta espécie de escravatura não demora a tornar-se geral. Por outro lado, certas culturas requerem uma mão-de-obra tão numerosa que os proprietários recorrem a ranchos de escravos trazidos de países distantes da Ásia ou da África. É o que sucede, por exemplo, com a cultura da cana-de-açúcar. Nos vales inferiores do Eufrates e do Tigre, os mercadores de Bagdade mandam cultivar as suas plantações de cana por escravos negros da África oriental — os *Zendj* —, mantidos em tal miséria que se revoltam no fim do século IX; revolta severamente reprimida. Esta cultura da cana prefigura assim, a partir do século IX, nos países muçulmanos, a da era colonial nas ilhas da América ou no Brasil; e o mundo islâmico oferece desde esta época o primeiro exemplo do tráfico de negros organizado em vasta escala.

As caravanas do Sudão ou do Níger trazem regularmente a Marrocos, a Tunes, sobretudo aos Montes da Barca ou ao Cairo, milhares de escravos negros arrancados aos países da África tropical. Na costa oriental da África, as numerosas feitorias muçulmanas no ocea-

no Índico não passam de vastos mercados e entrepostos de escravos, bem guardados nas suas severas muralhas de tijolos; os mercadores «mouros» organizam terríveis razias, que despovoaram regiões inteiras do interior. Este tráfico muçulmano dos negros de África, prosseguido durante séculos e em certos casos até aos anos mais recentes, desempenhou sem dúvida um papel primordial no despovoamento antigo da África; no conjunto, parece mais importante que o exercido por todas as nações da Europa ocidental, a partir do século XVI; aliás, durante este período «colonial», o tráfico estava, em larga medida, nas mãos dos negociantes «mouros» instalados então, desde há muito, nas cidades do interior ou nas feitorias da costa.

Na Idade Média, os Muçulmanos procuram também os escravos dos países banhados pelo mar Negro: Russos, Georgianos, Circassianos, Tártaros; levados sobretudo para o Egipto, os homens serviam nas explorações rurais ou nos exércitos do sultão. Este tráfico do mar Negro exerce-se principalmente por intermédio das feitorias italianas da costa norte, onde os mercadores de Génova e de Veneza compram também mulheres utilizadas em trabalhos domésticos nas cidades de Itália e de Espanha.

De todas as sociedades medievais, a dos países do islão, mais próxima da herança antiga e oriental, parece a mais resolutamente escravagista.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

I — OBRAS GERAIS

Ph. Wolff, *Histoire générale du travail. L'âge de l'artisanat (v^e-xv^e siècles)*, livros 1 a 3, Paris, 1960; G. Fourquin, *Histoire économique de l'Occident médiéval*, 3.^a ed., Paris, 1973.

II — A TERRA

G. Duby, *L'économie rurale et la vie des campagnes au Moyen Age*, 2 vols., Paris, 1962; A. G. Haudricourt e M. Brunhes-Delamarre, *L'homme et la charrue*, Paris, 1955; B. Gille, «Recherches sur les instruments de labour au Moyen Age», in *Bibliothèque de l'École des Chartes*, année 1952, 1963; R. Dion, *Histoire de la vigne et du vin en France*, 1966; A. Plaisse, *La baronnie de Neubourg*, Paris, 1961; M.-Th. Kaiser, *Le berger en France à la fin du Moyen Age*, Paris, 1974; F. R. H. du Boulay, «Who were farming the English Domesnes at the End of the Middle Ages?», in *Economic History Review*, 1965; G. Sivery, *Structures agraires et vie rurale dans le Hainaut à la fin du Moyen Age*, 2 vols., tese copiografada, Lille, 1973; *L'habitat et la construction au Moyen Age*, Actas do III Congresso da Associação dos Historiadores Medievistas do Ensino Superior (Besançon, 1972), 1973.

III — ARTESANATO E INDÚSTRIA

G. de Poerk, *La draperie médiévale en Flandre et en Artois, technique et terminologie*, 3 vols., Bruges, 1951; F. Méis, *Aspetti della Vita economica medievale*, Siena, 1962, t. I; D. Herlihy, *Pisa in the early Renaissance*, New Haven, Yale U. P., 1959; E. Fiumi, *San*

Giminiano, Florença, 1961; E. A. de Roover, «Lucchese Silk», in *Ciba Review*, 1950; N. Rodolico, «Massa Maritima e il suo contado minerario», in *Saggi di Storia medievale e moderna*, Florença, 1963; B. Geremek, *Le salariat dans l'artisanat parisien aux XIII^e-XV^e siècles. Étude sur le marché de la main-d'oeuvre au Moyen Age*, Paris, 1969; Ph. Didier, «Les contrats de travail en Bourgogne au XIV^e et XV^e siècles d'après les archives notariales», in *Revue historique de Droit français et étranger*, 1972; R. de Roover, «Labour conditions in Florence about 1400: Theory, Policy and Reality», in *Florentine Studies*, Londres, ed. N. Rubinstein, 1968.

IV — OS QUADROS SOCIAIS

L. Musset, *Les peuples scandinaves au Moyen Age*, Paris, 1951; K. Modzelewski, «L'organisation ministériale em Pologne médiévale», in *Annales. Economies. Sociétés. Civilisations*, 1964; A. Gou-ron, *La réglementation des métiers en Languedoc au Moyen Age*, Genebra, 1958; E. Coornaert, *Les corporations em France avant 1789*, Paris, 1941; F. Vercauteren, *Les luttes sociales à Liège (XIII^e - XIV^e siècles)*, 1946; G. A. Brucker, «The Ciompi Revolution», in *Florentine Studies*, Londres, ed. N. Rubinstein, 1968.

V — TEXTOS

G. Fagniez, *Documents relatifs à l'histoire de l'industrie et du commerce en France*, 2 vols., Paris, 1900.

